

# **BNB** Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo Escritório Técnico  
de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

**44**

out/dez, 2015



**Banco do  
Nordeste**

## OBRA PUBLICADA PELO

**PRESIDENTE**

Marcos Costa Holanda

**DIRETORES**

Francisco da Chagas Soares  
Isaías Matos Dantas  
Luiz Carlos Everton de Farias  
Manoel Lucena dos Santos  
Romildo Carneiro Rolim  
Wanger Antonio de Alencar Roch

**ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS  
DO NORDESTE – ETENE**

Francisco José Araújo Bezerra  
*Superintendente*

**Ambiente de Estudos, Pesquisa e Avaliação**

Tibério Rômulo Romão Bernardo  
*Gerente de Ambiente*

Luciano J. F. Ximenes

*Gerente Executivo E. E. – Célula de Estudos e Pesquisas*

Leonardo Dias Lima - Gerente Executivo E.E. – *Central de Infor-  
mações Econômicas, Sociais e Tecnológicas*

**CORPO EDITORIAL****Editor-Chefe**

Francisco José Araújo Bezerra

**Editor-Executivo**

Luciano Jany Feijão Ximenes

**Editor-Científico**

Airton Saboya Valente Júnior

**EQUIPE TÉCNICA****Produto Interno Bruto**

Jacqueline Nogueira Cambota

**Produção Agropecuária**

Jackson Dantas Coêlho

**Produção Industrial**

Fernando Luiz Emerenciano Viana

Francisco Diniz Bezerra

**Serviços e Comércio**

Wellington Santos Damasceno

**Mercado de Trabalho**

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

**Cenário Internacional**

Airton Saboya Valente Júnior

**Comércio Exterior**

Laura Lúcia Ramos Freire

**Finanças Públicas**

Antônio Ricardo de Norões Vidal

**Intermediação Financeira**

Allisson David de Oliveira Martins

**Índice de Preços**

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Allisson David de Oliveira Martins

**Estagiária**

Francisca Crisia Diniz Alves

**Preparação de Tabulação de Dados**

Hamilton Reis de Oliveira

Leonardo Dias Lima

**Revisão**

Hermano José Pinto

**Diagramação**

Gustavo Bezerra Carvalho

**Banco do Nordeste do Brasil S/A**  
**Escritório Técnico de Estudos Econômicos**  
**do Nordeste - ETENE**

Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 - Térreo

Passaré - 60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL

Telefone: (85) 3299.3033

Cliente Consulta: 0800 728 3030

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.

É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme lei n°. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - N. 44 (outubro - dezembro. 2015). – Fortaleza:

Banco do Nordeste do Brasil, 2015 -

42 p.

Trimestral.

ISSN 18078834

1. Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

## SUMÁRIO

<b>1. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS</b> .....	<b>4</b>
1.1. A matriz energética brasileira e as perspectivas para as fontes solar e eólica no nordeste.....	4
1.2. Análise das Contas Regionais 2010 - 2013 .....	10
<b>2. ATIVIDADE ECONÔMICA</b> .....	<b>21</b>
2.1. Produto Interno Bruto (PIB).....	21
2.2. Produção Agropecuária .....	23
2.3. Produção Industrial .....	26
2.4. Comércio e Serviços.....	29
<b>3. MERCADO DE TRABALHO</b> .....	<b>33</b>
<b>4. SETOR EXTERNO</b> .....	<b>36</b>
4.1. Cenário Internacional .....	36
4.2. Comércio Exterior.....	38
<b>5. FINANÇAS PÚBLICAS</b> .....	<b>40</b>
<b>6. INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b> .....	<b>43</b>
6.1. Saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional .....	43
6.2. Saldo das operações de crédito no Nordeste.....	45
6.3. BNB: Taxa de juros, saldo dos depósitos e operações de crédito.....	46
<b>7. ÍNDICE DE PREÇOS</b> .....	<b>48</b>
7.1. Inflação .....	48
7.2. Cesta básica regional .....	50
<b>ANEXO A – PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS: NORDESTE E BRASIL – 2015</b> ....	<b>52</b>
<b>ANEXO B – VALORES ABSOLUTOS</b> .....	<b>53</b>
<b>ANEXO C – VALORES DOS PRINCIPAIS INDICADORES (%)</b> .....	<b>54</b>

## 1. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

### 1.1. A Matriz Energética Brasileira e as perspectivas para as fontes Solar e Eólica no Nordeste

**Francisco Diniz Bezerra**

Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente (DDMA-PRODEMA/UFC) e Coordenador de Estudos e Pesquisas do BNB/ETENE. E-mail: diniz@bnb.gov.br.

#### Introdução

O uso da energia nas atividades humanas vem sendo intensificado nas últimas décadas. Para o atendimento das necessidades energéticas crescentes, a humanidade tem recorrido às diversas fontes primárias de suprimento, tanto de origem não renovável (petróleo, gás natural, carvão mineral e urânio) como de origem renovável (biomassa, energia hidráulica, energia geotérmica, energia eólica e energia solar).

No Brasil, o suprimento da demanda de energia provém, em sua maior parte, de fontes fósseis, onde prepondera o uso dos derivados do petróleo, com destaque para o óleo diesel usado nos transportes. No entanto, ainda referindo-se ao uso de combustíveis líquidos, cabe destacar a importância do etanol e do biodiesel. Esses combustíveis diferenciam a matriz energética brasileira da maioria dos países, onde o uso de fontes renováveis é menos intenso.

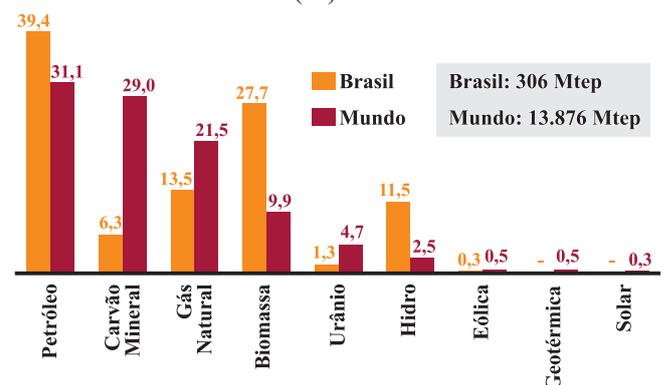
No que se refere à geração de eletricidade, o Brasil também se destaca no cenário mundial por ter sua matriz de energia elétrica fortemente baseada em fontes renováveis, com preponderância da hidroeletricidade e da biomassa proveniente da cana-de-açúcar. Mais recentemente, vêm ganhando destaque as fontes eólica e solar. Como se depreende dos resultados dos leilões de compra e venda de energia elétrica, promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, a energia eólica já é considerada atualmente a segunda fonte mais competitiva, sendo superada apenas pelas grandes usinas hidrelétricas. Neste contexto, o Nordeste se destaca, em razão de seu elevado potencial eólico e de dispor de “jazidas” de ventos mais favoráveis do que em outras regiões à instalação de aerogeradores.

#### A matriz energética brasileira

A transformação da energia primária disponibilizada na natureza em formas úteis é realizada mediante o emprego de tecnologias, dando origem às fontes se-

cundárias. São muitas as tecnologias que transformam a energia oriunda de fontes primárias em outras formas passíveis de atender alguma necessidade humana. No entanto, nem todas são competitivas. No contexto mundial atual, as fontes primárias mais utilizadas são, pela ordem, o petróleo, o gás natural, o carvão mineral e o urânio que, em conjunto, representam 86,3% da matriz energética mundial (Gráfico 1.1.1). A matriz energética brasileira se diferencia da observada no Mundo, em virtude da expressiva presença das fontes renováveis, que representam 39,5% da Oferta Interna de Energia (OIE) de 306 Mtep, com destaque para os biocombustíveis e a hidroeletricidade. Mesmo assim, a participação das fontes não renováveis é majoritária, somando 60,5% do total da energia ofertada no País. As fontes eólica (0,3%) e solar (0,0002%) destinadas à geração elétrica ainda são inexpressivas no Brasil.

Gráfico 1.1.1 – Participação das fontes primárias na matriz energética mundial e brasileira – 2014 (%)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de BRASIL (2015a).

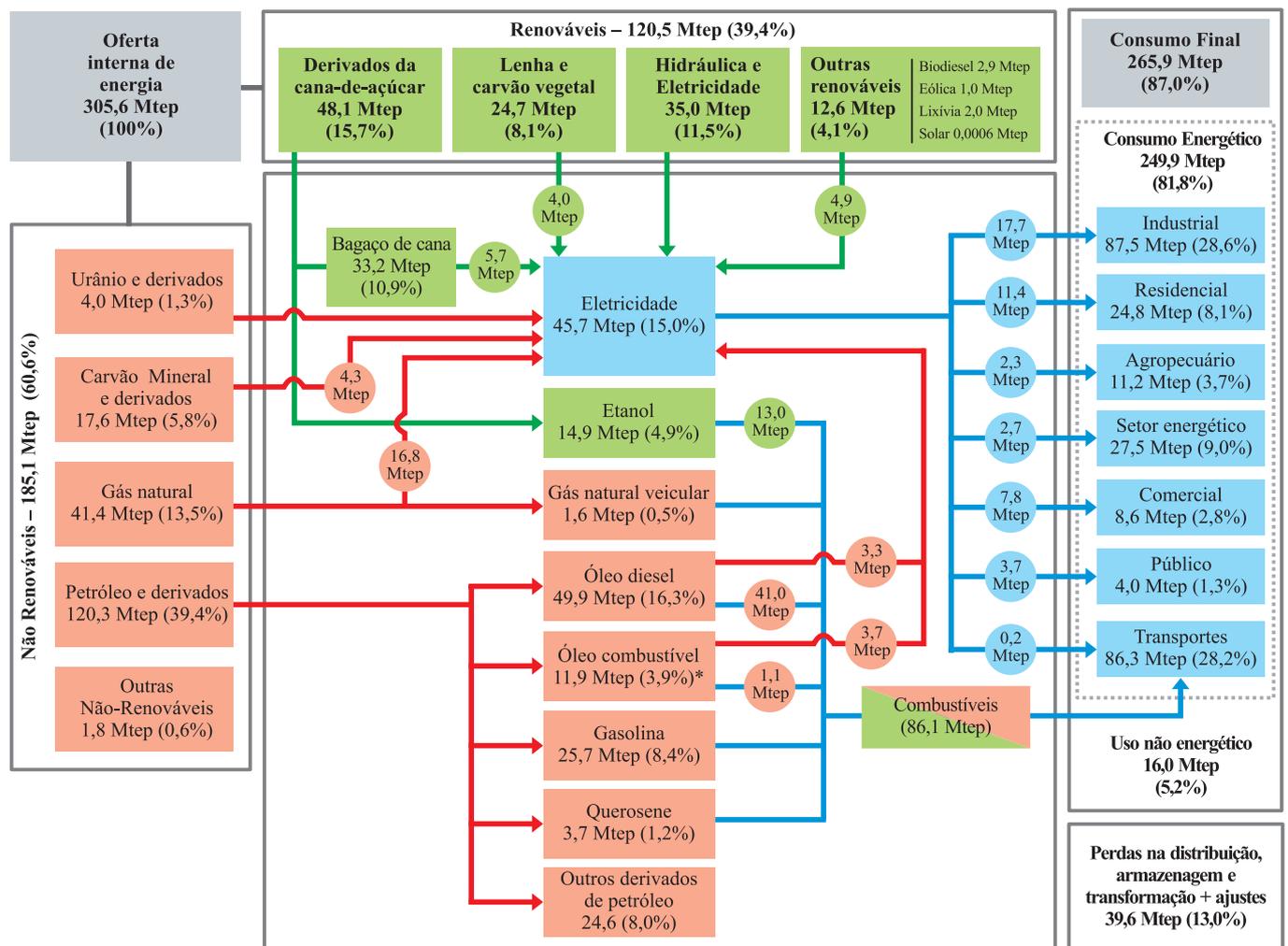
Para o uso humano, as fontes primárias são transformadas, mediante o emprego de tecnologias, em formas úteis de energia, dentre as quais se destacam: a) combustível para transportes; b) eletricidade; e c) calor.

No Brasil, o setor de transportes demanda 86,3 Mtep de combustíveis, representando 28,2% da Oferta Interna de Energia, com destaque para a participação

do óleo diesel (16,3%). A energia elétrica consumida no País corresponde a 45,7 Mtep, representando 15,0% da OIE, sendo 11,5% proveniente da fonte hídrica. O calor é utilizado principalmente em processos industriais. A Figura 1 ilustra a origem e o destino dos dois principais insumos da matriz energética brasileira: os combustíveis para transportes e a eletricidade. Diferentemente do que se observa para grande parte dos países, o Brasil se destaca no uso de eletricidade e de combustíveis provenientes de fontes de energia renováveis.

No Nordeste, as fontes solar, eólica e biomassa se destacam como as mais promissoras, visando ao aproveitamento de potencialidades energéticas da Região. A fonte hidráulica, apesar de preponderante para a geração elétrica, tem o seu potencial economicamente viável praticamente esgotado na Região. Petróleo e gás natural, embora existentes no Nordeste, são mais abundantes em outras regiões do País. Considerando essa realidade, são apresentadas a seguir, as potencialidades e perspectivas das fontes solar e eólica, com ênfase no Nordeste.

Figura 1 – Origem e destino dos combustíveis para transportes e da eletricidade na matriz energética brasileira – 2014



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de BRASIL (2015b).

Notas: \* Transformação

O rendimento médio das térmicas situa-se entre 30% e 40%. Desta forma, parte expressiva do consumo de combustível no processo de geração de energia elétrica se dissipa na forma de calor.

## Energia Solar

De acordo com o Atlas Brasileiro de Energia Solar (Pereira *et al.*, 2006), o Semiárido nordestino está entre as áreas do País que apresentam os melhores parâmetros técnicos de insolação. Este fato *per se* faz dessa Região

uma candidata natural a receber investimentos em projetos de geração de energia elétrica a partir da fonte solar, a exemplo do que já se observa para a fonte eólica. Também se vislumbra o aumento do uso de tecnologias solares para aquecimento de água e uso em processos industriais.

O potencial de utilização da energia solar para geração elétrica é gigantesco no Nordeste. Essa Região apresenta vantagens em relação às demais regiões brasileiras, graças à maior intensidade da radiação solar e à maior média diária de luminosidade existente em parte expressiva de sua área, notadamente no Semiárido. Em virtude dessas características da Região, o primeiro projeto de geração solar com fins comerciais, com potência instalada de 1 MWp, foi implantado no Ceará, no município de Tauá.

Apesar do enorme potencial existente no Nordeste, a geração solar ainda possui escala de custos superior à de outras fontes, haja vista o seu insucesso nas concorrências dos leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Essa falta de competitividade ante as demais fontes ficou evidente no 8º. Leilão de Energia de Reserva, realizado em 28/08/2015 e destinado exclusivamente à fonte solar, no qual a energia elétrica foi comercializada ao preço médio de R\$ 301,79 por MWh, superior ao observado em outros leilões. Ressalta-se que nesse leilão, o Nordeste sobressaiu-se, em virtude de 24 projetos, dentre os 30 vencedores, serem localizados nessa Região. Por outro lado, a geração distribuída para consumo próprio está se tornando competitiva ante os preços finais praticados pelas concessionárias de energia elétrica, possibilitando o surgimento de um mercado gigantesco no País para bens e serviços relacionados à energia solar. A legislação brasileira também tem evoluído nos últimos anos, ensejando maior segurança aos consumidores na geração de sua própria energia.

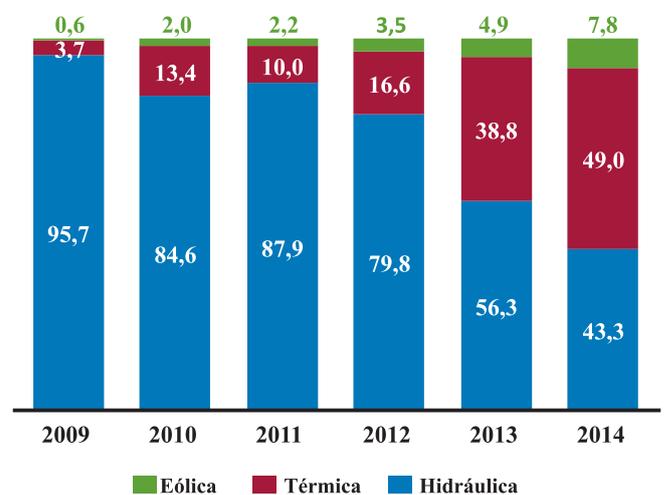
Atualmente, as tecnologias heliotérmica (fototérmica ou termossolar) e fotovoltaica são as mais empregadas no aproveitamento da energia proveniente do Sol. A tecnologia heliotérmica consiste no processo de uso e acúmulo do calor proveniente dos raios solares. Apesar de ser competitiva em diversas aplicações, notadamente no aquecimento de água, as tecnologias heliotérmicas são relativamente pouco utilizadas no Nordeste, havendo espaço para ampliar substancialmente o seu emprego, tanto em substituição ao chuveiro elétrico como também para o uso em processos industriais.

A tecnologia fotovoltaica consiste em um processo que converte a radiação solar diretamente em eletricidade com o uso de células solares. Essa tecnologia tem reduzido de forma expressiva o preço do Watt-pico (Wp) nas últimas décadas. Enquanto em 1977 as células fotovoltaicas custavam US\$ 76,67/Wp, em 2013 eram comercializadas a US\$ 0,74/Wp, o que representa uma redução de mais de 100 vezes (BLOOMBERG NEW ENERGY FINANCE *apud* THE ECONOMIST, 2015). Embora não tenha participado com sucesso nos leilões da Aneel, a geração solar apresenta perspectivas favoráveis para o futuro próximo.

## Energia Eólica

Ao longo do tempo, a energia elétrica consumida no Nordeste tem sido gerada basicamente a partir da fonte hidráulica, destacando-se o Rio São Francisco como o seu principal provedor. No entanto, em anos recentes, outras fontes têm ocupado espaço mais relevante na matriz de geração elétrica da Região, sendo promissoras as perspectivas para um paulatino aumento da participação da fonte eólica. Com efeito, além das fontes térmicas, utilizadas com maior intensidade apenas quando ocorre escassez pluviométrica e diminuição expressiva do nível d'água dos reservatórios, cada vez mais a fonte eólica ganha espaço na matriz de geração elétrica do Nordeste, já tendo, inclusive, elevado a sua participação de 0,6% em 2009 para 7,8% em 2014 (Gráfico 1.1.2). Além disso, o potencial hidrelétrico remanescente economicamente viável da Região encontra-se próximo do seu esgotamento, enquanto as fontes renováveis solar e principalmente a eólica tornam-se cada vez mais competitivas ante a diminuição dos custos de instalação e de geração.

Gráfico 1.1.2 – Evolução da participação das fontes hidráulica, térmica e eólica na matriz de geração elétrica do Subsistema Nordeste (%)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de ONS (2015).

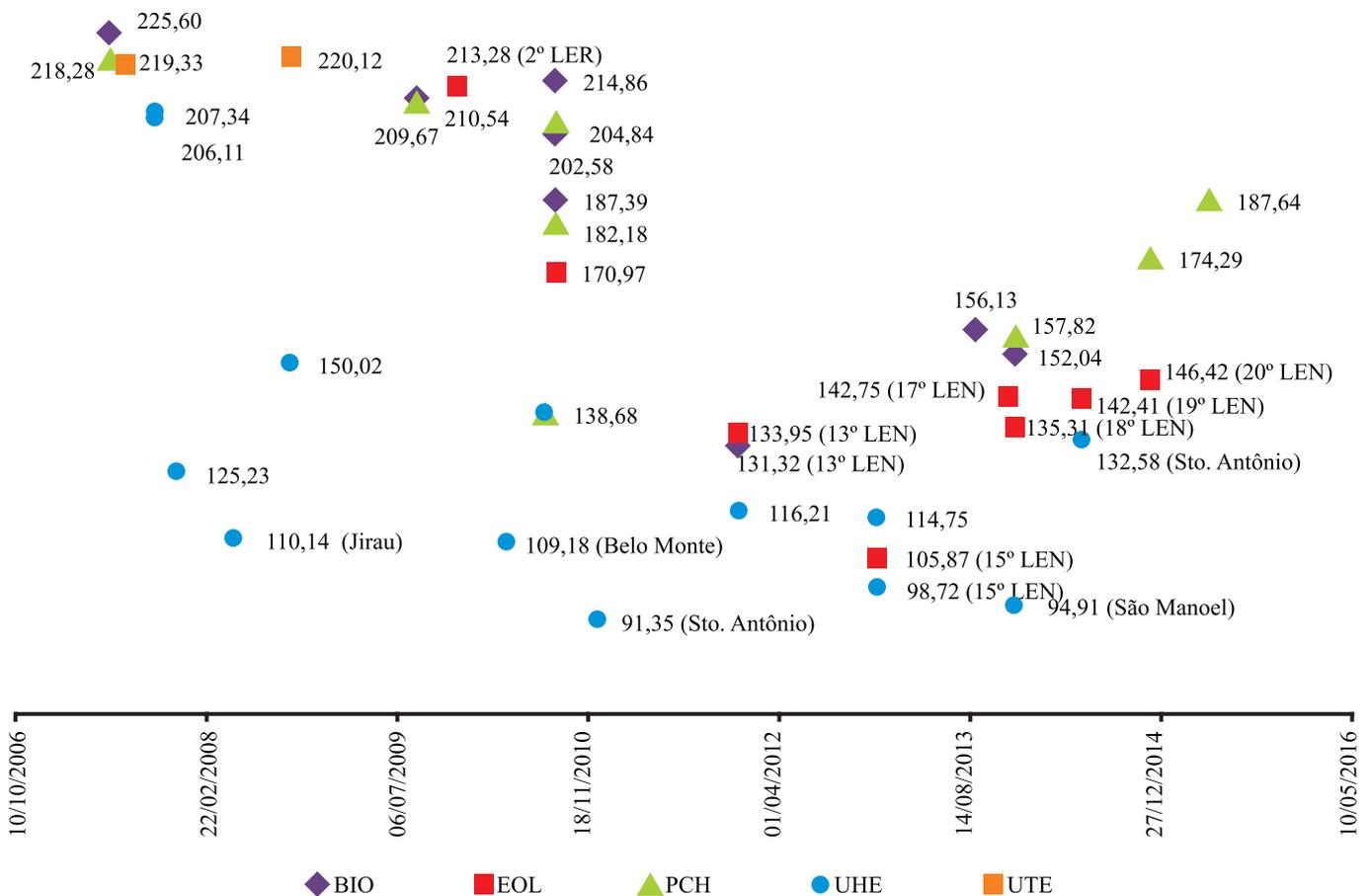
O Brasil possui potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica superior à atual demanda. De acordo com o Atlas do Potencial Eólico do Brasil (Amarante *et. al.*, 2001), o potencial eólico do Brasil alcança 143 GW, dos quais cerca da metade no Nordeste. Esse montante foi estimado tendo por base velocidades médias de vento igual ou superior a 7 m/s a 50 metros de altura. Considerando alturas maiores, como as das torres dos novos parques eólicos, que normalmente ultrapassam 80 metros, estima-se que o potencial eólico do Brasil

ultrapasse 300 GW, superior à atual capacidade instalada de geração de energia elétrica do País, de cerca de 150 GW. Cabe destacar que estão localizadas na Região nordestina as “jazidas” de vento que apresentam as melhores condições de aproveitamento para fins de geração de energia elétrica. Por esta razão, a maioria dos projetos que participaram dos leilões de energia da ANEEL está situada nessa Região. Em função de sua competitividade na geração eólica, o Nordeste é candidato natural a receber vultosos investimentos previstos para os próximos anos nessa fonte energética.

A tecnologia de geração de energia elétrica com o uso de aerogeradores não se mostrava competitiva no Brasil até meados dos anos 2000. No entanto, atu-

almente representa a segunda fonte mais competitiva nos leilões de comercialização de energia elétrica, perdendo apenas para as grandes usinas hidroelétricas (Gráfico 3). É notória a tendência de queda nos preços da fonte eólica desde o 2º. Leilão de Energia Renovável (LER), realizado em dezembro de 2009, cujo preço foi de R\$ 213,28, em valor atualizado pelo IPCA para julho/2015. Esse desempenho tende a se manter no futuro, o que ensejará o fortalecimento do mercado de aerogeradores no País. Neste contexto, seria importante o Brasil fomentar o desenvolvimento de tecnologias endógenas que possibilitem o aproveitamento do enorme potencial de ventos existente no País, sobretudo no Nordeste.

Gráfico 3 – Preço médio de energia elétrica comercializada em leilões da ANEEL (Reais)



Fonte: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (2015).

Notas: Valores a preços constantes de jul/2015, corrigidos pelo IPCA.

Legenda: LEN – Leilão de Energia Nova; BIO – Biomassa; EOL – Energia Eólica; PCH – Pequena Central Hidrelétrica; UHE – Hidrelétrica; UTE – Unidade Termelétrica.

O elevado potencial eólico do Nordeste, associado à competitividade dessa fonte energética nos leilões de compra e venda de energia elétrica, atraiu fabricantes de componentes de aerogeradores para a Região, já tendo sido instaladas diversas fábricas, em vários estados nordestinos. A vinda de fabricantes desses equipamentos traz consigo *know-how* que poderá ser absorvido por profissionais brasileiros e possibilitar o surgimento

de massa crítica nesse campo no País, ainda incipiente. A efervescência dessa indústria, cujo crescimento tem sido vertiginoso e sustentável nos últimos anos, ensejou a criação de cursos de capacitação nas universidades brasileiras e nordestinas, bem como a formação de grupos de pesquisas nessa área. Espera-se, assim, que o Brasil e o Nordeste, em particular, possam, com o passar do tempo, gerar inovações no campo da geração

eólica, consolidando o processo de internalização dessa tecnologia no País.

No que concerne aos aerogeradores de pequeno porte, existe um espaço enorme para crescimento, principalmente após a legislação brasileira permitir o intercâmbio de produtores pessoa física com a rede de distribuição, gerando créditos (em kWh) válidos por um ano. Esta iniciativa, associada a outras, está favorecendo o surgimento de empresas fabricantes e fornecedoras desses equipamentos no País. Nesse caso, já existe tecnologia nacional, que deverá ser aprimorada para não perder espaço para fabricantes de outros países.

Outro aspecto que cabe registro diz respeito ao montante de investimentos requeridos para implantação dos parques eólicos e, em decorrência, a geração de empregos. De acordo com a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica, 2015), em 2014, o Brasil recebeu R\$ 18 bilhões de investimentos em energia eólica, grande parte financiados pelo BNDES, gerando 36 mil postos de trabalho. Segundo essa entidade, ante a projeção de se ter 18 GW de capacidade instalada em 2019 para a fonte eólica, estima-se a disponibilidade de 150 mil postos de trabalho em decorrência dos investimentos realizados e dos que estão por vir.

## Considerações Finais

Embora a participação das fontes solar e eólica na matriz energética brasileira ainda seja modesta, as potencialidades para o aproveitamento dessas alternativas no País são expressivas. Neste contexto, o Nordeste sobressai-se como candidato natural para receber a maior parte dos investimentos nessas fontes energéticas, em razão de possuir as melhores “jazidas” de vento e deter o maior nível de insolação entre as regiões brasileiras. Para o Semiárido, em particular, vislumbra-se importantes investimentos em energia solar, tanto em grandes empreendimentos como também na microgeração distribuída, alternativa de geração que ora nasce com força no País ante os avanços na legislação.

Apesar do Brasil dispor de condições favoráveis à implantação de projetos de energia solar e eólica, o País ainda depende de tecnologia importada, desenvolvida principalmente nos países desenvolvidos. O potencial dessas fontes no Brasil e, de modo particular, no Nordeste, credencia tanto o País como a Região a criarem tecnologia própria para o aproveitamento dessas alternativas energéticas e, dessa forma, não ficarem permanentemente dependentes de tecnologias estrangeiras. No entanto, para que isso se torne realidade, são necessários investimentos em recursos humanos, laboratoriais e a criação de mecanismos financeiros que estimulem os

pesquisadores materializarem boas ideias nessa e em outras áreas com elevado potencial de crescimento. Não agir e deixar que o setor se desenvolva apenas pela dinâmica das forças de mercado poderá significar a perda do *timing*, deixando-se de gerar oportunidades endógenas de criação de empregos qualificados nessas áreas, que se apresentam, conforme referido, muito promissoras no presente e sobretudo no futuro.

Os recentes avanços no marco regulatório brasileiro relacionado ao aproveitamento dos potenciais eólico e solar representam um passo importante para consolidar um mercado sustentável no País. Contudo, outros esforços são necessários para dinamizar esse filão de negócios, a exemplo da disponibilidade de mecanismos de financiamento mais adequados às características desses empreendimentos. Trata-se de uma excelente oportunidade para os agentes de crédito do País, em particular os que atuam no Nordeste.

## Referências

AMARANTE, Odilon A. Camargo do; ZACK, John; BROWER, Michael; SÁ, Antônio Leite de. (2001) **Atlas do potencial eólico brasileiro**. Disponível em: [http://www.cresesb.cepel.br/publicacoes/download/atlas\\_eolico/Atlas%20do%20Potencial%20Eolico%20Brasileiro.pdf](http://www.cresesb.cepel.br/publicacoes/download/atlas_eolico/Atlas%20do%20Potencial%20Eolico%20Brasileiro.pdf). Acesso em: 14 Agosto 2015.

ABEEólica-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA EÓLICA (ABEEólica). **Eólicas fecham 2014 com 41% de fator de capacidade médio**. Disponível em: <http://portalabeeolica.org.br/index.php/noticias/3378-e%C3%B3licas-fecham-2014-com-41-de-fator-de-capacidade-m%C3%A9dio.html>. Acesso em: 01 Setembro 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (2014). **Resenha energética brasileira: exercício de 2014**. Disponível em: <http://www.mme.gov.br>. Acesso em: 01 Setembro 2015.

\_\_\_\_\_. (2015b). **Tabela 5.1 do Balanço Energético Nacional (BEN)**. Disponível em: <http://www.mme.gov.br>. Acesso: 14 Agosto 2015.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. **Leilões**. Disponível em: [http://www.ccee.org.br/portal/faces/oquefazemos\\_menu\\_lateral/leiloes?\\_afLoop=524194181944865#%40%3F\\_afLoop%3D524194181944865%26\\_adf.ctrl-state%3Dykai81oea\\_45](http://www.ccee.org.br/portal/faces/oquefazemos_menu_lateral/leiloes?_afLoop=524194181944865#%40%3F_afLoop%3D524194181944865%26_adf.ctrl-state%3Dykai81oea_45). Acesso em: 01 Setembro 2015.

ONS-OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO (2015). **Histórico da geração (banco de dados)**. Disponível em: [http://www.ons.org.br/historico/geracao\\_energia.aspx](http://www.ons.org.br/historico/geracao_energia.aspx). Acesso em: 01 Setembro 2015.

PEREIRA, Enio Bueno; MARTINS, Fernando Ramos; ABREU, Samuel Luna de; RÜTHER, Ricardo. (2006). **Atlas Brasileiro de Energia Solar**. Disponível em: [http://www.ccst.inpe.br/wp-content/themes/ccst-2.0/pdf/atlas\\_solar-reduced.pdf](http://www.ccst.inpe.br/wp-content/themes/ccst-2.0/pdf/atlas_solar-reduced.pdf). Acesso em: 14 Agosto 2015.

THE ECONOMIST. (2015). **Pricing sunshine: the rise of solar energy**. Disponível em: <http://www.economist.com/blogs/graphicdetail/2012/12/daily-chart-19>. Acesso em: 15 Setembro 2015. [Dec 28th 2012, 15:31BY ECONOMIST.COM]

## 1.2 Análise das Contas Regionais 2010 - 2013

**Antônio RICARDO de Norões Vidal**

Economista Coordenador de Estudos e Pesquisas do ETENE/BNB

**Francisca Crísia Diniz Alves**

Graduanda em Economia Bolsista de nível superior

### Introdução

Este informe analisa as contas regionais 2010 - 2013 divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. As contas regionais do Brasil foram revisadas adotando o ano de 2010 como referência, estando em conformidade com o novo manual System of national accounts 2008, SNA 2008<sup>1</sup>.

O Produto Interno Bruto do Brasil (PIB), em 2013, foi de R\$ 5,32 trilhões, contra R\$ 4,81 trilhões em 2012. Os cinco maiores estados, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, concentravam 65,6% do PIB nacional. O PIB do Paraná ultrapassou o PIB do Rio Grande do Sul em 2013 pela primeira vez em todas as séries de contas regionais já divulgadas, passando a ser a quarta maior economia nacional.

Os cinco menores PIBs brasileiros são de estados da Região Norte, seguidos por seis estados do Nordeste. Em contrapartida olhando a variação do PIB no período, observa-se que essas regiões menos desenvolvidas, Norte e Nordeste, cresceram acima da média nacional (9,1%). As regiões Norte e o Centro-Oeste foram as que mais cresceram, 13,6%, seguidas pelas regiões Nordeste, 10,3%, Sul, 10,1% e Sudeste, 7,4%.

Além dessa breve introdução e da posterior conclusão, o documento subdivide-se em três seções, buscando avaliar o desempenho econômico no período e mantendo o foco, em alguns momentos, na comparação de 2013 em relação a 2012.

Na primeira seção, estuda-se o desempenho do PIB dos estados brasileiros no ano de 2013, analisando a evolução do grau de concentração da produção entre as regiões, bem como a geração de riqueza pelos estados a partir de um indicador de produtividade desenvolvido pelo Etene. Na segunda seção, avalia-se o PIB per capita dos estados em 2013 e, na terceira seção, buscou-se detalhar o desempenho dos setores econômicos no PIB

das regiões e nas unidades federativas do Nordeste.

A análise dos resultados das contas regionais permite que se avalie o desempenho recente da economia brasileira, das regiões e estados, identificando-se ainda os setores mais dinâmicos do País e do Nordeste. Os resultados obtidos permitem também que se verifique a persistência das disparidades espaciais de renda per capita no Brasil. As informações e dados gerados no presente informe oferecem valiosos subsídios para a formulação de políticas regionais de desenvolvimento.

### Desempenho do PIB

A economia brasileira viveu um ciclo de crescimento econômico no período 2010 - 2013, no valor acumulado de 9,1%. O Produto Interno Bruto - PIB a preços de mercado acumulado no ano de 2013 apresentou crescimento de 11,1% em relação ao ano de 2012. Observa-se que no período de 2010 a 2013, o incremento anual médio foi de 2,9%. No período em questão ainda se refletia uma situação em que os largos superávits das contas externas, que além dos preços das commodities também sentiam os efeitos benéficos do humor externo favorável as economias emergentes. A partir de 2013 os preços das commodities começaram a desabar no mercado internacional e os termos de troca deixam de ser favoráveis ao país. Associado a isso, políticas expansionistas foram adotadas – indução ao aumento do crédito, redução das taxas de juros e crescimento do gasto público – fazem do período um retrato nada semelhante ao período posterior que estamos e iremos viver, 2014 – 2017, em que o país deve sofrer um crescimento acumulado negativo. Segundo o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace, Ibre-FGV) O Brasil entrou em recessão no segundo trimestre de 2014.

Em 2013, a decomposição dos componentes do PIB pela ótica da renda no Brasil<sup>2</sup>, foi de 43,4% na remuneração do trabalho, 40,9% no excedente operacional bruto (rendimento do capital) e rendimento misto (renda obtida por autônomos e empregadores) e 15,7% em impostos totais. O valor adicionado (VA) representava 85,3% do

<sup>1</sup> A atualização de uma série de Contas Regionais, usualmente referida como mudança de referência, é, normalmente, compreendida como a atualização dos pesos das atividades econômicas adotados no cálculo do PIB dos estados e de seus componentes a preços constantes de um determinado ano. Quando se realiza a chamada “mudança de referência” incorpora-se, também, nova classificação de bens e serviços, novas fontes de dados, e resultados de pesquisas realizadas, visando ao estabelecimento de marcos estruturais que serão referências para os próximos anos.

<sup>2</sup> O PIB pela ótica da renda está sendo divulgado pela primeira vez para todos os estados para o período 2010-2013.

PIB. Na região Nordeste, a remuneração do trabalho tem um peso maior que nas demais. Este fato é corroborado também pelo peso da administração pública nestas unidades da federação<sup>3</sup>. A região é a que tem o menor peso do excedente operacional bruto e do rendimento misto no PIB pela ótica da renda em 2013, 39,2%. O estado de Pernambuco é o que tem maior peso dos impostos no PIB renda, 15,3%, acima da Bahia e semelhante à região Sul, revelando que tem uma indústria de transformação importante. A Tabela 1 apresenta o PIB pela ótica da renda.

Tabela 1 – Participação dos Componentes do PIB - Ótica da Renda - % - 2013

Estados/ Regiões	PIB Pela Ótica da Produção		Componentes do Valor Adicionado		
	Valor Adicionado	Impostos sobre o Produto	Remuneração	Outros Impostos s/ Produção	EOB e RM
Alagoas	90,4	9,6	49,5	0,8	40,1
Bahia	87,0	13	45,9	1,0	40,1
Ceará	87,0	13	47,4	0,9	38,8
Maranhão	88,7	11,3	43,6	0,7	44,4
Paraíba	88,4	11,6	52,3	0,7	35,4
Pernambuco	85,6	14,4	47,6	0,9	37,1
Piauí	89,0	11	53,5	0,6	34,9
Rio Grande do Norte	89,1	10,9	47,9	0,8	40,3
<b>Nordeste</b>	<b>87,5</b>	<b>12,5</b>	<b>47,4</b>	<b>0,9</b>	<b>39,2</b>
Norte	88,5	11,5	42,8	0,9	44,8
Sudeste	84,1	15,9	42,6	1,3	40,2
Sul	85,8	14,2	41,5	1,1	43,2
Centro-Oeste	87,4	12,6	45,9	0,8	40,7
<b>Brasil</b>	<b>85,4</b>	<b>14,6</b>	<b>43,4</b>	<b>1,1</b>	<b>40,9</b>

Fonte: IBGE, contas regionais, 2010-2013. Elaboração dos autores. Nota: EOB: Excedente operacional bruto; RM: Rendimento misto.

O crescimento do PIB nacional, no período 2010-2013, foi corroborado pela expansão econômica em todas as regiões do País – Norte (13,6%), Centro-Oeste (13,6%), Nordeste (10,3%), Sul (10,1%) e Sudeste (7,4%) – destacando os estados de Mato Grosso (21,9%), Amapá (18,3%), Amazonas (17,3%), Mato Grosso do Sul (17,0%) e Tocantins (16,9%), que tiveram as melhores taxas em suas respectivas regiões. Os estados do Nordeste que apresentaram os melhores resultados foram Paraíba (16,7%), Maranhão (15,7%), Piauí (13,4%) e Pernambuco (12,1%). O estado da Bahia teve o menor crescimento (6,3%).

Entre 2010 e 2013, Mato Grosso foi o estado com

<sup>3</sup> Cabe salientar que, pelos dados do IBGE, observa-se que 42,2 % dos municípios brasileiros (2.349) tinham em 2013 mais do que um terço da sua economia dependente do setor de Administração, saúde e Educação Públicas e Seguridade Social.

o maior crescimento acumulado do PIB (21,9%). No mesmo período, 18 unidades da federação cresceram mais que o Brasil (9,1%), aí incluídos todos os estados das regiões Norte, Centro-Oeste e Sul. O Rio de Janeiro teve o pior resultado (5,7%), sendo que todos os estados da região Sudeste ficaram abaixo da média nacional. Já em 2013, num ano em que o PIB brasileiro cresceu 3,0%, 13 estados tiveram desempenhos acima da média nacional. A maior elevação ocorreu no Rio Grande do Sul (8,2%), cujo resultado foi influenciado pelo bom desempenho da agricultura, especialmente das culturas de soja, arroz e milho. O pior resultado ficou com o Espírito Santo (0,1%).

Em 2013, o PIB do Paraná (R\$ 332,84 bilhões) ultrapassou o do Rio Grande do Sul (R\$ 331,10 bilhões), assumindo a quarta posição no ranking. Em relação a 2010, o Paraná foi o estado que mais ganhou participação no PIB nacional, passando de 5,8% para 6,3%. No mesmo período, São Paulo deixou de contribuir com 1,2 ponto percentual (p.p.), passando de 33,3% para 32,1%. Mesmo assim, o estado ainda representa cerca de um terço da economia nacional. Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul participam com 33,4% em 2013, um ganho de 0,8 p.p. em relação a 2010. Os outros 0,4 p.p. perdidos por São Paulo ficaram com os 22 estados restantes.

Tabela 2 - Variação do PIB: 2010 - 2013 (%)

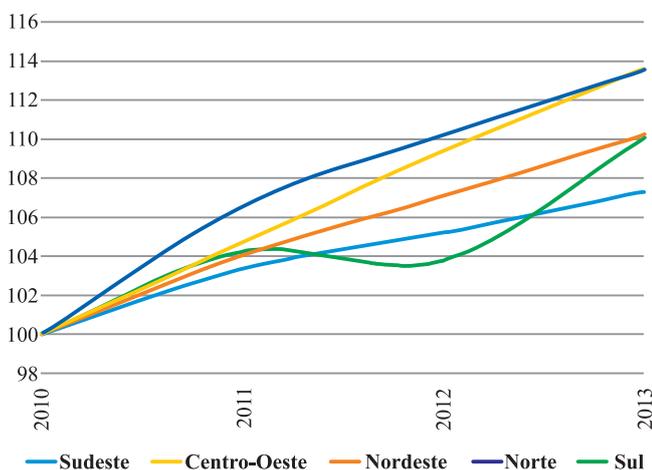
Regiões/Estados	2011	2012	2013	Acumulado
<b>Brasil</b>	<b>3,9</b>	<b>1,9</b>	<b>3,0</b>	<b>9,1</b>
<b>Norte</b>	<b>6,6</b>	<b>3,4</b>	<b>3,0</b>	<b>13,6</b>
Rondônia	5,5	3,1	0,6	9,4
Acre	4,0	6,7	2,0	13,3
Amazonas	10,4	1,8	4,4	17,3
Roraima	3,7	4,7	5,9	15,0
Pará	4,3	3,4	2,8	10,9
Amapá	4,6	9,6	3,2	18,3
Tocantins	8,6	5,1	2,4	16,9
<b>Nordeste</b>	<b>4,1</b>	<b>2,9</b>	<b>3,0</b>	<b>10,3</b>
Maranhão	6,1	4,0	4,8	15,7
Piauí	5,2	5,3	2,4	13,4
Ceará	3,8	1,6	5,0	10,7
Rio Grande do Norte	5,0	1,0	4,0	10,3
Paraíba	6,3	3,8	5,8	16,7
Pernambuco	4,5	4,2	2,9	12,1
Alagoas	4,8	1,8	0,7	7,4
Sergipe	5,0	1,2	1,1	7,4
Bahia	2,1	2,8	1,3	6,3

Regiões/Estados	2011	2012	2013	Acumulado
<b>Sudeste</b>	<b>3,4</b>	<b>1,8</b>	<b>2,0</b>	<b>7,4</b>
Minas Gerais	2,4	3,3	0,4	6,2
Espírito Santo	8,1	-0,6	0,1	7,5
Rio de Janeiro	2,5	1,9	1,2	5,7
São Paulo	3,7	1,5	2,9	8,3
<b>Sul</b>	<b>4,3</b>	<b>-0,4</b>	<b>6,1</b>	<b>10,1</b>
Paraná	4,5	-0,1	5,6	10,2
Santa Catarina	3,5	1,6	3,6	9,0
Rio Grande do Sul	4,4	-2,1	8,2	10,6
<b>Centro-Oeste</b>	<b>4,7</b>	<b>4,5</b>	<b>3,9</b>	<b>13,6</b>
Mato Grosso do Sul	3,5	6,0	6,6	17,0
Mato Grosso	5,9	11,0	3,7	21,9
Goiás	5,9	4,5	3,0	14,0
Distrito Federal	3,7	1,0	3,8	8,6

Fonte: IBGE (2015)

A evolução da série encadeada do volume do PIB, observada na tabela 2, pode ser representada pelo gráfico 1, a seguir, mostrando a trajetória ascendente de todas as regiões do Brasil no período, com destaque para as Regiões Norte e Centro-Oeste que tiveram a maior taxa de crescimento do País.

Gráfico 1 – Série Encadeada do Volume do PIB



Fonte: IBGE (2013).

Na Região Nordeste merecem destaques os estados da Paraíba (16,7%), Maranhão (15,7%), Piauí (13,4%), Pernambuco (12,1%), Ceará (10,7%) e Rio Grande do Norte (10,3%), que cresceram acima do nível do País, fazendo com que a Região, em sua totalidade, também tenha crescido acima da média nacional, apesar do crescimento abaixo da média nacional da economia baiana (6,3%), que apresenta grande peso na composição produtiva do Nordeste. A economia baiana representa 28,3% da

economia nordestina em 2013, e o setor de serviços, que representa 70,4% de seu valor adicionado bruto<sup>4</sup> neste ano, cresceu apenas 1,7%, com relação a 2012. Associado a este fato, observou-se uma queda no valor adicionado bruto da agropecuária, -4,3% e um aumento de apenas 0,7% na indústria. Cabe salientar que o crescimento da Região é fortemente influenciado pelo desempenho do setor de serviços, que têm uma participação média de 72,1% na composição produtiva nordestina.

No estado da Paraíba, os serviços representam 75,9% de participação do valor adicionado bruto do Estado, a indústria 19,7% e a agricultura 4,4%. Nos serviços (4,7%), destaca-se o papel do comércio, que teve um aumento de 7,5% em relação ao ano anterior. Serviços de informação, 11,5%, aluguel, 6,8% e serviços às empresas, 11,9%, são outros resultados do setor de serviços que compensaram o baixo crescimento na administração, saúde e educação pública e seguridade social, 1,1%. Na indústria, que teve um crescimento de 7,2%, com relação ao ano de 2012, os destaques são a extração mineral, 28,8%, eletricidade, 14,0% e construção, 6,5%. A agropecuária teve o maior crescimento setorial, 13,9%, em que o crescimento relevante foi a agricultura, inclusive apoio a agricultura e a pós-colheita, com um aumento de 19,9% com relação ao ano anterior.

A indústria teve uma grande influência na taxa de crescimento do valor adicionado bruto de 2013, do estado do Maranhão, com um avanço de 58,8% em eletricidade e 5,9% na indústria de transformação. Nos serviços, o comércio teve uma expansão de magnitude semelhante ao crescimento do setor serviços, 3,9% e 3,4%, respectivamente. Ainda no setor de serviços, destacam-se os serviços prestados às empresas, que também apresentou índice de crescimento considerável, na casa de 13,7%. A agropecuária no Maranhão tem a maior representatividade em relação aos outros estados (10,3% em 2013). Este setor registrou acréscimo de 5,4% em comparação com 2012, com destaque para a agricultura, 6,2%.

Já no Ceará, a agropecuária registrou decréscimo de 2,3%, e a ênfase foi a queda na agricultura, -4,4%. A indústria sofreu acréscimo de 10,3%, com resultados positivos da indústria de transformação, 10,3% e eletricidade, 33,1%. O comércio cresceu apenas 0,3%, mas o resultado do setor de serviços, 3,2% se deu em função dos resultados do setor de transportes, 14,8%, serviços de informação, 16,6%, aluguéis, 5,2% e serviços às empresas, 5,0

Os estados com menor desempenho no valor

4 Valor adicionado bruto: Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades. Não inclui os impostos e subsídios. O IBGE não divulgou o PIB por setor.

adicionado bruto em 2013, foram Alagoas e Bahia, com 0,7% e 1,0% de crescimento, respectivamente. Em Alagoas o destaque negativo é a indústria com resultado negativo de 7,9%, da indústria de transformação, -17,3% e construção, -1,0%. O desempenho econômico do valor adicionado bruto da Bahia em 2013 (1,0%), que ficou abaixo da mostrada pela Região Nordeste (3,0%), apresentou resultados negativos na agricultura, -7,7%, indústria de transformação, -3,3%, eletricidade, -1,1% e no setor de transportes, -3,1%. Atividades importantes como administração, saúde e educação pública e seguridade social, que representa 28,8% do setor, e comércio, com representação de 19,0% do setor, cresceram apenas 1,5% e 1,7%, respectivamente.

A participação das regiões no Produto Interno Bruto do Brasil é mostrada na Tabela 3. De 2010 a 2013, três Grandes Regiões ganharam participação: Sul avançou 0,5, Nordeste, 0,1; e Norte, 0,2 ponto percentual. A Região Sudeste teve a maior queda na contribuição para o PIB, 0,8 p.p. O Centro-Oeste manteve sua participação em 9,1% do PIB brasileiro.

Tabela 3 – Produto Interno Bruto – Participação por Região

Grandes Regiões	2010	2011	2012	2013
<b>Brasil</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Norte	5,3	5,5	5,4	5,5
Nordeste	13,5	13,3	13,6	13,6
Sudeste	56,1	56,1	55,9	55,3
Sul	16,0	15,9	15,9	16,5
Centro-Oeste	9,1	9,1	9,2	9,1

Fonte: IBGE (2015).

Elaboração: ETENE/CEIS.

O Sudeste, em relação a 2010, teve uma redução de 0,8% na participação do PIB. A perda da Região se deve a redução da participação do estado de São Paulo, -1,2%. Os estados do Rio de Janeiro e Minas apresentaram ganhos de 0,2% e o Espírito Santo ficou estável no período, 2,2% de participação. No caso de São Paulo, o estado perde participação a cada ano desde 2010, acompanhando a perda de participação da indústria de transformação.

Com participação de 16,5% do Produto Interno Brasileiro em 2013, a Região Sul ganhou em nível de participação no PIB de 2010, 16,0%. Isso se deve ao estado do Paraná que passou de 5,8% de participação para 6,3%, enquanto os outros dois estados mantiveram as mesmas contribuições relativas – Rio Grande do Sul (6,2%) e Santa Catarina (4,0%).

A Região Centro-Oeste não ganhou participação em função do resultado do Distrito Federal que perde 0,4 ponto percentual na série. Já os outros estados ganharam peso, Mato Grosso do Sul 0,1 ponto percentual, Mato Grosso 0,2 ponto percentual e Goiás 0,1 ponto percentual.

Na Região Norte destaque para o Estado do Pará que ganha 0,2 ponto percentual, de 2010 a 2013 resultado determinante para o avanço de 0,2 ponto percentual da região. Todos os outros estados mantiveram suas participações inalteradas desde 2010.

Na Região Nordeste destaques para Maranhão, Rio Grande do Norte e Pernambuco que ganham 0,1 ponto percentual de participação, ajudando a região ganhar 0,1 ponto percentual de participação em relação a 2010. No sentido contrário a Bahia perdeu 0,2 ponto percentual de participação, e foi o estado com a menor variação do PIB no período, 6,3%.

As participações relativas no PIB e na população brasileira para o grupo dos oito maiores estados e Região Nordeste e seus estados são apresentados na Tabela 4. Por sua vez, os dados apresentados na coluna 4 da referida tabela podem ser utilizados como uma “*proxy*” para um indicador de produtividade regional/estadual. O indicador relaciona as seguintes variáveis:

$$\frac{\text{PIB do Estado}}{\text{PIB do Brasil}}$$

$$\frac{\text{População do Estado}}{\text{População do Brasil}}$$

Quando o indicador é maior que um, sinaliza que a participação do PIB estadual, em termos de PIB brasileiro, é maior que a participação da população estadual no total da população do Brasil. Ou seja, a riqueza gerada por habitante, em termos estaduais, é maior que a riqueza gerada por habitante na totalidade do País. Nesse caso, deduz-se que o Estado tem maior produtividade quando comparado com a média do Brasil. Por outro lado, quando o indicador é menor do que uma unidade, conclui-se que a produtividade estadual é menor em comparação com a produtividade média da nação.

Dentre os estados escolhidos, aqueles que pertencem às regiões Sudeste e Sul, apresentam indicador maior que uma unidade, com exceção de Minas Gerais. Assim como o estado mineiro, os estados nordestinos apresentam indicador menor que a unidade.

É importante salientar que, dentre os estados com indicador menor que a unidade, o contingente populacional rural ainda é bastante significativo, especialmente nos estados do Nordeste. Nesses estados, a agricultura familiar é mais relevante, o que contribui para uma menor geração de renda monetária por habitante.

Tabela 4 – Participação Percentual dos Oito Maiores Estados e Nordeste no PIB e População

Estados	Participação PIB (A)	Participação Pop. (B)	(A)/(B)	Participação Pop. Rural
São Paulo	32,1	21,7	1,5	3,4
Rio de Janeiro	11,8	8,1	1,4	2,7
Minas Gerais	9,2	10,2	0,9	15,4
Paraná	6,3	5,5	1,1	12,5
Rio Grande do Sul	6,2	5,6	1,1	15,0
Santa Catarina	4,0	3,3	1,2	15,9
Bahia	3,8	7,5	0,5	24,9
Distrito Federal	3,3	1,4	2,4	4,4
<b>Nordeste</b>	<b>13,6</b>	<b>27,8</b>	<b>0,5</b>	<b>26,3</b>
Pernambuco	2,6	4,6	0,6	18,9
Ceará	2,0	4,4	0,5	26,5
Maranhão	1,3	3,4	0,4	40,8
Rio Grande do Norte	1,0	1,7	0,6	23,5
Paraíba	0,9	1,9	0,4	18,4
Alagoas	0,7	1,6	0,4	28,3
Sergipe	0,7	1,1	0,6	28,1
Piauí	0,6	1,6	0,4	32,5

Fonte: IBGE. Elaboração: ETENE/CEIS. 1. No grupo dos maiores estados, inclui-se a Bahia. 2. A população foi estimada para 1º de julho de 2008, segundo os municípios, enviada ao TCU em 31/10/2013 (IBGE). A participação da população rural foi extraída da PNAD, 2014 (IBGE).

## Desempenho do PIB Per Capita

No período 2010-2013 o PIB per capita brasileiro apresentou uma melhora. Os dados da Tabela 5 apresentam um PIB *per capita* de 2013 de R\$ 26.446,00. O IBGE também divulgou o PIB *per capita* de 2010, R\$ 20.372, observa-se então um crescimento nominal de 29,8%. O índice de preços do valor adicionado bruto brasileiro no período 2010-2013 foi de 26,8%, logo se tem um crescimento real do PIB *per capita* de 2,4%. Entre as regiões, no período 2010-2013, a Região Sul é que teve o maior crescimento nominal do PIB *per capita*, 34,7%, seguida pela Região Norte, 32,0% e o Nordeste, 31,5%. Na Região Nordeste, deve-se evidenciar o crescimento do Maranhão, 41,1%, Pernambuco, 38,3 e o Piauí, 37,4%. O menor crescimento foi no estado da Bahia, 23,3%. Como o crescimento do índice de preço do Valor Adicionado Bruto no período foi de 24,5%, ocorreu uma redução real de 1,0%.

Um resultado interessante a ser mostrado é que as regiões Sudeste (R\$ 34.790), Centro-Oeste (R\$ 32.323) e Sul (R\$ 30.496) obtiveram um PIB per capita acima da média do País. Cabe observar o crescimento do PIB per capita brasileiro em termos reais; ver a última coluna da Tabela. Olhando as regiões, apenas a Região Sul teve um crescimento real do PIB *per capita* com relação a 2012. O PIB *per capita* brasileiro em 2013, a preços de 2012, ficou menor em 0,6% que o PIB *per capita* de 2012. A redução do PIB *per capita* nordestino foi semelhante, 0,5%, em função das reduções na Bahia, -4,5%, Alagoas, -3,4%, Sergipe, -2,8%, Rio Grande do Norte, -0,5% e Pernambuco, -0,2%. Em contrapartida, Ceará, Maranhão, Paraíba e Piauí ganharam poder aquisitivo, suas rendas per capita subiram, com relação a 2012, 2,9%, 3,6%, 3,1% e 1,7%, respectivamente.

Segundo o IBGE(2012), oito Unidades da Federação apresentaram o PIB per capita acima da média brasileira, que foi de R\$ 26.446: Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Neste conjunto, figuram todos os estados da Região Sul, três da Região Sudeste e três da Região Centro-Oeste. Com o PIB per capita de R\$ 62.859, o Distrito Federal figura como o maior nesse índice, que representa 1,6 vezes o do registrado em São Paulo, da ordem de R\$ 39.122, o segundo maior neste índice.

Muito embora o PIB per capita do Nordeste tenha aumentado em termos nominais 7,1%, em que foi superior à média de crescimento nacional neste índice, 6,7%, a Região Nordeste continua exibindo o menor PIB per capita, apresentando o valor de R\$ 12.955, ficando em torno de 49,0% da média nacional no ano de 2013.

Os estados de Sergipe, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte possuem valores de PIB per capita maiores que a média da Região, sendo Sergipe o estado a apresentar maior índice (R\$ 16.026), e possui a menor população do Nordeste.

Os estados do Maranhão e Piauí, são os estados com o menor PIB per capita, R\$ 9.949 e R\$ 9.812, respectivamente. O estado do Piauí apresenta 37,1% do PIB per capita brasileiro e o Maranhão 37,6%. Embora o Maranhão tenha obtido o 17º maior PIB Brasileiro em 2013, e o segundo melhor desempenho da Região em termos de crescimento do PIB, o menor PIB per capita deste Estado resulta da variável populacional, onde possui a décima maior população brasileira.

Tabela 5 – PIB, População e PIB *Per Capita*, Segundo as Grandes Regiões e os Estados do Nordeste – 2013

Regiões/Estados	PIB - R\$ Milhões		População Residente (1.000 habitantes) <sup>1</sup>	PIB Per Capita (R\$ 1,00)			
	Preços correntes	Preços do ano anterior		Preços Correntes	Preços do ano anterior	PIB 2012	Var. Real %
<b>Brasil</b>	<b>5.316.455</b>	<b>4.950.744</b>	<b>201.033</b>	<b>26.446</b>	<b>24.627</b>	<b>24.780</b>	<b>-0,6</b>
Sul	878.150	810.296	28.796	30.496	28.139	27.546	2,2
Sudeste	2.938.540	2.740.850	84.466	34.790	32.449	32.943	-1,5
Centro-Oeste	484.615	461.323	14.993	32.323	30.769	30.781	-0,0
Norte	292.342	266.628	16.983	17.214	15.700	15.858	-1,0
<b>Nordeste</b>	<b>722.809</b>	<b>671.647</b>	<b>55.795</b>	<b>12.955</b>	<b>12.038</b>	<b>12.100</b>	<b>-0,5</b>
Alagoas	37.223	34.872	3.301	11.276	10.564	10.940	-3,4
Bahia	204.265	184.686	15.044	13.578	12.276	12.858	-4,5
Ceará	108.796	101.641	8.779	12.393	11.578	11.250	2,9
Maranhão	67.593	63.362	6.794	9.949	9.326	9.006	3,6
Paraíba	46.325	44.933	3.914	11.836	11.480	11.133	3,1
Pernambuco	140.728	131.462	9.209	15.282	14.275	14.309	-0,2
Piauí	31.240	29.322	3.184	9.812	9.209	9.057	1,7
Rio Grande do Norte	51.446	48.221	3.374	15.248	14.292	14.369	-0,5
Sergipe	35.193	33.149	2.196	16.026	15.095	15.537	-2,8

Fonte: IBGE. Elaboração: ETENE/CEIS. 1. População estimada para 1º de julho de 2013, segundo os municípios, enviada ao TCU em 31/10/2013.

## Desempenho Setorial

A Indústria de transformação foi a atividade econômica que mais perdeu participação no valor adicionado total desde 2010 (-2,7 pontos percentuais). As outras atividades que também perderam peso no valor adicionado foram: Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (-0,9 ponto percentual), Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (-0,8 ponto percentual) e Informação e comunicação (-0,4 ponto percentual).

Em sentido contrário, a maioria das atividades ganhou participação no valor adicionado do Brasil, com destaque Atividades imobiliárias (1,0 ponto percentual), Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (0,9 ponto percentual) e Indústrias extrativas (0,9 ponto percentual). A atividade de Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, importante para todas as Unidades da Federação, vem ganhando participação a cada ano desde 2010, ao inverso da indústria de transformação. A Construção também cresceu (0,2 ponto percentual), mantendo-se no patamar acima de 6% do valor adicionado bruto total.

A atividade de Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, importante para todas as Unidades da Federação, vem ganhando participação a cada ano desde 2010. A Construção também cresceu (0,2 ponto percentual), mantendo-se no patamar acima de 6% do valor adicionado bruto total. A Administração,

educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social se manteve como a atividade com maior peso no valor adicionado bruto, ganhando 0,2 ponto percentual, desde 2010, o que influenciou nos ganhos de participação dos menores estados brasileiros, já que esses tem boa parte de suas economia apoiada nesta atividade.

A Agricultura, inclusive apoio à agricultura e à pós-colheita ganhou 0,5 ponto percentual de peso no período, influenciada pelo avanço da produção de soja no País. A Pecuária, inclusive apoio à pecuária, apesar de perder 0,2 ponto percentual de participação entre 2010 e 2012, se recuperou em 2013 retornando para o mesmo patamar de 2010

Avaliando os segmentos produtivos do Brasil, percebe-se que o Valor Adicionado Bruto da agropecuária apresentou um crescimento 8,4% em volume, em comparação com ano de 2012, visualizado na Tabela 6, de modo que tal resultado só foi possível devido as melhores condições climáticas no ano de 2013, na maioria das regiões brasileiras, bem como um cenário internacional mais ameno, em termos das commodities agrícolas.

Todas as regiões do Brasil apresentaram crescimento no Valor Adicionado da agropecuária, exceto a Região Nordeste, que não registrou variação. A Região Sul obteve o melhor índice 29,0%, seguido da Região Norte (4,3%), Centro-Oeste (2,9%) e Sudeste (1,8%).

Na Região Nordeste, os Estados de Sergipe (16,3%), da Paraíba (13,9%), Alagoas (8,6), Rio Grande do Norte

(6,9%), Maranhão (5,4%) e Pernambuco (1,9%) obtiveram resultados positivos, mas não foram determinantes para a obtenção de um resultado positivo para a Região. O estado da Bahia, -4,3%, Ceará, -2,3% e Piauí, -26,7% contribuíram negativamente para que a Região não gerasse variação em 2013, comparado com 2012.

A evolução significativa da agropecuária do estado de Sergipe em 2013, se deve a agricultura, inclusive apoio a agricultura e à pós-colheita, e a pecuária, que cresceram, 17,6% e 17,8%, respectivamente. Na Paraíba o setor relevante foi a agricultura, inclusive apoio a agricultura e à pós-colheita, com um crescimento de 19,9%. A grande perda da agropecuária do estado do Piauí foi na agricultura, inclusive apoio a agricultura e à pós colheita, com redução de 36,7% com relação a 2012. A perda na pecuária foi menor, -3,2%. A agricultura tinha uma participação na agropecuária do estado de 69,3% em 2012, e passou para 59,9% em 2013.

Tabela 6 – Taxa de Variação do Crescimento do Volume do Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos, por Atividades Econômicas (%)

Regiões/Estados	Setores: Var. % (2013/2012)				
	Atividade	Agropecuário	Industrial	Serviços	Total
<b>Brasil</b>		<b>8,4</b>	<b>2,2</b>	<b>2,7</b>	<b>2,9</b>
Centro-Oeste		2,9	5,0	4,0	4,0
Sul		29,0	5,2	3,9	6,1
Sudeste		1,8	1,0	2,2	1,8
Norte		4,3	2,7	2,7	2,9
<b>Nordeste</b>		<b>0,0</b>	<b>2,2</b>	<b>3,0</b>	<b>2,7</b>
Alagoas		8,6	-7,9	2,0	0,7
Bahia		-4,3	0,7	1,7	1,0
Ceará		-2,3	10,3	3,2	4,4
Maranhão		5,4	8,9	3,4	4,7
Paraíba		13,9	7,2	4,7	5,5
Pernambuco		1,9	1,2	3,4	2,8
Piauí		-26,7	5,9	4,0	1,9
Rio Grande do Norte		6,9	-0,2	4,1	3,1
Sergipe		16,3	-8,3	4,5	1,2

Fonte: IBGE (2015). Elaboração: ETENE/CEIS.

A Indústria no Brasil apresentou crescimento real de 2,2% em 2013, em seu valor adicionado bruto, com relação a 2012, abaixo da variação média, 2,9%. Este resultado foi puxado para baixo pelas indústrias extrativas, -3,0% e o setor de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação, 1,6%. Tais desempenhos minaram o melhor desempenho do setor das indústrias de transformação, 3,0% e de construção, 4,5%, que representam 74,2% do setor

industrial brasileiro.

Ainda sobre a indústria, três regiões cresceram acima da média brasileira – Sul, Centro-Oeste e Norte – já as Regiões Sudeste e Nordeste obtiveram crescimento, abaixo ou similar da média nacional, de 1,0% e 2,2%, respectivamente. Vale ressaltar que as unidades federativas da Região Nordeste tiveram desempenho bastante diversificado no setor em 2013, com o estado Ceará crescendo 10,3, enquanto que Sergipe teve uma indústria em queda de 8,3%, gerando um coeficiente de variação de 3,0.

Na Região Nordeste, merecem destaque na indústria, pela grande taxa de crescimento, os Estados do Ceará (10,3%), Maranhão (8,9%), e Paraíba (7,2). Os setores com maiores crescimento no Ceará foram as indústrias de transformação (10,3%) e o setor de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (33,1%), que juntos representam 62,9% da indústria cearense. No Maranhão os setores responsáveis são os mesmos do Ceará, com uma maior ênfase no setor de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (58,8%). O estado da Paraíba tem, também, o setor de eletricidade com o maior crescimento, 14,0%, associado ao setor de construção, 6,5%. As maiores quedas observadas no setor industrial ocorreram em Sergipe e Alagoas. Em Sergipe, em que as indústrias extrativas têm grande importância, representam 29,2% do setor, cresceram apenas 1,0%. Em contrapartida, o setor de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação caiu 24,6% e as indústrias de transformação -12,2%. A indústria de alagoas foi impactada pela drástica redução do desempenho das indústrias de transformação (-17,3%), que representam 39,3% da indústria alagoana.

O setor de serviços no Nordeste cresceu acima da média nacional, 3,0% para 2,7%. Destaque também para as Regiões Centro-Oeste (4,0%) e Sul (3,9%) que expandiram acima da média brasileira.

O Comércio (varejista e atacadista) e reparação de veículos automotores e motocicletas, no Brasil, foi a variável de maior peso (19,6%) no índice favorável apresentado pelo setor de serviços, com variação positiva de 3,4%. Seguindo o comércio, as atividades imobiliárias, que têm um peso de 13,1% no setor, cresceram 4,8%. As atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares, que também são importantes, representam 11,5% do setor, cresceram 3,6%.

No Nordeste, o comércio tem uma representação no setor de serviços de 20,6% e teve variações positivas em todos os estados, de forma que os melhores índices foram nos estados do Rio Grande do Norte (7,6%), Paraíba (7,5%), Piauí (6,4%), Pernambuco (4,7%),

Alagoas (4,2%) e Maranhão (3,9%), que apresentaram taxas superiores à média regional (3,5%). Os estados da Bahia, Sergipe e Ceará apresentaram crescimentos muito abaixo dos outros estados da Região, 1,7%, 1,6% e 0,3%, respectivamente.

Examinando sob a ótica da participação dos grandes setores no PIB do Brasil, verifica-se que a agropecuária, no período 2010-2013, ganhou participação na composição do valor adicionado do País, apresentando um aumento de 0,5%, em comparação do ano de 2010. Este setor passou a contribuir com 5,3 pontos percentuais do PIB do Brasil no ano de 2013, segundo se observa na tabela 7. Observando a composição regional do PIB Agropecuário no País, as regiões Sul e Sudeste mantiveram-se com as maiores participações, 29,5% e 23,4%, respectivamente. As duas regiões que perderam participação foram o Sudeste (-3,8%) e o Nordeste (-2,9%). Quem mais ganhou participação foi a região Centro-Oeste (2,8%).

Tabela 7 – Setor Agropecuário – Participação no Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (%)

Regiões <sup>1</sup> /Estados <sup>2</sup>	2010	2011	2012	2013	Média 2010 - 2013
<b>Brasil</b>	<b>4,8</b>	<b>5,1</b>	<b>4,9</b>	<b>5,3</b>	<b>5,0</b>
Centro-Oeste	16,4	18,0	20,7	19,2	18,6
Sul	27,5	25,6	23,6	29,5	26,5
Sudeste	27,2	27,5	27,4	23,4	26,4
Norte	9,7	10,1	10,7	11,5	10,5
<b>Nordeste</b>	<b>19,3</b>	<b>18,8</b>	<b>17,6</b>	<b>16,4</b>	<b>18,0</b>
Alagoas	12,0	10,6	9,5	10,4	10,6
Bahia	7,9	8,2	8,0	7,4	7,9
Ceará	5,1	6,5	4,7	5,2	5,4
Maranhão	11,0	11,2	10,3	11,4	11,0
Paraíba	4,6	5,4	4,1	4,5	4,7
Pernambuco	4,8	4,4	3,6	3,5	4,1
Piauí	6,0	8,4	7,8	6,4	7,1
Rio Grande do Norte	3,6	3,7	3,2	3,2	3,4
Sergipe	6,4	5,2	5,1	5,7	5,6

Fonte: IBGE (2015). Elaboração: ETENE/CEIS.

(1) Participação no PIB do setor;

(2) Participação no PIB de cada Estado.

Olhando a média do período 2010-2013, quanto à participação do setor agropecuário no PIB de cada estado do Nordeste, observa-se que este setor é representativo para a formação do PIB dos estados do Maranhão e de Alagoas, 11,0% e 10,6%, de seus valores adicionados, respectivamente, acima da média nacional de 5,0%.

Além do estado do Maranhão que aumentou na casa de 0,4%, no período, o Piauí e Ceará também cresceram em participação, 0,4% e 0,1%, respectivamente. Em todas as demais unidades federativas a agropecuária perdeu participação no PIB dos estados, com a maior redução no Estado de Alagoas, na margem de 1,6 ponto percentual.

O setor industrial, no período 2010-2013, teve uma participação média de 26,4% no valor adicionado bruto brasileiro. Em 2013, houve uma queda de participação em torno de 2,3 pontos percentuais em relação a 2010. Observa-se uma redução contínua ao longo do período.

Analisando regionalmente a participação no PIB industrial do País, a Região Sudeste manteve seu lugar de destaque, cuja produção industrial contribuiu com 58,6%. Na média do período. Deve-se ressaltar, contudo, que a hegemonia do Sudeste apresentou leve perda de 0,8% de participação no PIB, no período de 2010 a 2013. A Região Sul é a segunda em participação do PIB industrial figurando uma contribuição média de 17,3% e foi a Região com maior crescimento no período, 0,6%. As regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste participam com índices médios de 11,4%, 6,6% e 6,1%, respectivamente.

Quanto à participação do setor industrial no PIB de cada estado nordestino, observa-se que este setor é mais relevante na composição do valor adicionado dos estados de Sergipe, Rio Grande do Norte, Bahia, Pernambuco e Ceará, com participação média no período 2010-2013, acima dos 20,0%, mas o estado de Sergipe tem participação média acima da média nacional, 28,7%. Exceto o Maranhão, que aumentou a participação em 2,3% no período 2010-2013, em todas as outras unidades federativas da Região Nordeste, a contribuição do setor industrial apresentou redução, conforme pode ser visualizado na tabela 8. Ressalte-se a significativa perda de participação deste setor em alguns estados do Nordeste, em especial para Bahia (6,6%), Piauí (3,9%) e Sergipe (3,3%), na comparação de 2010 para 2013.

Tabela 8 – Setor Industrial – Participação no Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (%)

Regiões <sup>1</sup> /Estados <sup>2</sup>	2010	2011	2012	2013	Média 2010 - 2013
<b>Brasil</b>	<b>27,4</b>	<b>27,2</b>	<b>26,1</b>	<b>24,9</b>	<b>26,4</b>
Centro-Oeste	6,1	5,9	6,1	6,3	6,1
Sul	17,1	17,1	17,2	17,7	17,3
Sudeste	58,8	58,7	58,8	58,0	58,6
Norte	6,5	7,1	6,3	6,6	6,6
<b>Nordeste</b>	<b>11,6</b>	<b>11,2</b>	<b>11,6</b>	<b>11,4</b>	<b>11,4</b>
Alagoas	19,3	22,8	20,0	17,6	19,9
Bahia	27,1	23,8	22,1	20,5	23,4

Regiões <sup>1</sup> /Estados <sup>2</sup>	2010	2011	2012	2013	Média 2010 - 2013
Ceará	21,9	21,3	21,2	20,5	21,2
Maranhão	16,7	18,1	19,7	19,0	18,4
Paraíba	18,2	18,7	19,4	17,9	18,5
Pernambuco	21,9	21,6	22,0	21,6	21,8
Piauí	16,3	16,3	15,3	12,4	15,1
Rio Grande do Norte	23,9	24,6	24,9	23,4	24,2
Sergipe	29,0	29,7	30,5	25,7	28,7

Fonte: IBGE (2015). Elaboração: ETENE/CEIS. 1.Participação no PIB do setor 2. Participação no PIB de cada Estado.

O setor de serviços, no período 2010-2013, foi responsável por 68,6% do valor adicionado bruto brasileiro. Entre 2012 e 2013 o setor aumentou sua participação em 0,8%. A exceção de 2011, o setor vem crescendo continuamente, conforme a tabela 9.

Em relação à composição regional do PIB de serviços brasileiro, continuam a dar maior contribuição, participando na média do período, com 55,8% e 14,9%. O Nordeste tem um percentual muito próximo à Região Sul, 14,5%. A Região cresceu sua participação em 0,3%.

Em relação às unidades federativas do Nordeste, apenas Sergipe apresenta contribuição inferior à média nacional para a formação dos seus respectivos PIBs. Destaque para o Piauí (77,8%), Paraíba (76,8%) e Pernambuco (74,1%).

Tabela 9 – Setor Serviços – Participação no Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (%)

Regiões <sup>1</sup> /Estados <sup>2</sup>	2010	2011	2012	2013	Média 2010 - 2013
<b>Brasil</b>	<b>67,8</b>	<b>67,7</b>	<b>69,0</b>	<b>69,8</b>	<b>68,6</b>
Centro-Oeste	10,1	10,0	9,9	9,7	9,9
Sul	14,8	14,7	14,9	15,2	14,9
Sudeste	55,9	56,0	55,7	55,5	55,8
Norte	4,9	4,9	5,0	4,9	4,9
<b>Nordeste</b>	<b>14,4</b>	<b>14,4</b>	<b>14,5</b>	<b>14,7</b>	<b>14,5</b>
Alagoas	68,7	66,5	70,5	72,0	69,4
Bahia	65,0	68,1	69,9	72,1	68,7
Ceará	73,0	72,2	74,1	74,4	73,4
Maranhão	72,2	70,7	70,1	69,6	70,7
Paraíba	77,2	75,9	76,6	77,6	76,8
Pernambuco	73,3	74,0	74,4	74,9	74,1
Piauí	77,7	75,3	76,9	81,3	77,8
Rio Grande do Norte	72,5	71,8	72,0	73,4	72,4
Sergipe	64,7	65,1	64,3	68,6	65,7

Fonte: IBGE (2015). Elaboração: ETENE/CEIS. 1.Participação no PIB do setor 2. Participação no PIB de cada Estado.

## Conclusão

As contas regionais do Brasil foram revisadas adotando o ano de 2010 como referência (SCN-2010). As alterações do SCN-2010 se basearam no System of National Accounts 2008 (SNA 2008), que introduziu não apenas aperfeiçoamentos em determinados conceitos, mas também alterações que podem ter impacto nos resultados do PIB. Alguns sinais das mudanças entre as duas séries podem ser vistas nas participações dos setores para 2010, em que se observa que o setor de serviços foi o único que ganhou participação: Setor Agropecuário – série anterior, 5,3%, nova série, 4,8%; Setor Industrial – série anterior, 28,1%, nova série, 27,4; Setor Serviços, série anterior, 66,6, nova série, 67,8%.

A economia brasileira viveu um ciclo de crescimento econômico no período 2010 - 2013, no valor acumulado de 9,1%. Observa-se que no período de 2010 a 2013, o incremento anual médio foi de 2,9%, abaixo do PIB potencial, mas ainda refletindo uma situação em que os largos superávits das contas externas, que além dos preços das commodities também sentiam os efeitos benéficos do humor externo favorável às economias emergentes.

Em 2013, a decomposição dos componentes do PIB pela ótica da renda no Brasil, foi de 43,4% na remuneração do trabalho, 40,9% no excedente operacional bruto (rendimento do capital) e rendimento misto (renda obtida por autônomos e empregadores) e 15,7% em impostos totais. O valor adicionado (VA) representava 85,3% do PIB. Na região Nordeste, a remuneração do trabalho tem um peso maior que nas demais. Este fato é corroborado também pelo peso da administração pública nestas unidades da federação. A região é a que tem o menor peso do excedente operacional bruto e do rendimento misto no PIB pela ótica da renda em 2013, 39,2%.

O crescimento do PIB nacional, no período 2010-2013, foi corroborado pela expansão econômica em todas as regiões do País – Norte (13,6%), Centro-Oeste (13,6%), Nordeste (10,3%), Sul (10,1%) e Sudeste (7,4%) – destacando os estados de Mato Grosso (21,9%), Amapá (18,3%), Amazonas (17,3%), Mato Grosso do Sul (17,0%) e Tocantins (16,9%), que tiveram as melhores taxas em suas respectivas regiões. Os estados do Nordeste que apresentaram os melhores resultados foram Paraíba (16,7%), Maranhão (15,7%), Piauí (13,4%) e Pernambuco (12,1%). O estado da Bahia teve o menor crescimento (6,3%).

O grau de concentração da economia brasileira é muito alta. Os cinco maiores estados, São Paulo (32,1%), Rio de Janeiro (11,8%), Minas Gerais (9,2%), Paraná (6,3%) e Rio Grande do Sul (6,2%), concentravam 65,6% do PIB nacional em 2013, quase 2/3 da economia do País.

Em relação a 2010, em função da queda de participação do Estado de São Paulo, estes estados sofreram, em média, uma redução conjunta de 0,1 ponto percentual de participação. Os estados que perderam participação foram: São Paulo 1,2 ponto percentual, Distrito Federal 0,4 ponto percentual e Bahia 0,2 ponto percentual. No caso de São Paulo, o estado perde participação a cada ano desde 2010, acompanhando a perda de participação da indústria de transformação. Santa Catarina é o sétimo maior PIB do País, ultrapassando a Bahia, em 2011, agora em oitavo lugar.

Na Região Nordeste merecem destaques os estados da Paraíba (16,7%), Maranhão (15,7%), Piauí (13,4%), Pernambuco (12,1%), Ceará (10,7%) e Rio Grande do Norte (10,3%), que cresceram acima do nível do País, fazendo com que a Região, em sua totalidade, também tenha crescido acima da média nacional, apesar do crescimento abaixo da média nacional da economia baiana (6,3%), que apresenta grande peso na composição produtiva do Nordeste.

No período 2010-2013 o PIB per capita brasileiro apresentou uma melhora. Os dados do IBGE apresentam um PIB *per capita* de 2013 de R\$ 26.446,00. O IBGE também divulgou o PIB *per capita* de 2010, R\$ 20.372, observa-se então um crescimento nominal de 29,8%. O índice de preços do valor adicionado bruto brasileiro no período 2010-2013 foi de 26,8%, logo se tem um crescimento real do PIB *per capita* de 2,4%.

A Indústria de transformação foi a atividade econômica que mais perdeu participação no valor adicionado total desde 2010 (-2,7 pontos percentuais). As outras atividades que também perderam peso no valor adicionado foram: Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (-0,9 ponto percentual), Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (-0,8 ponto percentual) e Informação e comunicação (-0,4 ponto percentual).

Em sentido contrário, a maioria das atividades ganhou participação no valor adicionado do Brasil, com destaque Atividades imobiliárias (1,0 ponto percentual), Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (0,9 ponto percentual) e Indústrias extrativas (0,9 ponto percentual). A atividade de Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, importante para todas as Unidades da Federação, vem ganhando participação a cada ano desde 2010, ao inverso da indústria de transformação. A Construção também cresceu (0,2 ponto percentual), mantendo-se no patamar acima de 6% do valor adicionado bruto total.

A Agricultura, inclusive apoio à agricultura e à pós-colheita ganhou 0,5 ponto percentual de peso no período, influenciada pelo avanço da produção de soja no País.

A Pecuária, inclusive apoio à pecuária, apesar de perder 0,2 ponto percentual de participação entre 2010 e 2012, se recuperou em 2013 retornando para o mesmo patamar de 2010

Todas as regiões do Brasil apresentaram crescimento no Valor Adicionado da agropecuária em 2013, comparado com o ano anterior, exceto a Região Nordeste, que não registrou variação. A Região Sul obteve o melhor índice 29,0%, seguido da Região Norte (4,3%), Centro-Oeste (2,9%) e Sudeste (1,8%).

Na Região Nordeste, os Estados de Sergipe (16,3%), da Paraíba (13,9%), Alagoas (8,6), Rio Grande do Norte (6,9%), Maranhão (5,4%) e Pernambuco (1,9%) obtiveram resultados positivos, mas não foram determinantes para a obtenção de um resultado positivo para a Região. O estado da Bahia, -4,3%, Ceará, -2,3% e Piauí, -26,7% contribuíram negativamente para que a Região não gerasse variação em 2013, comparado com 2012.

A Indústria no Brasil apresentou crescimento real de 2,2% em 2013, em seu valor adicionado bruto, com relação a 2012, abaixo da variação média, 2,9%. Este resultado foi puxado para baixo pelas indústrias extrativas, -3,0% e o setor de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação, 1,6%. Tais desempenhos minaram o melhor desempenho do setor das indústrias de transformação, 3,0% e de construção, 4,5%, que representam 74,2% do setor industrial brasileiro.

Ainda sobre a indústria, três regiões cresceram acima da média brasileira – Sul, Centro-Oeste e Norte – já as Regiões Sudeste e Nordeste obtiveram crescimento, abaixo ou similar da média nacional, de 1,0% e 2,2%, respectivamente. Vale ressaltar que as unidades federativas da Região Nordeste tiveram desempenho bastante diversificado no setor em 2013, com o estado Ceará crescendo 10,3, enquanto que Sergipe teve uma indústria em queda de 8,3%, gerando um coeficiente de variação de 3,0.

O setor de serviços no Nordeste cresceu acima da média nacional, 3,0% para 2,7%. Destaque também para as Regiões Centro-Oeste (4,0%) e Sul (3,9%) que expandiram acima da média brasileira.

O Comércio (varejista e atacadista) e reparação de veículos automotores e motocicletas, no Brasil, foi a variável de maior peso (19,6%) no índice favorável apresentado pelo setor de serviços, com variação positiva de 3,4%. Seguindo o comércio, as atividades imobiliárias, que têm um peso de 13,1% no setor, cresceram 4,8%. As atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares, que também são importantes, representam 11,5% do setor, cresceram 3,6%.

Apesar do melhor desempenho da economia nordestina em relação a média nacional, no período 2010-2013,

a Região Nordeste continua exibindo o menor PIB per capita, ficando em torno de 49% da média nacional. Cabe salientar que o foco das ações estratégicas para reduzir as desigualdades entre a Região Nordeste e a média nacional, não deve ser o crescimento do PIB, em termos absolutos, e sim a convergência do PIB per capita regional para a média nacional, associado à redução das desigualdades sociais. Observe-se, também, que as desigualdades intrarregionais mantêm-se quase no mesmo patamar, os seis menores estados da Região, ganharam apenas 0,2% de participação no PIB nacional.

Quanto ao indicador de produtividade mostrado neste trabalho, todos os estados da Região apresentaram

índice abaixo da média do País. Todavia, vale salientar que o contingente da população rural é expressivo na Região, em grande parte dedicando-se à agricultura de subsistência, o que contribui para uma menor geração de renda monetária por habitante.

### Referências

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas Regionais do Brasil: 2010-2013. Coordenação de Contas Nacionais.** Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em dez.2015.

## 2. NÍVEL DE ATIVIDADE

### 2.1. Produto Interno Bruto (PIB)

O Índice de Atividade Econômica do Brasil (IBC-Br), elaborado e divulgado pelo Banco Central, constitui-se em um indicador que incorpora a trajetória das variáveis consideradas como *proxies* para o desempenho dos setores da economia. Esse índice pode ser considerado um indicador antecedente do PIB, seja pela sua periodicidade mensal, seja pela reduzida defasagem com a qual pode ser disponibilizado.

O indicador nacional teve como base os indicadores regionais – Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR) – que passaram a ser divulgados mensalmente pelo Banco Central em 2009. O acompanhamento da atividade em nível regional contribui para o melhor entendimento da evolução do indicador do País, permite antecipar padrões em nível nacional, além de fornecer informações sobre flutuações econômicas das regiões e dos principais estados.

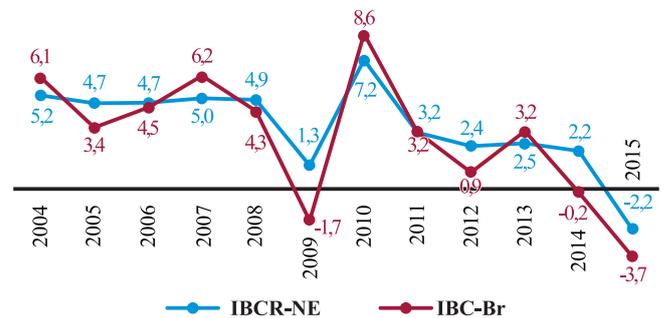
O IBC-Br do terceiro trimestre de 2015 registrou uma queda na comparação com igual período do ano anterior (5,1%). Na verdade, os indicadores mensais mais recentes apontam para um fraco desempenho do último trimestre do ano, particularmente, aqueles associados ao emprego e à renda. Dados de outubro, da Pesquisa Mensal do Emprego -PME revelam queda de 7,9% no emprego na comparação com o mesmo período de 2014 e redução na renda real média de 7,0% e de 10,4% na massa salarial. Esses resultados sugerem que a retração da atividade prosseguiu no quarto trimestre de 2015. Assim, as projeções calculadas pelo BNB/ETENE indicam que o IBC-Br deverá encerrar o ano com queda de 4,8% no quarto trimestre e retração anual de 3,7% em relação aos mesmos períodos de 2014.

A atividade econômica do Nordeste encerrou o terceiro trimestre de 2015 com queda de 3,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, de acordo com o IBCR para o Nordeste (IBCR-NE). A projeção dessa variável mostra retração de 2,2% no quarto trimestre de 2015 em comparação com o mesmo período de 2014. O IBCR-NE sinaliza, portanto, que a despeito dessa Região acompanhar o Brasil em termos de queda da atividade, terá uma redução menos intensa em comparação com o desempenho do Brasil. Para a variação anual do Nordeste, projeta-se queda de 2,2% em relação a 2014 (Gráfico 2.1.1).

Os principais indicadores de atividade mostram redução relevante tanto para o Nordeste quanto para a economia brasileira em 2015. A despeito da previsão do IBCR-NE mostrar retração de (2,2%) para a economia da Região, o recuo é inferior ao previsto para a economia brasileira (3,7%). A comparação desse resultado com a

variação anual observada, em 2014, quando o IBC-Br teve queda de 0,2% e o IBCR-NE cresceu 2,2%, sinaliza, entretanto, que o Nordeste sentirá mais fortemente os efeitos da retração econômica em 2015 em comparação com 2014.

Gráfico 2.1.1 – Evolução do IBC-Br e do IBCR-NE: Taxa de crescimento (%) anual em relação ao mesmoperíodo do ano anterior (2004-2015)<sup>1</sup>

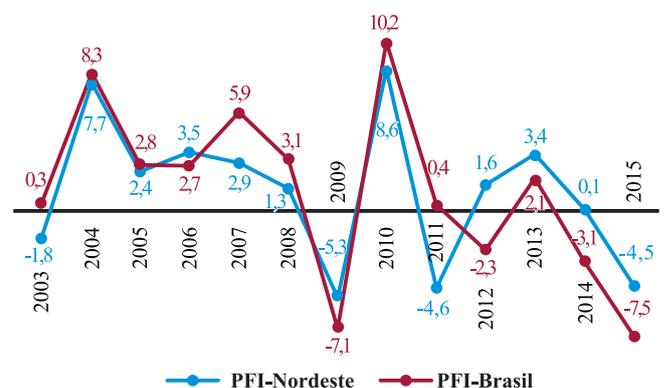


Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do BACEN (2015).

Nota: (1) O valor para 2015 é uma projeção elaborada pelo BNB/ETENE.

A atividade econômica no Nordeste tem evidenciado recuos relevantes na produção industrial e no comércio varejista. A indústria do Nordeste, que desde 2011 registrava desempenho positivo e acima do observado para o Brasil, encerrou 2015 com queda na taxa de crescimento anual. A projeção é de que a variação anual da Produção Física Industrial-PFI do Nordeste tenha queda de 5,1% na comparação com o mesmo período de 2014, enquanto a PFI do Brasil deverá ter redução de 7,5% (Gráfico 2.1.2).

Gráfico 2.1.2 – Evolução da produção industrial do Brasil e do Nordeste: Taxa de crescimento (%) anual em relação ao mesmo período do ano anterior (2003-2015)<sup>1</sup>

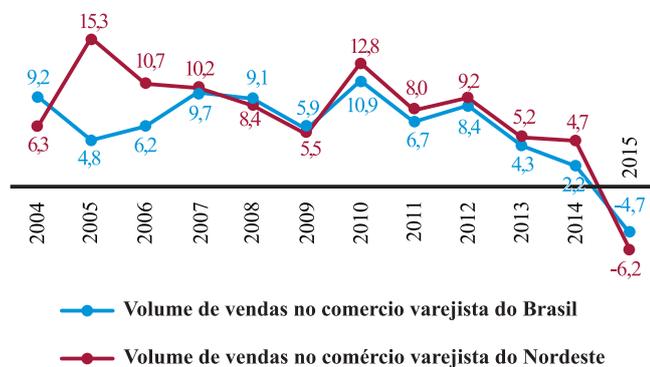


Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2012) e IBGE (2015).

Nota: (1) O valor para 2015 é uma projeção elaborada pelo BNB/ETENE.

O comércio varejista do Nordeste, apontado como um dos propulsores do crescimento da Região, finalizou 2015 com queda significativa. A previsão é de que o comércio no Nordeste registre retração de 6,9% na comparação com o mesmo período do ano anterior, enquanto a previsão para o Brasil é de recuo de 4,7% nessa mesma base de comparação (Gráfico 2.1.3). Uma das explicações para a retração na taxa de crescimento anual do comércio varejista do Nordeste em 2015 deve-se à elevada base de comparação de 2014.

Gráfico 2.1.3 – Evolução do comércio varejista do Brasil e do Nordeste: Taxa de crescimento (%) anual em relação ao mesmo período do ano anterior (2001-2015)<sup>1</sup>



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2012) e IBGE (2015).

Nota: (1) O valor para 2015 é uma projeção elaborada pelo BNB/ETENE.

A comparação entre as projeções dos indicadores de atividade econômica do Brasil e do Nordeste mostra que a despeito dessa Região acompanhar o País na queda dos principais indicadores de atividade, o cenário delineado pelas projeções mostra que o Nordeste encerrou o ano

de 2015 com um desempenho acima do esperado para a economia brasileira. Deve-se atentar para o fato de que à medida que são divulgadas novas informações, as projeções serão revisadas para que se possa ter um cenário mais atual da economia nacional e regional.

## Referências

BACEN-BANCO CENTRAL DO BRASIL (2015). **Boletim regional – região Nordeste**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2015/10/br201510c2p.pdf>. Acesso em: 01 Dezembro. 2015.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. **Indicadores de atividade econômica e boletim regional do Banco Central do Brasil: instrumentos para análise macroeconômica regional**. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/201405237eeg-mesa2-indicadoresatividadeeconomicaboletimregionalbancocentral-brasil.pdf>. Acesso em: 15 Novembro. 2015.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2012). **Contas regionais do Brasil 2010**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv62688.pdf>. Acesso em: 15 Novembro. 2015.

\_\_\_\_\_. (2015). **Contas regionais do Brasil 2010-2013**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94952.pdf>. Acesso em: 01 Dezembro 2015.

## 2.2. Produção agropecuária

As exportações de carne bovina tiveram novamente o maior valor de 2015 em outubro: foram embarcadas 108,6 mil toneladas do produto *in natura*, com a receita sendo a maior da série histórica (R\$ 1,75 bilhão), puxada principalmente pela desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano. Em novembro, os embarques foram 8% menores em relação a outubro, porém 10,3% superiores a novembro de 2014, segundo a Secex. As exportações em alta reduzem a disponibilidade interna e ajudam na manutenção do nível de preços da carne comercializada, e mesmo mais baixas em novembro, fizeram pressão nos preços (CEPEA, 2015a).

As expectativas para 2016 são favoráveis: os embarques para a China, iniciados em junho, no final de cinco meses representaram 81,3 mil toneladas, com faturamento de US\$ 401,2 milhões, devendo aumentar para US\$ 1,3 bilhão em 2016. Nos Estados Unidos, foi publicada a *Final Rule*, em junho, liberando a exportação de carne *in natura* de 14 estados brasileiros, com os primeiros embarques devendo ocorrer no primeiro semestre de 2016. Além deles, há ainda potencial de aumento para mercados reabertos, como os da Arábia Saudita (cujo faturamento pode chegar a US\$ 230 milhões, se somados a países que seguem os mesmos requisitos e podem vir a ser importadores da carne brasileira, como Qatar, Bahrein, Kuwait e Japão, cujo faturamento pode chegar a US\$ 19 milhões (ABIEC, 2015).

O indicador CEPEA/ESALQ<sup>5</sup> da arroba do boi gordo, em outubro, subiu 2,5%, fechando em R\$ 148,25/@@, pela baixa oferta de animais (CEPEA, 2015b). Em novembro, mesmo com um ligeiro aumento na oferta, por conta de animais confinados postos à venda, a cotação praticamente não variou, ficando em R\$ 148,23/@@ (CEPEA, 2015b). Em dezembro, o indicador subiu 0,6%, para R\$ 149,12/@@, com os frigoríficos estando com as escalas de abate preenchidas, recebendo volumes mais expressivos de animais adquiridos, via contrato, em negociações realizadas no final de novembro, a valores maiores (CEPEA, 2015b). No trimestre, a variação do indicador foi de 3,1%. A previsão de fechamento para novembro de 2016 é de alta de 5,9%, ou R\$ 157,94/@@ (BMFBOVESPA, 2015).

O preço bruto médio do leite pago ao produtor (nacional) iniciou seu movimento de baixa, típico do quarto trimestre, com a cotação do litro ficando em R\$ 1,0589 em outubro, e R\$ 1,0541 em novembro, em razão da chegada das chuvas em algumas das regiões produtoras, como o Sul do Brasil. Porém, já como um dos efeitos do

*El Niño*, a escassez de precipitações em outras regiões, como na Bahia, fez a captação cair 14%. Em dezembro, o preço médio ficou em R\$ 1,0534, fechando o trimestre com baixa de 1,2%. O ano de 2015, para os produtores, foi caracterizado pelos aumentos constantes dos custos de produção e preços abaixo dos quatro anos anteriores. As agroindústrias leiteiras enfrentaram um contexto de enfraquecimento da renda nacional e venda de derivados inferiores ao que era previsto (CEPEA, 2015c; 2015d; 2015e).

A Conab, em seu terceiro levantamento da safra brasileira de grãos para 2015/2016, prevêem novo recorde de produção de 210,9 milhões de toneladas, aumento de 1,5% (ou 3,2 milhões de toneladas) sobre a safra de 2014/2015, finalizada em 207,8 milhões de toneladas. No Nordeste, a produção de grãos deverá alcançar 17,4 milhões de toneladas em 2015/2016, implicando um acréscimo de 4,4% em comparação com a colheita de 2014/2015 (CONAB, 2015).

A soja deverá ter a maior variação positiva na produção de grãos do Nordeste (9,3%), conforme a Tabela 2.2.1, superior à nacional (6,5%). Referida previsão pode não se confirmar: no Piauí e no Maranhão, o plantio já havia sido iniciado em novembro, mas o atraso das chuvas na região do Matopiba (confluência entre os estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), já provocou replantios e migração de áreas para o milho, pela ocorrência do *El Niño*. Na Bahia, alguns produtores também optaram pela substituição de parte da área destinada à soja por milho, temendo uma quebra na produção, mas confiam que o quadro de perdas neste início de plantio ainda pode ser revertido, caso sejam confirmadas as chuvas previstas para o fim de dezembro e início de janeiro, que podem sustentar a produtividade (CONAB, 2015; VALOR ECONÔMICO, 2015a). Previsão do banco holandês Rabobank é de uma safra recorde de 100 milhões de toneladas para a safra 2015/2016, apesar do risco climático representado pelo *El Niño* (VALOR ECONÔMICO, 2015b).

A cultura do algodão no Nordeste tem previsão de redução de área e produção em torno de 11%, enquanto a produtividade pouco varia (-0,5%), números influenciados principalmente pela queda na produção baiana (10,4%). Com o preço pago ao produtor próximo do mínimo no início de 2015, não houve estímulo para o aumento de área e produção. Para o Maranhão, segundo maior produtor, as previsões são de queda na produção (-2,5%) e área (-3,7%), e, para o Piauí, queda em torno de 53%, tanto na área quanto na produção, em virtude principalmente do clima (CONAB, 2015).

5 Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Escola Superior Agrícola Luís de Queiroz (Esalq), unidade acadêmica da Universidade de São Paulo (USP).

O arroz é uma das duas culturas onde o Nordeste deverá ter aumento de produção (9%), principalmente pelo aumento de produtividade (11,5%), em contraponto à previsão nacional, de queda de 4,1%. Os maiores produtores, Maranhão e Piauí, deverão ter também incremento na produção (4,4% e 28,1%, respectivamente). No oeste baiano, o arroz é cultivado nas áreas novas devido, principalmente, à tolerância à acidez. E é uma das poucas culturas de que o Estado não é o maior produtor, estando entre os quatro menores do Nordeste, com previsão de 4,2 mil toneladas, 39% inferior à do ano-safra 2014/2015 (6,9 mil toneladas) (CONAB, 2015).

A safra nordestina de feijão, no ano-safra 2015/2016, deve ter baixa de 3,1% em relação à safra anterior, ao contrário do panorama nacional, que é de crescimento de 6,6%. A área em torno de 400 mil hectares plantados deve ser mantida nos dois maiores produtores, Bahia e Ceará, mas a produção deve cair em 4,8% e 8,0%, respectivamente, como efeito dos riscos climáticos, comercialização instável e atratividade por outras culturas concorrentes, como soja e milho (CONAB, 2015).

A produção de milho deste ano-safra no Nordeste terá leve redução em relação ao passado (-1,1%), seguindo a mesma tendência nacional (-3,1%). A menor rentabilidade, os altos custos e o maior risco de produção devem fazer o milho perder espaço para a soja em 2016. No Nordeste, a redução da área plantada só não foi maior por conta da expectativa dos produtores da região do Matopiba em atender principalmente a demanda nordestina, gerando uma vantagem adicional para o cereal (CONAB, 2015).

Tabela 2.2.1 – Comparativo produção de grãos selecionados – Nordeste e Brasil

Produto (mil t)	Nordeste			Brasil		
	2014/ 2015	2015/ 2016	Δ%	2014/ 2015	2015/ 2016	Δ%
Algodão (caroço)	734,3	649,3	-11,6	2.348,6	2.258,2	-3,8
Arroz	686,3	748,2	9,0	12.436,1	11.921,3	-4,1
Feijão	709,2	687,3	-3,1	3.112,2	3.316,5	6,6
Milho	6.243,1	6.174,7	-1,1	84.672,4	82.043,6	-3,1
Soja	8.084,1	8.833,3	9,3	96.242,6	102.459,1	6,5

Fonte: CONAB (2015).

No acumulado de janeiro a setembro de 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro reduziu-se 0,51% em relação a igual período de 2014, projetando, para 2015, uma queda total de 0,7% em relação a 2014, segundo levantamento do CEPEA, realizado com apoio da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Em termos de segmentos, as baixas

mais representativas ocorreram no segmento industrial (-1,31%, até setembro), mas também houve redução no setor primário (-0,3%) e de serviços (-0,64%). O único a crescer no período foi o de insumos (1,22%), puxado pela elevação de preços nos fertilizantes, ao mesmo tempo em que ocorreu uma expressiva valorização do dólar norte-americano frente ao real brasileiro (CEPEA/CNA, 2015).

O fenômeno *El Niño* deve impactar negativamente a agropecuária em 2016, pelo excesso de chuvas no Sul-Sudeste e secas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os primeiros efeitos se fizeram sentir ainda em 2015, com o atraso nas chuvas que possibilitariam o plantio, na época correta, de culturas importantes, como a soja. Os impactos poderão ser sentidos no preço dos alimentos in natura, no início de 2016, com aumento de 0,19% na inflação, no primeiro trimestre, bem como na tarifa de energia elétrica, na qual pode haver redução de 0,18%, caso as chuvas aumentem o nível dos reservatórios, segundo previsão do Banco Central. Um efeito tenderia a anular o outro, mas isso dependeria da evolução das tarifas de energia elétrica durante o próximo ano (AMBIENTE BRASIL, 2015a). De toda forma, a Organização Meteorológica Mundial ainda coloca o atual fenômeno do *El Niño* como um dos mais fortes nos últimos quinze anos, comparável aos de 1982/1983 e 1997/1998, podendo enfraquecer gradativamente até meados de maio de 2016, segundo previsão do Instituto Nacional de Meteorologia (AMBIENTE BRASIL, 2015b; VALOR ECONÔMICO, 2015c).

## Referências

AMBIENTE BRASIL (2015a). Notícias. **El Niño deve levar a aumento de preços de alimentos e à redução nas tarifas**. Disponível em: <http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2015/12/24/121961-el-nino-deve-levar-a-aumento-de-precos-de-alimentos-e-a-reducao-nas-tarifas.html>. Acesso em: 24 Dezembro 2015.

\_\_\_\_\_. (2015b) Notícias. **El Niño “monstro” pode dar início a uma década de eventos climáticos mais fortes**. Disponível em: <http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2015/12/09/121491-el-nino-monstro-pode-dar-inicio-a-uma-decada-de-eventos-climaticos-mais-fortes.html>. Acesso em: 24 Dezembro 2015.

ABIEC-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNE BOVINA (2015). **Japão reabre mercado à carne bovina processada do Brasil**. Disponível em: <http://www.abiec.com.br/noticia.asp?id=1401>. Acesso em: 02 Setembro 2015.

BMFBOVESPA (2015). **Cotações on line: boi gordo, dez. 2015.** Disponível em: <http://www2.bmf.com.br/pages/portal/bmfbovespa/boletim1/BoletimOnline1.asp?caminho=&pagetype=pop&Acao=BUSCA&cboMercadoria=BGI>. Acesso em: 30 Dezembro 2015.

CEPEA-CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (2015a). **Série de Preços: Boi.** Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/boi/#>. Acesso em: 31 Dezembro 2015.

\_\_\_\_\_. (2015b). **Agromensal: pecuária: informações de mercado.** Disponível em: [http://cepea.esalq.usp.br/agromensal/2015/10\\_outubro/Pecuaria.htm](http://cepea.esalq.usp.br/agromensal/2015/10_outubro/Pecuaria.htm). Acesso em: 07 Dezembro 2015.

\_\_\_\_\_. (2015c). **Cepea/leite: Chuva favorece produção e preço ao produtor segue em queda.** Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/leite/?page=164>. Acesso em: 08 Dezembro 2015.

\_\_\_\_\_. (2015d). **Cepea/leite: Excesso de chuva no Sul e falta no Nordeste prejudicam produção.** Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/leite/?page=164>. Acesso em: 08 Dezembro 2015.

\_\_\_\_\_. (2015e). **Agromensal: pecuária: informações de mercado.** Disponível em: [http://cepea.esalq.usp.br/agromensal/2015/11\\_novembro/Pecuaria.htm](http://cepea.esalq.usp.br/agromensal/2015/11_novembro/Pecuaria.htm). Acesso em: 07 Dezembro 2015.

CEPEA/CNA (2015). **PIB AGRO/CEPEA: Agronegócio pode ter leve queda em 2015.** Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/#>. Acesso em: 11 Dezembro 2015.

CONAB-COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (2015). **Acompanhamento da safra brasileira: grãos, safra 2015/2016, terceiro levantamento, dez. 2015.** Brasília: CONAB, 2015. Disponível em: [http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15\\_12\\_11\\_11\\_02\\_58\\_boletim\\_graos\\_dezembro\\_2015.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_12_11_11_02_58_boletim_graos_dezembro_2015.pdf). Acesso em: 11 Dezembro 2015.

VALOR ECONÔMICO (2015a). **PIB do setor recua, mas fatia é de 23%.** Disponível em: <http://www.valor.com.br/agro/4365384/pib-do-setor-recua-mas-fatia-e-de-23>. Acesso em: 21 Dezembro 2015.

\_\_\_\_\_. (2015b). **O difícil caminho rumo a um ano melhor.** Disponível em: <http://www.valor.com.br/agro/4371302/o-dificil-caminho-rumo-um-ano-melhor>. Acesso em 28 Dezembro 2015.

\_\_\_\_\_. (2015c). **El Niño perderá força entre abril e maio, prevê meteorologista.** Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/4373654/el-nino-perdera-forca-entre-abril-e-maio-preve-meteorologista>. Acesso em 29 Dezembro 2015.

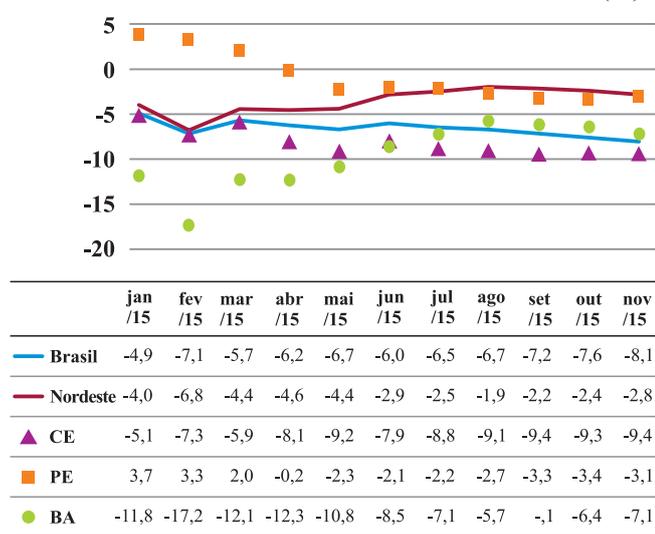
### 2.3. Produção industrial

Os dados divulgados pelo IBGE (2016a) revelam queda na produção industrial brasileira no acumulado de 2015 em todas as grandes categorias econômicas: bens de capital (-25,1%), bens intermediários (-4,9%), bens de consumo duráveis (-18,3%) e bens de consumo semiduráveis e não duráveis (-6,9%). Também diminuiu a produção física no acumulado anual até novembro: 12 das 15 localidades, 25 dos 26 ramos e 71 dos 79 grupos pesquisados no Brasil.

A produção física da indústria geral brasileira, mensurada pelo indicador acumulado no ano até novembro, apresentou queda de 8,1%, comparativamente ao mesmo período de 2014. O ritmo de produção da indústria nacional se agravou no transcorrer de 2015, tendo recuado 3,2 pontos percentuais entre janeiro e novembro (Gráfico 2.3.1).

Ao contrário do País, o Nordeste apresentou leve tendência de recuperação de sua produção industrial ao longo de 2015, embora o seu desempenho, em todos os meses do mencionado ano, tenha se mantido abaixo do registrado nos meses correspondentes de 2014. Os três estados nordestinos pesquisados pelo IBGE também apresentaram queda na produção industrial nos dez primeiros meses do ano, à exceção de Pernambuco no primeiro trimestre. No entanto, enquanto esse Estado e o Ceará pioraram o desempenho industrial entre janeiro e novembro, apresentando tendência de declínio, a Bahia, mesmo tendo experimentado os maiores recuos até junho, vem recuperando sua produção fabril quando se observamos onze primeiros meses do ano.

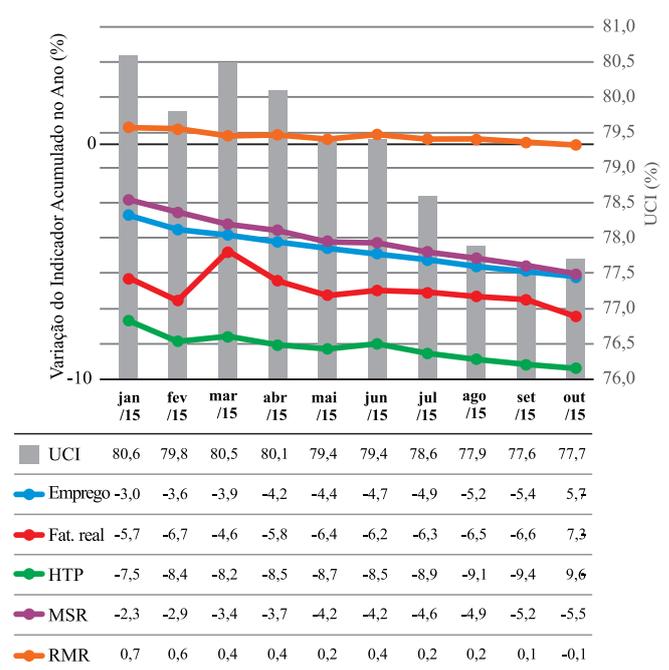
Gráfico 2.3.1 – Produção física industrial acumulada no ano – Brasil, Nordeste, Ceará, Pernambuco e Bahia – Janeiro a outubro/2015 (%)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2016a).  
Nota: Indicador acumulado no ano em relação a igual período do ano anterior. Dados divulgados pelo IBGE sujeitos a ajustes.

A queda da produção fabril no País tem sido acompanhada pelo desempenho desfavorável em outros indicadores da indústria. De acordo com CNI (2015) todos os indicadores conjunturais da indústria de transformação tiveram desempenho desfavorável ao longo de 2015, até o mês de outubro (Gráfico 2.3.2). Tomando por base o indicador acumulado nos dez primeiros meses do ano, comparativamente a igual período de 2014, o emprego industrial recuou 5,7%, o faturamento real caiu 7,3%, o número de horas trabalhadas na produção diminuiu 9,6%, a massa salarial decresceu 5,5%, o rendimento médio real baixou 0,1% e o nível de utilização da capacidade instalada (UCI) retraiu-se em 2,9 pontos percentuais passando de 80,6% em dezembro/2014 para 77,7% em outubro/2015. Estes números refletem o agravamento da crise ao longo de 2015, entre janeiro e outubro.

Gráfico 2.3.2 – Brasil: indicadores conjunturais da indústria de transformação – Janeiro a Outubro/2015



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados da CNI (2015).  
Nota: Dados de Utilização de Capacidade Instalada (UCI) em percentual; gráfico construído com dados dessazonalizados.

Do ponto de vista setorial, dentre os 26 segmentos industriais pesquisados pelo IBGE no Brasil, apenas as indústrias extrativas (4,7%) apresentaram crescimento no acumulado do ano até novembro, comparativamente ao mesmo período de 2014 (Tabela 2.3.1). Todos os setores da indústria de transformação do País recuaram a produção, ocorrendo as maiores retrações nos segmentos de fabricação de equipamentos de

informática, produtos eletrônicos e ópticos (-29,6%) e fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (-25,6%). Apesar do crescimento positivo, a produção física das indústrias extrativas vem desacelerando ao longo do ano, tendo sido agravada em novembro em razão da greve dos petroleiros da Bacia de Campos e do desastre ambiental ocorrido em Mariana (MG), que ocasionou a paralisação da produção local de minérios.

No Nordeste, dos 15 setores pesquisados, três obtiveram crescimento positivo no acumulado de janeiro a outubro de 2015, comparativamente a igual período de 2014, com destaque para a fabricação de veículos automotores (32,7%). O crescimento expressivo da produção de veículos no Nordeste decorreu da entrada em operação da fábrica da Fiat Chrysler em Pernambuco, no início de 2015. Os maiores recuos da produção industrial na Região ocorreram nos segmentos de fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (-21,9%) e confecção de artigos de vestuário e acessórios (-14,6%).

Quanto aos estados nordestinos cujos dados são divulgados na pesquisa PIM-PF do IBGE, observou-se redução da produção na grande maioria dos segmentos fabris. No Ceará, todos os 11 setores industriais pesquisados obtiveram queda na produção no acumulado do ano até novembro, principalmente o segmento de fabricação de produtos têxteis (-33,0%). Em Pernambuco, dentre os 12 setores pesquisados, apenas fabricação de produtos alimentícios (10,6%) e fabricação de produtos de limpeza, perfumes e higiene (5,9%) cresceram a produção no acumulado do ano até novembro. Os demais segmentos experimentaram retração, particularmente a fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (-24,3%) e fabricação de outros equipamentos de transportes, exceto veículos (-23,9%). Já na Bahia, dos 12 setores pesquisados, quatro cresceram no acumulado do ano até novembro, particularmente a atividade de fabricação de veículos, reboques e carrocerias (9,3%). Por outro lado, dentre os segmentos que decresceram a produção nesse Estado cabe destaque para a atividade de fabricação de equipamentos/produtos de informática, eletrônicos e ópticos, cuja queda foi de 54,6%.

Tabela 2.3.1 – Produção física industrial acumulada no ano – Brasil, Nordeste, Ceará, Pernambuco e Bahia – Novembro/2015 (%)

Seções e atividades industriais	Brasil	Nordeste	Ceará	Pernambuco	Bahia
Indústria geral	-8,1	-2,8	-9,4	-3,1	-7,1
Indústrias extrativas	4,7	-5,5	-	-	-6,1
Indústrias de transformação	-9,7	-2,6	-9,4	-3,1	-7,1
Fab. prod. alimentícios	-2,8	2,7	-6,4	10,6	-2,3
Fab. bebidas	-4,5	-7,1	-7,2	-12,4	-4,8
Fab. prod. fumo	-8,9	-	-	-	-
Fab. prod. têxteis	-14,2	-13,5	-33,0	-4,9	-
Conf art. vest. e acessórios	-10,4	-14,6	-6,4	-	-
Prep. e fab. art. couro e calçados	-7,5	-9,2	-10,2	-	0,6
Fab. prod. madeira	-4,6	-	-	-	-
Fab. celulose e papel	-1,0	6,6	-	-1,9	1,1
Impressão e reprodução de gravações	-17,5	-	-	-	-
Fab. coque, prod. petróleo e biocomb.	-5,8	-2,1	-4,8	-	-14,2
Fab. prod. limp., perfumes e higiene	-3,2	-	-	5,9	-
Fab. outros prod. químicos	-4,7	-3,0	-12,9	-6,7	-4,6
Fab. prod. farmoquím. e farmac.	-12,9	-	-	-	-
Fab. prod. borracha e plástico	-8,8	-1,7	-	-2,6	0,1
Fab. prod. min. não-metálicos	-7,2	-6,4	-0,6	-1,4	-10,5
Metalurgia	-8,5	-14,1	-15,4	-8,6	-13,1

Seções e atividades industriais	Brasil	Nordeste	Ceará	Pernambuco	Bahia
Fab. prod. metal, exc. máq/equip	-10,9	-21,9	-4,6	-24,3	-
Fab. equip. inform., eletr. e ópticos	-29,6	-	-	-	-54,6
Fab. máq., apar. e materiais elétricos	-11,4	-6,2	-12,7	-9,6	-
Fab. máquinas e equipamentos	-13,8	-	-	-	-
Fab. veículos, reboques e carrocerias	-25,6	32,7	-	-	9,3
Fab. outros equip. transp., exc.veículos	-8,5	-	-	-23,9	-
Fabricação de móveis	-14,2	-	-	-	-
Fabricação de produtos diversos	-3,9	-	-	-	-
Manut., repar. e inst. máq. e equip.	-7,8	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2016b).

Obs.: Indicador: acumulado no ano em relação a igual período do ano anterior. Dados divulgados pelo IBGE sujeitos a ajustes.

Tendo por base os resultados de novembro de 2015, depreende-se que tanto a indústria brasileira como a nordestina continuam acumulando perdas. Os problemas estruturais associados à baixa competitividade interna e externa se somaram em 2015 à retração da demanda doméstica, influenciada pela política econômica restritiva, marcada por juros altos, ajuste fiscal severo e conseqüente retração dos investimentos públicos. Além desses fatores, a crise da indústria brasileira, como também a nordestina, foi aprofundada, conforme ressalta IEDI (2015), pelo colapso da confiança dos empresários e das famílias, do aumento da inflação, da redução da oferta creditícia, e da contração do emprego e da renda.

Para o futuro, não se visualiza, no curto prazo, sinais de recuperação da indústria nacional e regional, prevendo-se queda na produção fabril ao longo de 2016. Contudo, a desvalorização do real frente à moeda norte-americana, como vem sendo observada desde meados de 2015, poderá se transformar em alento para os setores exportadores e melhoria da competitividade para os segmentos que sofreram com a invasão de concorrentes estrangeiros, sobretudo chineses.

## Referências

CNI-CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (2015). **Indicadores Industriais: emprego e horas trabalhadas caem pelo nono mês consecutivo**. Disponível em: [http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo\\_24/2014/10/01/20/IndicadoresIndustriais\\_Outubro2015.pdf](http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2014/10/01/20/IndicadoresIndustriais_Outubro2015.pdf). Acesso em: 09 Janeiro 2016.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2016a). **Pesquisa industrial mensal: produção física**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo9.asp?e=c&p=PZ&z=t&o=22>. Acesso em: 12 Janeiro 2016.

\_\_\_\_\_. (2016b). **Pesquisa industrial mensal: produção física**. Tabela 3653 - Produção física industrial, por seções e atividades industriais. Mês de referência: novembro de 2015. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo9.asp?e=c&p=PZ&z=t&o=22>. Acesso em: 12 Janeiro 2016.

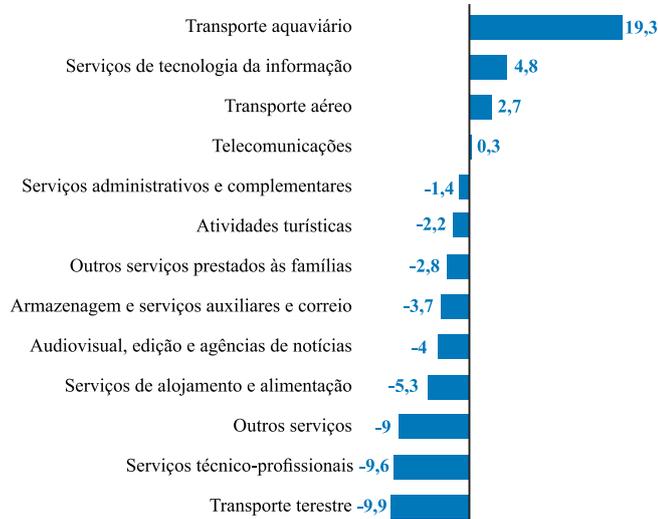
IEDI-INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (2016). Produção da indústria de transformação mundial: o Brasil no final da fila. Carta IEDI n. 712. Disponível em: [http://www.iedi.org.br/cartas/carta\\_iedi\\_n\\_712.html](http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_712.html). Acesso em: 09 Janeiro 2016.

## 2.4. Serviços e Comércio

Conforme a Pesquisa Mensal de Serviços-PMS divulgada pelo IBGE, o volume de serviços apresentou redução de 3,1% no acumulado de janeiro a outubro de 2015 em comparação com os mesmos meses de 2014. Dentre as atividades, as maiores reduções ocorreram em transporte terrestre (-9,9%), serviços técnico-profissionais (-9,6%) e outros serviços (-9,0%). Por outro lado, transporte aquaviário (19,3%), serviços de tecnologia da informação (4,8%), transporte aéreo (2,7%) e telecomunicações (0,3%) registraram incremento no acumulado do ano (Gráfico 2.4.1).

É importante ressaltar que a série divulgada pelo IBGE não pesquisa serviços financeiros, de educação e de saúde. Ainda assim, os subsetores analisados respondem por mais de um terço do valor adicionado bruto gerado pela economia brasileira e por mais de um terço do pessoal ocupado no País.

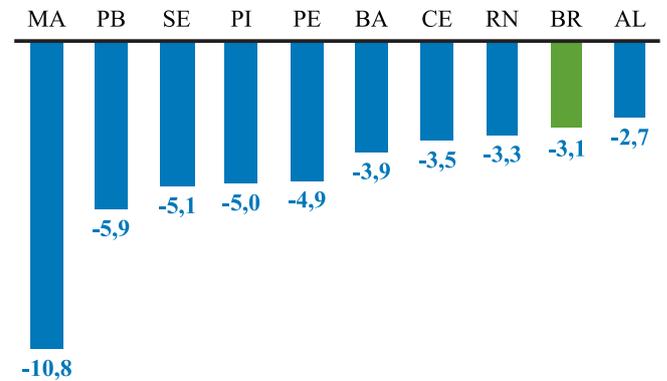
Gráfico 2.4.1 – Volume de serviços acumulado até outubro de 2015 – Variação % em relação ao mesmo período do ano anterior por atividade



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2015a).

Em termos de desempenho estadual, apenas duas unidades federativas, Rondônia (5,6%) e Mato Grosso do Sul (0,5%), registraram avanço em volume de serviços no acumulado de 2015. Especificamente nos estados do Nordeste, o volume de serviços registrou queda mais acentuada quando se compara com a média nacional no acumulado de 2015, com exceção do desempenho de Alagoas. O Maranhão apresentou o decréscimo mais expressivo, ou seja, 10,8% (Gráfico 2.4.2).

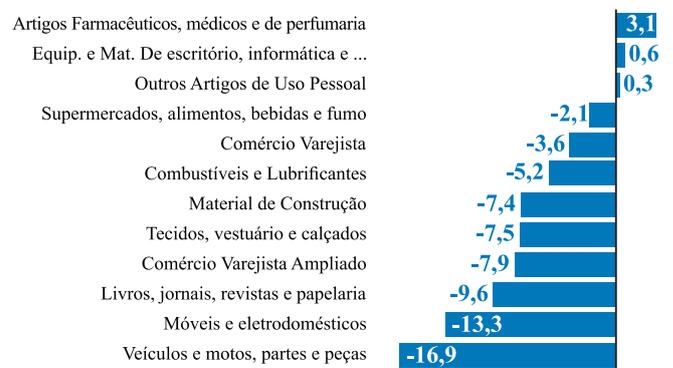
Gráfico 2.4.2 – Volume de serviços acumulado até outubro de 2015 – Variação % em relação ao mesmo período do ano anterior -Estados do Nordeste e Brasil



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2015a).

Por sua vez, o volume de vendas do comércio varejista, de janeiro a outubro de 2015, apresentou redução de 3,6% na comparação com os mesmos meses de 2014. O comércio varejista ampliado, que inclui a venda de material de construção e veículos, motos e peças, registrou redução de 7,9% no mesmo período de comparação. Os maiores recuos foram observados nas atividades de venda de veículos, motos, partes e peças (-16,9%) e na comercialização de móveis e eletrodomésticos (-13,3%). Por sua vez, a atividade de artigos farmacêuticos cresceu 3,1% em relação ao mesmo período do ano passado. O Gráfico 2.4.3 apresenta os resultados das atividades do comércio.

Gráfico 2.4.3 – Volume de vendas do comércio – Variação % por atividade e setor em relação ao mesmo período do ano anterior – Janeiro a outubro de 2015

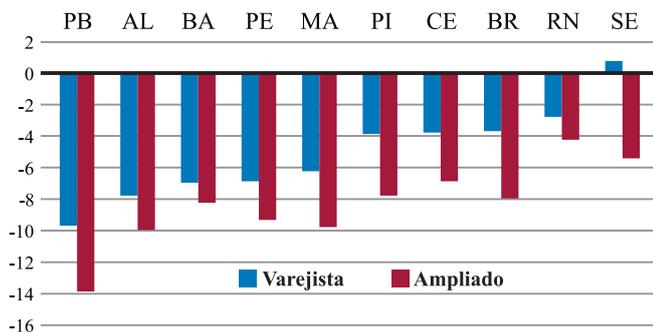


Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2015b).

À semelhança do cenário nacional e considerando o resultado acumulado de janeiro a outubro de 2015, em comparação com o mesmo período de 2014, o comércio

varejista dos estados nordestinos registrou trajetória de queda, tendo inclusive apresentado resultados abaixo da média nacional (-3,6%), com exceção do Rio Grande do Norte e Sergipe. No que se refere ao comércio varejista ampliado, o desempenho dos estados do Nordeste foi inferior em comparação com a média nacional no acumulado de 2015, com algumas exceções que podem ser visualizadas no Gráfico 2.4.4.

Gráfico 2.4.4 – Volume de vendas do comércio acumulado até outubro de 2015 – Variação % em relação ao mesmo período do ano anterior – Estados do Nordeste e Brasil



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2015b).

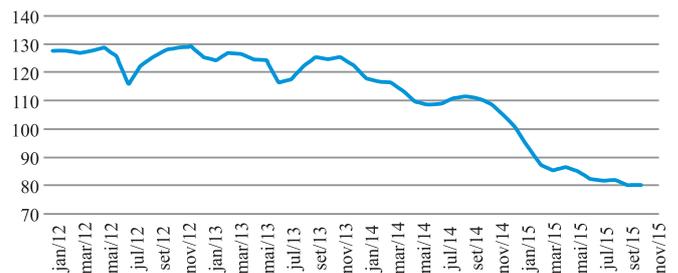
A Confederação Nacional do Comércio-CNC realiza a pesquisa denominada Índice de Confiança do Empresário do Comércio (ICEC). O ICEC é indicador antecedente apurado exclusivamente entre os tomadores de decisão das empresas do varejo, cujo objetivo é detectar as tendências das ações do setor, do ponto de vista do empresário. A amostra é composta por aproximadamente 6 mil empresas situadas em todas as capitais do País, e os índices, apurados mensalmente, apresentam dispersões que variam de zero a duzentos pontos (CNC, 2015a).

Durante o segundo semestre de 2015 o índice apresentou aumento apenas no mês de outubro. Em dezembro, o indicador foi de 79,9 pontos, registrando um recuo de 26,5% em relação a dezembro de 2014. A confiança do empresário do comércio segue em queda, apesar do aumento das expectativas dos comerciantes neste último mês do ano. A retração do ICEC continua a ser influenciada pela percepção negativa quanto às condições correntes, principalmente da economia. O ICEC para o Nordeste registrou queda de 25,5% em comparação a dezembro de 2014, tendo alcançado 85,3 pontos em dezembro de 2015.

O índice de expectativas do empresário do comércio já vinha perdendo posições desde 2012 (Gráfico 2.4.5), mas em 2015 acentuou as perdas com redução de aproximadamente 30 pontos. Segundo a pesquisa, em

dezembro de 2015, 72,7% dos empresários afirmaram que as “intencões de investimento no capital físico das empresas deverão ser menores nos próximos meses”, refletindo segundo o relatório, a trajetória de crescimento das taxas de juros e a elevação do custo de captação de recursos e financiamento. Um terço dos entrevistados também informou estar com estoques acima do que é considerado adequado.

Gráfico 2.4.5 – Índice de expectativas do empresário do comércio- 2012 a 2015



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados da CNC (2015a).

Analisa-se em seguida o potencial de vendas do comércio, de acordo com os dados da pesquisa nacional denominada Intenção de Consumo das Famílias (ICF), implementada pela CNC. O indicador tem capacidade de medir a avaliação que os consumidores fazem dos aspectos importantes da condição de vida de suas famílias, tais como capacidade de consumo atual e de curto prazo, nível de renda doméstico, condições de crédito, segurança no emprego e qualidade de consumo presente e futuro (CNC, 2015b).

Os resultados da ICF podem ser avaliados sob dois ângulos. O primeiro é o grau de satisfação e insatisfação dos consumidores, por meio de sua dimensão, já que o índice abaixo de 100 pontos indica uma percepção de insatisfação, enquanto o acima de 100 (com limite de 200 pontos) mostra o grau de satisfação em termos de seu emprego, renda e capacidade de consumo. O segundo ângulo é o da tendência desse grau de satisfação e insatisfação, por meio das variações mensais da ICF total.

O ICF registrou queda de 36% em relação a dezembro de 2014 (Tabela 2.4.1). O índice ficou em 76,5 pontos, mas continua abaixo da zona de indiferença, implicando uma percepção de insatisfação com a situação atual. O ICF para o Nordeste, por sua vez, registrou queda de 33,1% em relação a dezembro de 2014, tendo o índice se reduzido para 88,7 pontos, refletindo um nível de insatisfação na Região.

Tabela 2.4.1 – Dimensões da pesquisa de intenção de consumo das famílias e variação % 2014-2015

ICF - Total	dez/14	dez/15	Variação %
Emprego Atual	130,5	103,6	-20,6
Perspectiva Profissional	123,6	98,8	-20,0
Renda Atual	136,0	95,5	-29,8
Acesso ao crédito	124,1	75,2	-39,4
Nível de Consumo Atual	99,0	54,6	-44,9
Perspectiva de Consumo	125,4	60,1	-52,1
Momento para Duráveis	98,1	47,6	-51,4
Índice (Em Pontos)	119,5	76,5	-36,0

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados da CNC (2015b).

Em relação às perspectivas para 2016, o arrefecimento da inflação deverá estimular a demanda tanto no setor de serviços e particularmente no comércio. É importante ressaltar que os preços de diferentes tipos de serviços foram reajustados em 2015, o que deixaria de pressionar a inflação desse setor nos próximos meses.

Os setores, mesmo considerando a menor pressão da inflação, poderão contudo ainda se ressentir do atual nível de endividamento das famílias. A CNC realiza mensalmente a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), com cerca de 18 mil consumidores no País. A pesquisa mais recente revela que ocorreu um aumento do percentual de famílias com dívidas, contas ou dívidas em atraso bem como em termos de inadimplência (Tabela 2.4.2).

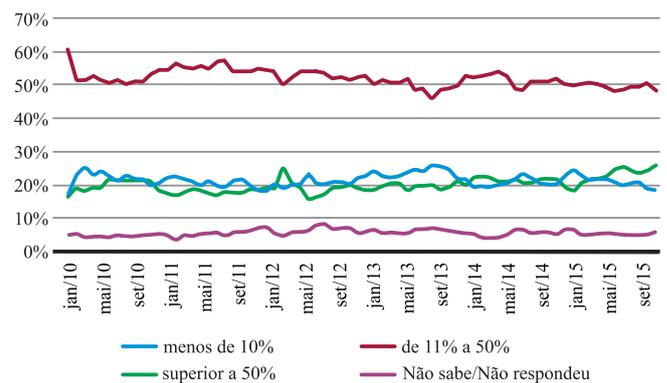
Tabela 2.4.2 – Endividamento e inadimplência do consumidor - %

Mês/Ano	Total de Endividados	Dívidas ou Contas em Atraso	Inadimplência
Dezembro 2014	59,3	18,5	5,8
Dezembro 2015	61,1	23,2	8,7

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados da CNC (2015c).

O Gráfico 2.4.6, por sua vez, mostra que ocorreu um aumento aproximado de 20% para quase 30% do número de famílias com mais de 50% da renda comprometida com dívidas. Além disso, cerca de metade das famílias possuem dívidas que comprometem mais de 10% de suas respectivas fontes de renda.

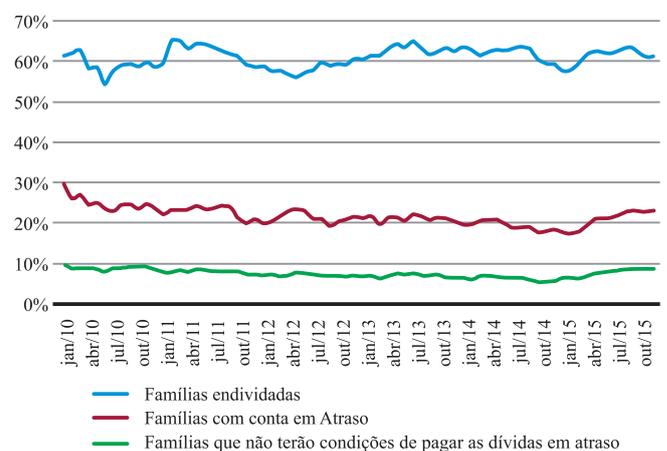
Gráfico 2.4.6 – Percentual defamílias e comprometimento da renda com dívidas



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados da CNC (2015c).

Outro aspecto que traz perspectivas negativas, principalmente para o comércio, é a situação das dívidas. Nos últimos anos (Gráfico 2.4.7), foram registradas melhorias nos indicadores, com a redução dos atrasos ou da incapacidade de pagamento das dívidas pelas famílias. No entanto, em 2015, esse indicador começou a apresentar deterioração, com aumento no percentual de famílias com dívidas em atraso ou com incapacidade de pagamento. Também foi observado o aumento do número de famílias com alguma dívida no último ano.

Gráfico 2.4.7 – Percentual de famílias endividadas e situação da dívida



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados da CNC (2015c).

Os indicadores dos serviços e do comércio não foram favoráveis em 2015. A expectativa de mudanças desse cenário ocorrerá com a retomada do nível de confiança de empresários e consumidores e a consequente retomada dos investimentos. É importante ressaltar que a economia brasileira se diversificou paralelamente à expansão do mercado interno, o que permitirá a retomada do crescimento econômico nos próximos anos.

## Referências

CNC-Confederação Nacional do Comércio (2015a). **Pesquisa do índice de confiança do empresário do comércio.** Disponível em: [http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/release\\_icec\\_2015\\_12.pdf](http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/release_icec_2015_12.pdf). Acesso em: 12 Janeiro 2016.

\_\_\_\_\_ (2015b). **Pesquisa de intenção de consumo das famílias** – Disponível em: [http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/release\\_icec\\_2015\\_12.pdf](http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/release_icec_2015_12.pdf). Acesso em: 12 Janeiro 2016.

\_\_\_\_\_ (2015c). **Pesquisa sobre endividamento e inadimplência do consumidor.** Disponível em: [http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/release\\_peic\\_dezembro\\_2015.pdf](http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/release_peic_dezembro_2015.pdf). Acesso em: 31 Dezembro 2015.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015a). **Pesquisa mensal dos serviços.** Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio\\_e\\_Servicos/Pesquisa\\_Mensal\\_de\\_Servicos/Fasciculo\\_Indicadores\\_IBGE/pms\\_201510caderno.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servicos/Pesquisa_Mensal_de_Servicos/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pms_201510caderno.pdf). Acesso em: 31 Dezembro 2015.

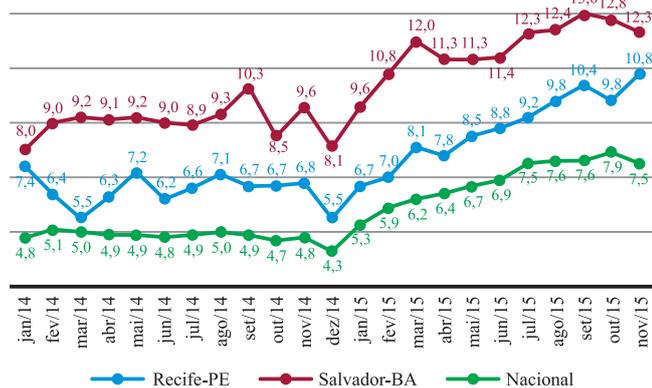
\_\_\_\_\_ (2015b). **Pesquisa mensal do comércio.** Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio\\_e\\_Servicos/Pesquisa\\_Mensal\\_de\\_Comercio/Fasciculo\\_Indicadores\\_IBGE/pmc\\_201510caderno.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servicos/Pesquisa_Mensal_de_Comercio/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pmc_201510caderno.pdf). Acesso em: 31 Dezembro 2015.

### 3. MERCADO DE TRABALHO

O quadro recessivo da economia brasileira, iniciado a partir do segundo trimestre de 2014, repercutiu até o fim do mesmo ano e agravou-se em 2015 refletindo um cenário adverso no mercado de trabalho brasileiro. De acordo com o IBGE (2015), a taxa de desocupação foi de 7,5% em novembro de 2015, e mesmo com pequena redução frente ao mês anterior (7,9%), a taxa segue em patamares elevados desde o início do segundo semestre do corrente ano, se comparada com as taxas de desocupação de 2014 que variaram entre 4,3% e 5,0%.

Observaram-se taxas de desocupação mais elevadas para as Regiões Metropolitanas de Salvador (12,3%) e Recife (10,8%) em novembro. Verificou-se ainda que entre janeiro e novembro de 2015, o crescimento das taxas de desocupação ocorreu de forma acelerada, considerando que os indicadores cresceram 2,7 e 4,1 pontos percentuais nesse intervalo, respectivamente. A partir do Gráfico 3.1 percebe-se tendência de aumento da taxa de desocupação nas duas Regiões Metropolitanas do Nordeste pesquisadas pelo IBGE maior que a média nacional no segundo semestre, período que normalmente ocorre redução dos índices devido às contratações de fim de ano.

Gráfico 3.1 – Taxa de desocupação das pessoas com 10 anos ou mais de idade por Região Metropolitana (%): Janeiro/2014 a novembro/2015



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2015).

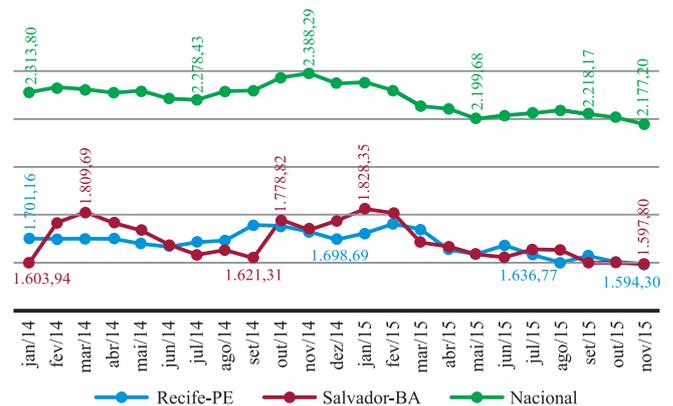
A queda tanto do nível de atividade econômica quanto do número de pessoas ocupadas tem se refletido na redução do rendimento anual médio do trabalhador. Em termos nacionais, a remuneração média de R\$ 2.177,20 em novembro de 2015 implicou desvalorização de 8,84% em relação ao mesmo mês de 2014.

De forma similar, as Regiões Metropolitanas de Salvador e Recife assinalaram em novembro de 2015 rendimento médio real de R\$ 1.594,30 e R\$ 1.597,80, res-

pectivamente. Mesmo com remuneração média superior à de Recife (7,84%), Salvador registrou em novembro de 2015 retração no rendimento médio em 7,99% frente ao mesmo período de 2014. Este cenário não é favorável, pois à medida que as taxas de desocupação aumentam, as remunerações médias se desvalorizam.

Diante de uma tendência de arrefecimento das remunerações médias no período analisado, como mostra o Gráfico 3.2, o cenário do mercado de trabalho se deteriora com o crescimento dos índices inflacionários. A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou 9,62% de janeiro a novembro de 2015.

Gráfico 3.2 – Evolução do rendimento médio real habitual da população ocupada por Região Metropolitana – Janeiro/2014 a novembro/2015 (R\$ de 2015)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2015).

Nota: Rendimento médio habitual da população ocupada (R\$), a preços de setembro/2015.

O saldo acumulado<sup>6</sup> de empregos formais no Nordeste apresentou desempenho não satisfatório em 2015 (-188.425), enquanto que para o mesmo período do ano passado registrou saldo positivo com 163.918 vínculos empregatícios (CAGED/MTE).

O PIB<sup>7</sup> do terceiro trimestre de 2015 das três maiores economias do Nordeste sugere queda quando comparado com o mesmo período do ano anterior. O baixo dinamismo dos indicadores de atividade econômica dos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará influenciaram esse quadro de deterioração do mercado de trabalho regional. O saldo negativo acumulado destes três estados representou 81,7% do corte de empregos formais da Região.

6 O saldo acumulado refere-se ao período de janeiro a novembro de 2015.

7 O PIB trimestral é calculado pelos Institutos de Planejamento estaduais, tendo uma ponderação baseada nos resultados dos grandes setores de atividades econômicas (agricultura, indústria e serviço), porém, os dados são preliminares e estão sujeitos a retificações quando divulgado o cálculo definitivo das Contas Regionais.

Pernambuco segue com redução de 5,6% em sua economia no terceiro trimestre de 2015 frente ao mesmo período do ano anterior, com impacto na construção civil (9,3%) e serviços (-5,3%) quando comparado com o terceiro trimestre de 2014. De acordo com as informações da CONDEPE/FIDEM (2015), a construção civil foi fortemente influenciada pela descontinuidade de investimentos em infraestrutura. Esse arrefecimento nesta atividade gerou saldo negativo no acumulado do ano de 27.210 postos de trabalho. O setor de serviços, com a repercussão pelo ajuste do mercado de trabalho e do endividamento das famílias, registrou redução no acumulado do ano em 29.460 vínculos empregatícios. Diante do quadro recessivo, Pernambuco acumulou em 2015 um saldo negativo em 74.271 postos de trabalho.

A economia cearense apresentou modesto desempenho no terceiro trimestre de 2015, com retração em 5,5% em comparação com o mesmo período de 2014. A indústria e os serviços que têm participação de 22,8% e 73,8%, respectivamente, no valor adicionado bruto do Ceará<sup>8</sup>, registram queda de 5,99% e 4,29% frente ao mesmo trimestre do ano de 2014 (IPECE, 2015). O resultado do terceiro trimestre da economia cearense exerceu influência no mercado de trabalho, apresentando saldo negativo em 22.891 vínculos empregatícios de janeiro a novembro de 2015.

A economia da Bahia também registrou queda de 1,9% frente ao terceiro trimestre de 2014. O baixo desempenho nos valores adicionados dos setores da indústria (-0,5%) e serviços (-1,2%) vem contribuindo para trajetória de desaceleração da economia baiana (SEI, 2015). Este cenário vem impactando negativamente em seu mercado de trabalho em 2015, gerando saldo negativo no acumulado de janeiro a novembro de 2015 de 56.757 vínculos empregatícios.

Os dados setoriais do CAGED mostram que as atividades pertencentes à cadeia da construção civil e da indústria de transformação vêm apresentando relativo grau de desaquecimento desde 2014. No acumulado de janeiro a novembro de 2015, a construção civil e a indústria de transformação foram responsáveis por um saldo negativo de 132.151 de empregos formais no Nordeste; o mesmo foi verificado para igual período do ano anterior, quando os dois setores responderam com redução no saldo em 10.109 vínculos empregatícios.

A construção civil teve um peso importante para a perda de 90.133 postos de trabalho na Região, reflexo do baixo dinamismo econômico da Bahia e Pernambuco, apresentando reduções de 28.805 e 27.210 postos de trabalho, respectivamente, conforme mostra a Tabela 3.1.

No mesmo sentido, a indústria de transformação tem mantido o ritmo de desaceleração registrando saldo negativo de 42.018 empregos formais na Região, com forte tendência de queda para o primeiro trimestre de 2016. Conforme projeção do BNB/ETENE<sup>9</sup>, tanto a Produção Física Industrial (PFI) quanto o volume de vendas no comércio varejista do Nordeste seguem em trajetória descendente em 2015, com retrações na variação anual em 5,1% e 6,9%, respectivamente, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Por sua vez, Ceará (-13.605) registrou saldo negativo no acumulado do ano para a indústria de transformação, seguido por Pernambuco (-12.051).

No agregado Nacional, a expectativa para 2016 é de trajetória descendente, com a deterioração dos indicadores do mercado de trabalho. Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2015), a projeção da taxa de desocupação será de 11%, enquanto a previsão do rendimento médio real apresentará queda em função da inflação projetada próximo de 6,8% a.a.

Além das perspectivas de desaceleração do nível da atividade econômica brasileira para o início do ano de 2016, verifica-se que a inflação, mais especificamente o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulou alta de 9,62% de janeiro a novembro de 2015.

Diante desse cenário, a desvalorização do rendimento médio do trabalhador e o incremento do desemprego impactam diretamente na massa salarial, e por conseguinte, enfraquecem o poder de compra das famílias. A queda do consumo das famílias em 2015 pode ser visto pelo lado da oferta, quando a projeção ETENE/BNB aponta para uma queda no volume de vendas no varejo de 4,7% para o Brasil. De acordo com o informe conjuntural (CNI, 2015), a previsão para 2016 é de retração de 3,5% para a massa salarial, afetando diretamente o consumo das famílias, uma vez que se projeta uma redução de 3,3% em relação ao ano de 2015.

Concomitante ao enfraquecimento da atividade econômica, inflação elevada e aumento da taxa SELIC (aumento real em 14,25% a.a.) além de uma conjuntura política instável, constituem elementos que podem contribuir para a retração dos investimentos e, por consequência, desfavorecendo o comportamento do mercado de trabalho para o início do primeiro trimestre de 2016.

O Nordeste, de acordo com (IBGE, 2015), tem apresentado baixo dinamismo do mercado de trabalho, sendo caracterizado por altas taxas de desocupação e pela queda do rendimento médio real do trabalhador nas duas Regiões Metropolitanas nordestinas pesquisadas pelo IBGE<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> Valores para 2015 são projeções elaboradas pelo BNB/ETENE.

<sup>10</sup> Período de janeiro a novembro de 2015

Tabela 3.1 – Saldo acumulado de empregos formais, por setores no Brasil, grandes regiões e estados do Nordeste: Janeiro a novembro de 2015

Brasil / Regiões / Estados	Extrativa Mineral	Indúst. de Transf.	Serviços Ind. de Utilidade Pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agrop., Extr. Vegetal, Caça e Pesca	Total
Brasil	-12.229	-414.075	-6.667	-309.226	-183.348	-97.570	9.336	68.416	-945.363
Norte	-1.396	-25.074	121	-37.208	-5.777	-721	-433	-234	-70.722
Nordeste	-1.948	-42.018	1.031	-90.133	-26.910	-36.005	422	7.136	-188.425
Piauí	-70	-406	1.742	-8.026	735	6.784	-29	25	755
Sergipe	-152	-120	123	-1.347	-830	401	-132	-904	-2.961
Alagoas	-8	-3.923	146	-3.229	-1.797	4.690	-43	629	-3.535
Rio Grande do Norte	-286	-3.176	-394	-5.199	-1.588	1.294	-253	1.118	-8.484
Maranhão	-677	-1.341	592	-1.694	-761	-4.142	-62	-1.415	-9.500
Paraíba	-212	-2.469	79	-7.661	-946	509	-3	-78	-10.781
Ceará	-183	-13.605	557	-6.962	-4.727	-891	616	2.304	-22.891
Bahia	-108	-4.927	-897	-28.805	-8.302	-15.190	324	1.148	-56.757
Pernambuco	-252	-12.051	-917	-27.210	-8.694	-29.460	4	4.309	-74.271
Sudeste	-7.017	-245.659	-7.829	-135.884	-111.219	-91.954	4.165	38.372	-557.025
Sul	-1.142	-82.202	-510	-24.572	-28.893	9.047	4.923	8.905	-114.444
Centro-Oeste	-726	-19.122	520	-21.429	-10.549	22.063	259	14.237	-14.747

Fonte: MTE (2015).

Portanto, é de se esperar cenário semelhante àquele desenhado para o Brasil. Assim sendo, a expectativa é de que não haja melhora nos indicadores do mercado de trabalho nas Regiões Metropolitanas de Salvador e Recife, devendo haver uma continuidade da deterioração das condições até o primeiro semestre de 2016.

Entretanto, a tendência é de estabilização após esse período, tanto em nível nacional como regional, gerando uma melhora no cenário político-econômico a partir do primeiro semestre de 2017, com redução de incertezas e retomada de confianças dos atores econômicos, coincidindo com a esperada retomada de um novo ciclo de crescimento econômico naquele ano.

## Referências

BRASIL (2015). MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. **Evolução de emprego do CAGED**. Acesso em: 30 Dezembro 2015.

CONDEPE/FIDEM - AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISA DE PERNAMBUCO (2015). **PIB trimestral de Pernambuco: 3º trimestre de 2015**. Disponível em: <http://www.pe.gov.br/blog/2015/12/28/condepe-fidem-divulga-dados-do-pib-do-3-trimestre-do-ano>. Acesso em: 11 Janeiro 2016.

CNI (2015). CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Informe Conjuntural. Ano 31. Número 3 - julho/setembro de 2015. Disponível em: [http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo\\_24/2015/12/16/195/EconomiaBrasileiraDezembro2015.pdf](http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2015/12/16/195/EconomiaBrasileiraDezembro2015.pdf). Acesso em: 14 de janeiro de 2015.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2014). **Contas regionais do Brasil 2012**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000019515011102014502214193696.pdf>. Acesso em 12 Janeiro 2016.

\_\_\_\_\_. (2015). **Pesquisa mensal de emprego Setembro 2015 – nova metodologia**. Acesso em: 30 Dezembro 2015.

IPECE-INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **PIB Trimestral do Ceará: 3º Trimestre de 2015**. Disponível em: [http://www.ipece.ce.gov.br/categoria2/pib/APRESENTACAO\\_PIB\\_3o\\_TRIM2015.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/categoria2/pib/APRESENTACAO_PIB_3o_TRIM2015.pdf) Acesso em: 11 Janeiro 2016.

SEI- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **PIB trimestral da Bahia: 3º Trimestre de 2015**. Disponível em: [http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pps/estadual/trimestral/pib\\_est\\_trimes\\_3\\_15.ppt](http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pps/estadual/trimestral/pib_est_trimes_3_15.ppt). Acesso em: 11 Janeiro 2016.

## 4. SETOR EXTERNO

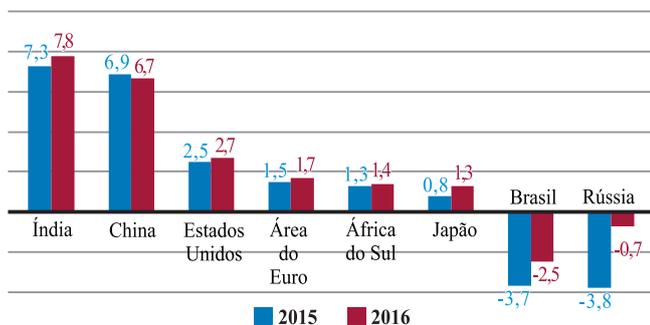
### 4.1. Cenário Internacional

A economia mundial enfrentou um período de instabilidade macroeconômica, reduzido crescimento além de modesto desempenho do comércio internacional em 2015. Uma combinação inter-relacionada de fatores conduziu a esse cenário, a exemplo do declínio no preço das commodities, a alta volatilidade nas taxas de câmbio e nos fluxos de capitais, a estagnação nos investimentos e na produtividade, além da falta de conexão entre o segmento das finanças e do setor produtivo (Nações Unidas, 2015).

O fraco desempenho econômico está impactando negativamente os mercados de trabalho em diferentes países, tanto em termos de níveis salariais quanto na taxa de desemprego. Além disso, a precarização nas relações trabalhistas tem caracterizado o atual processo de globalização. A combinação dos fatores acima descritos, por sua vez, gerou uma inflação mundial de 2,6%, sendo o nível mais baixo desde 2009.

Em termos de desempenho da economia, o Banco Mundial (2016) estima que o PIB global aumentou 2,4% em 2015, devendo atingir 2,9% em 2016. As taxas de crescimento do PIB dos países de renda alta deverão alcançar 1,6% e 2,1% em 2015 e 2016, respectivamente, com destaque para os Estados Unidos. Para os países em desenvolvimento, os números esperados são 4,3% e 4,8% para 2015 e 2016, respectivamente, com destaque para a Ásia e África. O Gráfico 4.1.1 mostra os dados para um conjunto de países selecionados.

Gráfico 4.1.1– Taxa de crescimento do PIB em países selecionados - %



Fonte: Banco Mundial (2016).

Embora o ritmo de expansão ainda seja expressivo, é importante ressaltar que a economia chinesa está desacelerando, impactando negativamente nos países exportadores de commodities metálicas e agropecuárias,

a exemplo do Brasil. Por sua vez, a cédula chinesa, o renminbi, recebeu o aval do Fundo Monetário Internacional-FMI para ser a quinta moeda elegível para a “cesta de reservas internacionais” a partir de 2016. As outras moedas que compõem a cesta são o dólar norte-americano, a libra esterlina inglesa, o euro da União Europeia e o iene japonês. Atualmente, o renminbi representa quase 11% das transações internacionais, o que contribui para fortalecer a criação do banco de desenvolvimento dos BRICS (Aguiar, 2016).

A União Europeia, por sua vez, enfrenta crucial desafio em função da chamada “crise dos refugiados” e seus desdobramentos, implicando alterações no perfil social, cultural, político e econômico do continente. A tendência é que ocorra uma crescente oposição entre os países do Leste e parte do Ocidente, em torno da recepção aos refugiados. Em consequência, produz-se um aumento das tensões ideológicas e econômicas. Paralelamente, está ocorrendo uma crescente contestação dos chamados “planos de austeridade” impostos pela Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional aos países endividados europeus.

O cenário internacional é de restrição econômica e de incertezas em 2016, em face dos desdobramentos da crise econômica global de 2008; tendo em vista o fim do superciclo das commodities e a consequente trajetória de depreciação das moedas emergentes em relação ao Dólar, incluindo o Real; da instabilidade chinesa; das eleições presidenciais norte-americanas; dos conflitos no Oriente Médio, África e Ásia com rebatimentos em intensos fluxos migratórios; além de ações terroristas em diversos locais do planeta. Em diferentes países desenvolvidos as políticas de bem-estar social, construídas no século XX, têm se deteriorado com o consequente incremento da desigualdade de renda (Costa, 2015).

Nos países em desenvolvimento, por sua vez, a redução da expansão econômica deverá impactar no processo de diminuição da pobreza no curto prazo, podendo ainda inviabilizar o desenvolvimento sustentável a médio prazo. Para evitar tal cenário e estimular o crescimento inclusivo, torna-se fundamental aperfeiçoar a coordenação das políticas a níveis nacional, regional e global.

As Nações Unidas (2015) sugerem ainda o fortalecimento de políticas que promovam a redução da desigualdade, a exemplo de investimentos em educação, saúde e infraestrutura, além do fortalecimento das redes de proteção social.

Diante do arrefecimento do crescimento econômico, a expectativa é que não tenha ocorrido incremento das emissões de carbono em 2015, fato inédito nos últimos 20 anos, exceto em 2009, quando a crise econômica e financeira internacional atingiu o auge. Nesse sentido, a Conferência do Clima de Paris em 2015 gerou perspectivas de uma atuação combinada internacional, inclusive com protagonismo do Brasil, sobre as mudanças climáticas em nível mundial (Costa, 2015).

## Referências

AGUIAR, F. (2016). **Desafios para 2016**. Carta Maior on line. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Desafios-para-2016/6/35247>. Acesso em: 04. Jan.2016.

BANCO MUNDIAL (2016). **Global economic prospects - spillovers amid weak growth**. Disponível em: <http://pubdocs.worldbank.org/pubdocs/publicdoc/2016/1/697191452035053704/Global-Economic-Prospects-January-2016-Spillovers-amid-weak-growth.pdf>. Acesso em: 07. Jan.2016.

COSTA, A.L.M.C. (2015). **Um ano de desintegração**. Carta Capital, 30 de dezembro, n°. 882, p. 74-79.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL-FMI (2015). **World economic outlook update**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2015/update/02/pdf/0715.pdf>. Acesso em: 05. Jan.2016.

NAÇÕES UNIDAS (2015). **World economic situation and prospects 2016**. Disponível em: [http://www.un.org/en/development/desa/policy/wesp/wesp\\_current/2016wesp\\_ch1\\_en.pdf](http://www.un.org/en/development/desa/policy/wesp/wesp_current/2016wesp_ch1_en.pdf). Acesso em: 04. Jan.2016.

## 4.2. Comércio Exterior

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior (MDIC, 2015), no acumulado do ano até novembro, a balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 13,4 bilhões, revertendo o resultado deficitário apresentado em mesmo período do ano anterior (-US\$4,3 bilhões). As exportações atingiram o montante de US\$ 174,3 bilhões, redução de 16,0% comparativamente ao mesmo período do ano 2014, devido, principalmente, a queda dos preços internacionais das principais commodities agrícolas e minerais. Do mesmo modo, as importações, no total de US\$ 160,9 bilhões, caíram 24,1% afetadas pela desaceleração da atividade econômica interna e também pela desvalorização do real frente ao dólar americano.

A desagregação das exportações brasileiras por fator agregado mostra que, de janeiro a novembro deste ano, as vendas dos produtos básicos representaram 42,5% da pauta, seguida dos manufaturados (40,4%) e semimanufaturados (14,6%). Os embarques de produtos básicos registraram retração de 20,8% enquanto os de manufaturados e semimanufaturados caíram 10,9% e 9,6% respectivamente.

Soja, mesmo triturada, exceto para sementeira (11,9%), óleos brutos de petróleo (6,3%), minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados (5,4%), outros açúcares de cana (3,0%) e café não torrado, em grão (2,9%) foram os principais produtos exportados. Porém, todos registraram queda na receita: soja, mesmo triturada, exceto para sementeira (-10,8%), óleos brutos de petróleo (-26,9%), minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados (-48,7%), outros açúcares de cana (-22,5%) e café não torrado, em grão (-5,8%).

As importações brasileiras segundo categoria de uso mostra que o País distribuiu as compras em Bens de Capital (27,5%), Bens Intermediários (43,7%), Bens de Consumo (14,4%) e Combustíveis e Lubrificantes (14,3%). Todas as categorias de produtos apresentaram queda nas compras externas, no período em análise: em Bens de Capital (-22,1%), Bens Intermediários (-18,2%), Bens de Consumo (18,6%) e Combustíveis e Lubrificantes (-43,2%).

A China (19,2%) e Estados Unidos (12,6%) foram os principais destinos das vendas externas brasileiras,

porém, registraram diminuição de 13,2% e 10,9%, respectivamente, nas compras no período comparativo novembro 2015/novembro 2014. Do mesmo modo, os principais mercados fornecedores do País foram, igualmente, China (18,1%) e Estados Unidos (15,3%) que apresentaram redução nas vendas de 15,7% e 23,7%, respectivamente, nesse período. Entretanto, no acumulado do ano até o mês de novembro, o saldo comercial do País com a China se apresenta superavitário (+US\$ 4,2 bilhões) enquanto que com os Estados Unidos o déficit gira em torno de US\$ 2,8 bilhões.

No País, apenas as regiões Nordeste (- US\$ 6.939,2 milhões) e Sudeste (- US\$ 3.297,1 milhões) registraram déficit no acumulado do saldo da balança comercial até o mês de novembro. As demais regiões apresentaram saldo positivo: Centro-Oeste (US\$ 1.318,5 milhões), Sul (US\$ 4.297,0 milhões) e Norte (US\$ 2.035,9 milhões).

As vendas externas (US\$ 13.299,7 milhões) inferiores às compras (US\$ 20.238,9 milhões) resultaram no déficit apresentado pela região Nordeste. Entretanto, as exportações reduziram-se em 9,0% e as importações caíram 22,0%, no período comparativo janeiro-novembro/2015 relativamente a janeiro-novembro/2014.

A análise por fator agregado revela que as exportações de produtos básicos registraram crescimento de 5,2% no período de análise. A soja, mesmo triturada, exceto para sementeira, principal produto da pauta nordestina, somou US\$ 1.950,6 milhões ou 14,5% do total das exportações apresentando crescimento de 40,7% na quantidade embarcada, no período em análise, apesar da queda do preço do produto no mercado internacional (Tabela 4.2.1).

Por outro lado, as exportações de produtos industrializados com 69,3% da pauta de exportações nordestinas, registraram queda de 13,2% nesse período. As vendas de produtos semimanufaturados cresceram 1,1%, devido, principalmente, ao aumento de receita de exportação de catodos de cobre (+95,5%), pasta química de madeira (+10,5) e alumina calcinada (+8,1%). Quanto aos produtos manufaturados, o recuo de 21,6% foi devido à redução de 61,6% das vendas de óleos combustíveis (-US\$ 924,6 milhões).

Tabela 4.2.1 – Nordeste - Exportação por fator agregado – Janeiro-novembro 2015/2014 - US\$ milhões FOB

Exportação por fator agregado	Jan-nov/2015		Jan-nov/2014		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Básicos	3.941.937	29,6	3.746.820	25,6	5,2
Industrializados	9.212.664	69,3	10.616.168	72,7	-13,2
Semimanufaturados	3.956.543	29,7	3.911.888	26,8	1,1
Manufaturados	5.256.121	39,5	6.704.281	45,9	-21,6
Op. especiais	145.056	1,1	247.972	1,7	-41,5
Total	13.299.658	100,0	14.610.960	100,0	-9,0

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de BRASIL (2015).

Metade das exportações nordestinas tem como destino: China (23,3%), Estados Unidos (12,5%), Argentina (7,4%) e Holanda (7,1%). Destes, apenas a China registrou acréscimo de 30,5% nas compras de produtos da Região. As exportações para os demais países retrocederam: Estados Unidos (-10,7%), Argentina (-11,9%) e Holanda (-28,2%).

Do lado das importações nordestinas, conforme a Tabela 4.2.2, todas as categorias de produto apresentaram queda nos valores importados revelando a queda da atividade doméstica. Destaque para a retração do grupo bens intermediários (-10,8%) e de combustíveis e lubrificantes (-32,7%).

Tabela 4.2.2 – Nordeste - Importação por categoria de uso - Janeiro-novembro 2015/2014 - US\$ milhões FOB

Importação por categoria de uso	Jan-nov/2015		Jan-nov/2014		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Bens de capital	3.069.765	15,2	3.723.210	14,2	-17,6
Bens intermediários	7.709.827	38,1	8.648.607	32,9	-10,9
Bens de consumo	1.781.529	8,8	2.468.134	9,4	-27,8
Bens duráveis	960.748	4,7	1.423.163	5,4	-32,5
Bens não duráveis	820.780	4,1	1.044.972	4,0	-21,5
Combustíveis e lubrificantes	7.677.783	37,9	11.408.049	43,5	-32,7
Total	20.238.904	100,0	26.248.001	100,0	-22,9

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de BRASIL (2015).

Os Estados Unidos (16,5%) representam a principal origem das compras externas do Nordeste, vindo em seguida a China (10,5%), Argentina (8,2%) e Índia (6,3%). Vale ressaltar que, no comparativo janeiro-novembro de 2015 frente ao mesmo período de 2014, as importações dos principais parceiros registraram redução: Estados Unidos (-51,0%), China (-18,9%), Argentina (3,9%) e Índia (-3,6%).

Os principais produtos importados pelo Nordeste foram: gás natural (US\$ 2.340,3 milhões), gás natural liquefeito (US\$ 1.849,4) e naftas para petroquímica (US\$ 1.256,3 milhões).

Dos estados nordestinos, apenas o Rio Grande do Norte (US\$ 52,8 milhões) e Paraíba (US\$ 50,2 milhões)

registraram saldo positivo na balança comercial estadual no acumulado do ano. Os demais acumularam déficits: Maranhão (-US\$ 2.612,3 milhões), Pernambuco (-US\$ 1.951,2 milhões), Ceará (-US\$ 1.773,8 milhões), Bahia (-US\$ 493,0 milhões), Alagoas (-US\$ 117,1 milhões), Sergipe (-US\$ 74,5 milhões) e Piauí (-US\$ 20,3 milhões).

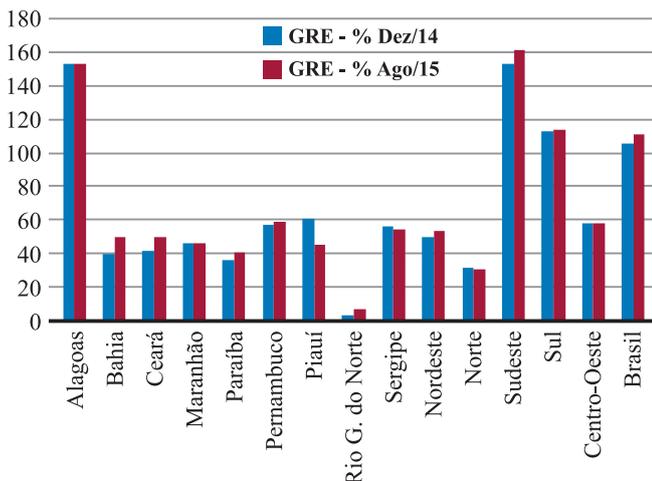
## Referências

Brasil (2015). Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança comercial: unidades da federação**. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1076>. Acesso em: 21 Dezembro 2016.

## 5. FINANÇAS PÚBLICAS

O Grau de Endividamento dos Estados (GRE), que corresponde à Dívida Líquida Consolidada (DLC) em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), mostra a capacidade dos estados em fazer investimentos. Quanto mais baixo o indicador, maior a autonomia das unidades federativas em direcionar recursos para investimentos ou ainda em tomar empréstimos. O GRE do Nordeste aumentou de 50,1% para 53,5% de dezembro de 2014 para agosto de 2015. Referido indicador é reduzido quando comparado com a média nacional, 111,0%. O Sudeste, por sua vez, é a região mais endividada, com GRE de 162,2%. O Piauí obteve uma significativa queda em seu indicador, tendo sido reduzido de 60,9% para 45,3%. Enquanto o Rio Grande do Norte possui o menor grau de endividamento no Nordeste, Alagoas possui o GRE mais elevado, ou seja, 153,4% (Gráfico 5.1).

Gráfico 5.1 – Grau de Endividamento dos Estados – GRE (%)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de BRASIL (2015a).

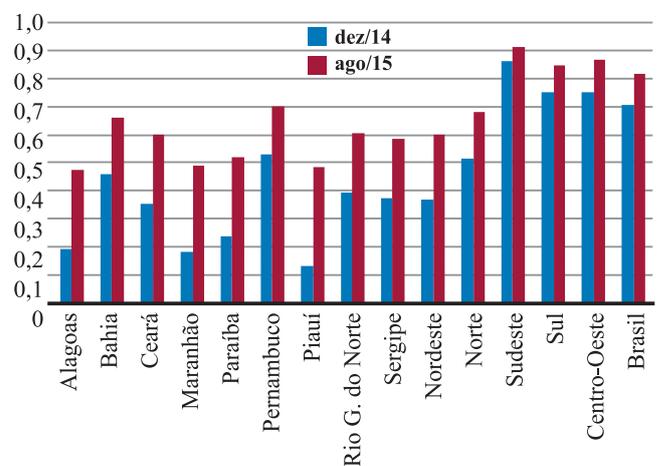
Nota: Os dados para o Rio Grande do Norte foram estimados para dezembro de 2014 enquanto que para Alagoas, Paraná e Mato Grosso do Sul estimou-se os dados para agosto de 2015.

O Índice de Independência Financeira (IDF) define a condição do estado em gerar receitas a partir de sua própria economia. O IDF corresponde à fórmula:  $(1 - \text{Transferências da União/RCL})$ . As Transferências da União são representadas pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM) além das Transferências Discricionárias da União para estados e municípios. Quanto mais próximo de um, menor será a dependência da unidade federativa em relação às transferências federais.

O IDF obteve incremento significativo no Nordeste no segundo quadrimestre de 2015. O indicador para a Região alcançou 0,60 em agosto de 2015, em compa-

ração com 0,37 em dezembro de 2014. É importante ressaltar que parte da evolução no IDF deveu-se a uma redução média de 34,9% das transferências federais para os estados. A receita corrente líquida, por sua vez, cresceu apenas 3,5%. Em consequência, os estados estão trabalhando com menos receitas para a gestão pública. Cabe ainda salientar que o índice da região Nordeste é o menor entre as regiões do País, 0,60, enquanto que o indicador médio nacional alcançou 0,82 (Gráfico 5.2).

Gráfico 5.2 – Índice de Independência Financeira – IDF do Nordeste



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de BRASIL (2015a).

Nota: Os dados para o Rio Grande do Norte foram estimados para dezembro de 2014 enquanto que para Alagoas, Paraná e Mato Grosso do Sul estimou-se os dados para agosto de 2015.

As transferências do Fundo de Participação dos Estados (FPE) para a região Nordeste cresceram 5,5% quando se compara janeiro a novembro de 2015 com o mesmo período de 2014, tendo saltado de R\$ 27,6 bilhões para R\$ 29,1 bilhões. Contudo, referido crescimento foi inferior à inflação no período<sup>11</sup>, tendo a perda real alcançado 3,1% (Tabela 1).

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no Nordeste, por sua vez, obteve um crescimento nominal de 7,4% no período analisado, embora tenha sofrido uma redução de 1,4% em termos reais. Referida expansão foi impulsionada pelo estado da Bahia, que apresentou crescimento nominal e real de 8,9% e 0,1%, respectivamente. Os demais estados do Nordeste registraram perda real, sendo a maior verificada no Rio Grande do Norte, ou seja, 3,3%.

Salvador foi a única capital nordestina que aumentou a participação no FPM no período analisado<sup>12</sup>, saltando

11 A variação entre os IPCA médios do período (janeiro a novembro, 2015 e 2014) foi de 8,9%.

12 O cálculo dos coeficientes individuais do FPM das capitais é o produto do fator população e do inverso do fator renda *per capita*.

de 7,6% em 2014, para 8,4% em 2015. A variação nominal do FPM para Salvador foi de 18,4% enquanto que o crescimento real atingiu 8,8%. Diantedo fato, Natal teve uma queda nominal de 4,1% e uma perda real de 11,9%. Isso ocorreu porque a participação relativa da renda *per capita* de Salvador caiu levemente, mas foi o suficiente para uma mudança no intervalo do coeficiente

do FPM. Em relação a Natal, ocorreu o inverso, ou seja, sua participação relativa na renda *per capita* aumentou, fazendo que com seu percentual de distribuição do FPM fosse reduzido de 3,3985% para 3,0405%, representando uma diminuição de 10,55% em seu coeficiente de distribuição (Tabela 5.1).

Tabela 5.1 – Transferências dos Fundos Constitucionais – Janeiro a novembro – Em R\$ Milhões

Estados/Região	FPE		FPM		FPM - Capitais	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Alagoas	2.186	2.305	1.311	1.402	292	311
Bahia	4.936	5.207	5.036	5.486	420	498
Ceará	3.855	4.065	2.732	2.923	467	498
Maranhão	3.792	4.000	2.286	2.445	292	311
Paraíba	2.516	2.654	1.778	1.903	234	249
Pernambuco	3.625	3.823	2.707	2.896	294	314
Piauí	2.270	2.395	1.460	1.562	292	311
Rio Grande do Norte	2.195	2.315	1.385	1.458	187	179
Sergipe	2.183	2.302	821	879	168	179
Nordeste	27.558	29.066	19.515	20.954	2.646	2.850
Brasil	52.537	55.411	54.980	58.934	5.498	5.893

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de BRASIL (2015b).

Em termos de arrecadação, o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços-ICMS é um indicador macroeconômico que reflete a dinâmica econômica das unidades federativas do País. Os dez estados mais desenvolvidos da federação concentram cerca de 80% da arrecadação do ICMS, dos quais apenas dois são do Nordeste, ou seja, Bahia e Pernambuco. O Nordeste detém cerca de 28,0% da população brasileira mas responde por apenas 16% do ICMS arrecadado no País (Tabela 5.2).

O crescimento da arrecadação do ICMS no Nordeste foi de 5,6%, com uma perda em termos reais de 2,8%<sup>13</sup>. No mesmo período, a arrecadação no Brasil cresceu nominalmente 4,3%, com uma perda real de 4,1%. O único estado do Nordeste que obteve crescimento real foi o Piauí, ou seja, 1,8%. Os demais estados apresentaram queda em suas arrecadações em termos reais.

O crescimento da arrecadação no Piauí é explicado pela expansão dos setores de energia<sup>14</sup> e petróleo, cuja-

arrecadações aumentaram no período R\$ 193,6 milhões e R\$ 80,1 milhões, respectivamente. Juntos, referidos segmentos representam 43,8% do total da arrecadação nesse Estado.

Pernambuco e Rio Grande do Norte foram as unidades federativas que registraram as maiores quedas na arrecadação no período em análise. Em Pernambuco, a arrecadação do setor de energia cresceu fortemente, 52,2%, mas representa 11,7% do total das receitas. Referida expansão não foi suficiente para compensar o fraco desempenho no setor terciário, -1,3%; petróleo, 0,6% e secundário, 4,9%. Juntos estes segmentos respondem por 85,6% da arrecadação pernambucana. No Rio Grande do Norte, dois setores cresceram de forma significativa, petróleo e energia, 55,7% e 35,0%, respectivamente. O setor primário obteve um aumento de 9,2%. Juntos, os citados setores representam 33,6% da arrecadação norte-rio-grandense. No entanto, os setores secundário e terciário, que representam 66,4% da arrecadação, tiveram uma redução nominal de arrecadação, -3,0% e -2,0%, respectivamente.

13 A relação entre as médias do IPCA, janeiro a outubro de 2015 e 2014, foi de 8,7%.

14 O setor de energia cresceu sua arrecadação de forma significativa, em todos os estados nordestinos, um crescimento médio de 56,0%. O menor crescimento foi no Rio Grande do Norte, 35,0%.

Tabela 5.2 – Arrecadação de ICMS – Janeiro a outubro – R\$ milhões

Estados/Região	2014	Part.%	2015	Part.%	Var.%	Var. Real %
Alagoas	2.396	0,8	2.562	0,8	6,9	-1,7
Bahia	14.760	4,7	15.651	4,7	6,0	-2,5
Ceará	7.706	2,4	8.135	2,5	5,6	-2,9
Maranhão	3.855	1,2	4.158	1,3	7,9	-0,8
Paraíba	3.587	1,1	3.771	1,1	5,1	-3,3
Pernambuco	10.317	3,3	10.645	3,2	3,2	-5,1
Piauí	2.439	0,8	2.700	0,8	10,7	1,8
Rio Grande do Norte	3.583	1,1	3.734	1,1	4,2	-4,1
Sergipe	2.251	0,7	2.398	0,7	6,5	-2,0
Nordeste	50.893	16,1	53.753	16,3	5,6	-2,8
Brasil	316.826	100,0	330.470	100,0	4,3	-4,1

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de BRASIL (2015c).

Nota: Parte dos dados do ICMS (o período de análise do ICMS é janeiro a outubro de 2015 com relação ao mesmo período de 2014), obtidos nos endereços eletrônicos dos governos estaduais estão incompletos. Assim, foram estimados os dados para o Acre (2014 e 2015), Amapá (outubro de 2015), Tocantins (junho), Rio Grande do Norte (agosto de 2015), Rio de Janeiro (abril e maio de 2015), Mato Grosso do Sul (agosto, setembro e outubro de 2015) e Goiás (setembro e outubro de 2015).

## Referências

BRASIL (2015a). Banco Central do Brasil. **Indicadores econômicos consolidados**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?INDECO>. Acesso em: 20Dezembro 2015.

\_\_\_\_\_. (2015b). Ministério da Fazenda. **Boletim do FPE e FPM e Transferências Descricionárias**. Disponível em: [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados\\_municipios/transferencias\\_constitucionais.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp). Acesso em: 20Dezembro 2015.

\_\_\_\_\_. (2015c). Ministério da Fazenda. **Boletim do ICMS**. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/confaz/boletim/valores.htm>. Acesso em: 20. Dezembro 2015.

## 6. INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

### 6.1. Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional

O estoque total das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) atingiu, em novembro de 2015, montante de R\$ 3.176,7 bilhões, registrando uma elevação de 7,4% quando comparado com o mesmo mês do ano anterior, conforme Banco Central (2015a). Vale ressaltar que no saldo relativo ao Sistema Financeiro Nacional, não estão inclusos os recursos dos fundos constitucionais (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO e Fundo Constitucional

de Financiamento do Nordeste – FNE).

A expansão do crédito no Brasil vem sendo influenciada, nos últimos anos, pelas operações financiadas com recursos direcionados. Os valores acumulados nos últimos 12 meses confirmam esta tendência, de forma que se observou um incremento da ordem de 11,2% para referidos recursos, frente ao mesmo período de 2014. Por sua vez, as operações financiadas com recursos livres aumentaram 4,1% (Tabela 6.1.1).

Tabela 6.1.1 – Brasil: Saldo das operações de crédito do sistema financeiro, fontes dos recursos e controle de capital – R\$ milhões correntes

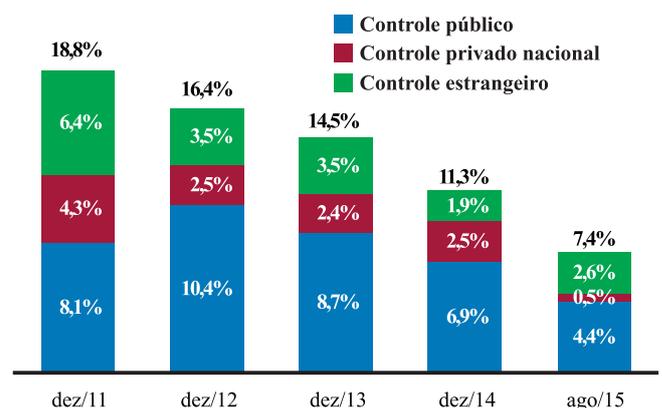
Discriminação	Novembro	Novembro	Variação Nominal	Participação Ago/15, %	Crédito/PIB ( <sup>1</sup> ), em %	
	2014	2015			Nov./2014	Nov./2015
<b>1. Destinação por Tomador</b>	2.956.599	3.176.765	7,4	100,0	52,2	53,8
1.1. Pessoas Físicas	1.386.537	1.500.513	8,2	47,2	24,5	25,4
1.2. Pessoas Jurídicas	1.570.062	1.676.252	6,8	52,8	27,7	28,4
<b>2. Fontes dos Recursos</b>	2.956.599	3.176.765	7,4	100,0	52,2	53,8
2.1. Livres	1.550.867	1.614.273	4,1	50,8	27,4	27,3
2.2. Direcionados ( <sup>2</sup> )	1.405.732	1.562.492	11,2	49,2	24,8	26,5
<b>3. Controle de Capital</b>	2.956.599	3.176.765	7,4	100,0	52,2	53,8
3.1. Inst. Fin. Públicas	1.588.971	1.769.403	11,4	55,7	28,1	30,0
3.2. Inst. Fin. Priv. Nacionais	935.623	946.898	1,2	29,8	16,5	16,0
3.3. Inst. Fin. Estrangeiras	432.005	460.464	6,6	14,5	7,6	7,8

Fonte: Elaborado pelo BNB-ETENE com dados do BACEN (2015b).

Notas: (1) Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses - valores correntes. (2) Operações realizadas com recursos compulsórios ou governamentais.

Apesar dos resultados favoráveis, observa-se uma desaceleração na taxa de crescimento das operações de crédito desde 2011, com a carteira de longo prazo apresentando uma tendência de expansão mais sustentável. Os bancos públicos continuam incrementando a oferta de crédito, de maneira que em 2013 superaram a marca de 50% de participação no mercado (Gráfico 6.1.1). Contudo, a partir de 2012, observou-se uma redução na contribuição deste grupo, haja vista que o crédito direcionado, que sustentou parte da expansão dos empréstimos nos últimos anos, apresenta gradual desaceleração, tendo em vista que o Programa de Ajuste Fiscal impacta na oferta creditícia do País.

Gráfico 6.1.1 – Contribuição ao crescimento do saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional por controle de capital – Dezembro/2011 a novembro/2015 (mês/mesmo mês do ano anterior)



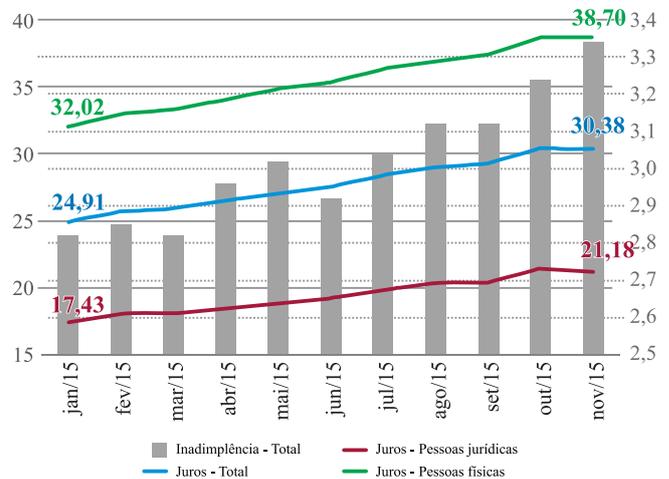
Fonte: Elaborado pelo BNB-ETENE com dados do BACEN (2015a).

O crescimento mais moderado do crédito concedido pelo SFN foi resultado, em grande medida, do aumento das incertezas macroeconômicas, a exemplo do arrefecimento da atividade industrial, do elevado nível de comprometimento da renda das famílias além da redução do consumo.

Quanto às condições de concessão do crédito, observa-se uma elevação das taxas de juros, tendo alcançado 30,38% em novembro de 2015, tanto em razão do crescimento das taxas para pessoas físicas, quanto para pessoas jurídicas, que atingiram 38,70% e 21,18%, respectivamente. A taxa de inadimplência, que representa a proporção das operações vencidas há mais de 90 dias em relação ao total do crédito, também apresenta trajetória de alta, de forma que aumentou de 2,82%, em janeiro de 2015, para 3,34%, em novembro de 2015, sobretudo devido à elevação na taxa de inadimplência das empresas, de 1,99% para 2,65%. A taxa de *spread*, ou seja, adiferença de juros entre a captação e aplicação de recursos, que representa a margem de rentabilidade

dos bancos, apresentou elevação de 16,0% para 19,4% no período de janeiro a novembro de 2015, em razão da elevação das taxas de juros e da taxa de risco embutida nas operações de crédito (Gráfico 6.1.2).

Gráfico 6.1.2 – Inadimplência e taxas de juros



Fonte: Elaborado pelo BNB-ETENE com dados do BACEN (2015b).

## 6.2. Saldo das Operações de Crédito no Nordeste

O saldo das operações de crédito do sistema financeiro no Nordeste atingiu R\$ 399,0 bilhões<sup>15</sup>, em novembro de 2015, representando um crescimento da ordem de 6,2% quando comparado ao mesmo mês do ano anterior, tendo ficado abaixo da expansão média nacional (9,6%), conforme Banco Central (2015a).

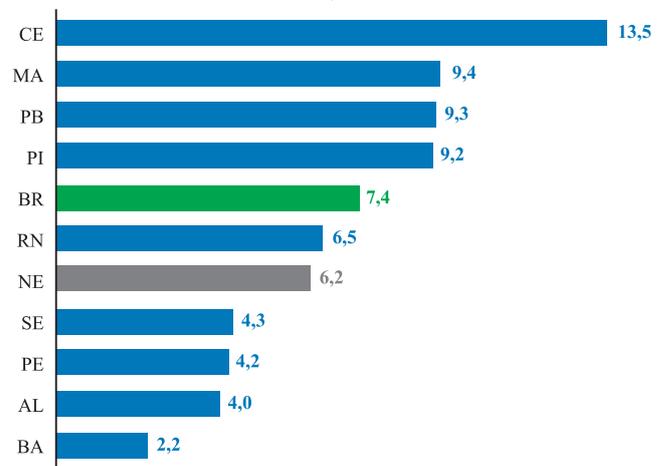
Entre os estados nordestinos, a maior elevação no saldo das operações de crédito ocorreu no Ceará (13,5%), acompanhado pelo Maranhão (9,4%), Paraíba (9,3%) e Piauí (9,2%). Em termos de participação, três estados (Bahia, Pernambuco e Ceará) concentravam cerca de dois terços do estoque de crédito da Região, reproduzindo assim o peso que as referidas unidades federativas detêm na composição do PIB do Nordeste (Gráfico 6.2.1).

O crescimento do crédito em nível regional permanece motivado pelo aumento das operações de crédito das pessoas físicas, voltado fundamentalmente para o consumo, registrando avanço de 10,6% em doze meses, embora em processo de arrefecimento. No que se refere às operações de crédito para pessoas jurídicas, essencialmente direcionadas para a produção, registrou-se crescimento de 0,8%. Em termos de participação, em agosto de 2015, o saldo das operações de crédito do Nordeste destinado às famílias representava 57,8% do total, cabendo a parcela restante (42,2%) às empresas. No Brasil, predomina o crédito destinado às empresas

(52,8%), comparativamente às famílias (47,2%).

A inadimplência no Nordeste, seguindo a trajetória em nível nacional, apresentou elevação, na medida em que registrou 4,76% em novembro de 2015, ante 4,21% do mês de janeiro do mesmo ano. A inadimplência para pessoas físicas (4,30%) foi superior em comparação com o indicador para pessoa jurídica (3,67%), embora esta última venha apresentando crescimento mais acentuado ao longo dos últimos períodos.

Gráfico 6.2.1. – Variação percentual do saldo das operações de crédito no Brasil e nos Estados do Nordeste (Jan-Nov/2015 - Jan-Nov/2014)



Fonte: Elaboração do BNB/ETENE, com base no BACEN (2015).

15 O Sistema Financeiro Nordestino aqui considerado compreende as operações de crédito, com saldo superior a R\$ 5 mil realizadas pelos bancos comerciais, bancos múltiplos, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil. Este valor representa aproximadamente 94,0% de todas as operações.

### 6.3. BNB: Taxas de Juros, Saldo dos Depósitos e Operações de Crédito

O Banco do Nordeste do Brasil, principal órgão de fomento sediado na Região, além de possuir papel relevante no atendimento aos agentes produtivos no que se refere a crédito de longo prazo, também tem se destacado nas operações decurso prazo, por oferecer taxas de juros competitivas em relação àquelas praticadas pelas instituições financeiras que integram o SFN.

Esse desempenho foi constatado em pesquisa realizada pelo Banco Central (2015f), no período de 3 a 9 de dezembro de 2015, quando se acompanhou a evolução dos encargos financeiros cobrados nas principais operações de crédito junto a um grupo representativo de instituições financeiras que operaram no mercado de crédito nacional.

No grupo de operações para pessoas físicas, o BNB ficou em primeiro lugar por praticar a menor taxa de

juros no País nas operações de desconto de cheques. Além disso, obteve a sétima colocação no que diz respeito a encargos financeiros cobrados nas operações de cheque especial. Nas operações com as empresas, a taxa de juros cobrada pelo BNB nas operações de conta garantida foi a mais baixa entre os bancos pesquisados no País. Destacaram-se também as operações de cheque especial, desconto de cheques e capital de giro, tendo ficado entre as dez melhores praticadas no mercado de crédito nacional. Vale ressaltar que nas demais operações de crédito para pessoas físicas e jurídicas, onde o BNB não ocupa as primeiras posições, as suas taxas de juros praticadas nas operações de crédito comercial foram, de maneira geral, inferiores às respectivas médias do mercado de crédito brasileiro (Tabela 6.3.1).

Tabela 6.3.1 – Taxas efetivas de juros das operações de crédito: posição relativa do Banco do Nordeste em relação ao mercado brasileiro de crédito

Modalidade da Operação	Posição do BNB	BNB	Taxas Efetivas ao Mês (%)			No. Bcos. Pesquisados
			Média do Mercado	Mínima do Mercado	Máxima do Mercado	
<b>Pessoa Física</b>						
Desconto de Cheques	1°	2,53	2,53	4,03	8,64	11
Cheque especial	7°	4,33	7,88	2,02	17,01	31
Crédito pessoal não consignado	18°	4,05	7,63	0,00	20,63	63
Crédito pessoal consignado privado	19°	2,61	2,93	1,75	6,37	46
Crédito pessoal consignado INSS	21°	2,27	2,24	1,86	3,35	34
<b>Pessoa Jurídica</b>						
Conta garantida	1°	1,53	4,23	1,53	14,12	34
Desconto de cheque	4°	2,49	3,14	2,09	4,54	28
Cheque especial	6°	6,26	8,98	4,77	13,43	19
Capital de giro prazo superior 365 dias	7°	1,81	2,54	1,52	4,80	36
Capital de giro prazo até 365 dias	8°	1,83	2,68	1,36	5,48	44

Fonte: Elaborado pelo BNB-ETENE com dados do BACEN (2015f).

Nota: A pesquisa do Banco Central foi realizada de 3 a 9 de dezembro de 2015. As taxas de juros divulgadas representam o custo total da operação para o cliente, incluindo também os encargos fiscais e operacionais, correspondendo à média das taxas cobradas nos períodos indicados. As taxas efetivas mensais resultam da capitalização das taxas efetivas diárias pelo número de dias úteis existentes no intervalo de 30 dias corridos, excluindo-se o primeiro dia útil e incluindo-se o último. Caso a data final seja um dia não útil, será considerado o próximo dia útil subsequente.

Sob a ótica da captação de recursos, em novembro de 2015, o volume de depósitos captados pelo BNB atingiu R\$ 10,5 bilhões, representando queda de 11,1% comparativamente à mesma posição do ano anterior. Do referido montante, a maior parcela era formada por depósito a prazo (59,2%), vindo em seguida o depósito de poupança (17,5%) e os depósitos interfinanceiros (12,3%), para citar os mais relevantes. Entre os estados, as maiores elevações na captação de depósitos do Banco

do Nordeste, em termos percentuais e no ano acumulado de 2015 (janeiro – novembro), ocorreram em Alagoas (46,6%), Espírito Santo (23,6%) e Maranhão (15,7%).

Por sua vez, o saldo das operações de crédito com recursos próprios do BNB, em novembro de 2015, alcançou R\$ 12,1 bilhões, registrando-se acréscimo de 5,8% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Os estados que apresentaram os melhores resultados foram Espírito Santo (50,3%) e Minas Gerais (31,4%).

O estoque das operações realizadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste-FNE, operacionalizado pelo BNB, alcançou o montante de R\$ 46,9 bilhões, em novembro de 2015, correspondendo a um crescimento no saldo de 8,9% sobre igual posição de 2014. Assim, adicionando-se o saldo do FNE ao resultado das operações de crédito do Banco do Nordeste, chegou-se ao total de R\$ 60,7 bilhões no acumulado do ano, registrando aumento do saldo das operações de crédito total do BNB em 8,5% em novembro de 2015 em relação ao mesmo mês de 2014. Vale ainda salientar que o FNE participa com 77,3% do saldo total, representando a principal fonte de recursos de médio e longo prazos destinada para financiar o desenvolvimento do Nordeste. Em 2015 foram realizadas contratações de 460,3 mil operações com recursos do FNE, injetando recursos de R\$ 8,7 bilhões na área de atuação do BNB, de janeiro a novembro de 2015.

## Referências

BACEN-BANCO CENTRAL DO BRASIL (2015a). **Economia e finanças: indicadores de conjuntura: gerenciador de séries temporais: economia regional: crédito.** Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/sgs-pub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 22 Dezembro 2015.

\_\_\_\_\_. (2015b). **Economia e finanças: indicadores de conjuntura: indicadores econômicos: moeda e crédito.** Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?INDECO>. Acesso em: 22 Dezembro 2015.

\_\_\_\_\_. (2015c). **Nota para a Imprensa 22.12.2015: política monetária e operações de crédito do sistema financeiro.** Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?E-COIMPOM>. Acesso em: 22 Dezembro 2015.

\_\_\_\_\_. (2015d). **Relatório de estabilidade financeira – Outubro 2015 – Volume 14, Número 2.** Disponível em: [http://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2015\\_10/refPub.pdf](http://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2015_10/refPub.pdf). Acesso em: 23 Dezembro 2015.

\_\_\_\_\_. (2015e). **Estatística bancária por município – ESTBAN.** Disponível em <http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp>. Acesso em: 23 Dezembro 2015.

\_\_\_\_\_. (2015f). **Sistema financeiro nacional: informações sobre operações bancárias: taxas de juros de operações de crédito.** Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pt-br/sfn/infopban/txcred/txjuros/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 23 Dezembro 2015.

BNB-BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (2015). **Informações da área de controle financeiro.** Fortaleza.

## 7. INFLAÇÃO

### 7.1. Inflação

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) aumentou 10,67% em 2015, a maior taxa desde 2002, quando havia atingido 12,53%. O resultado foi superior àquele registrado em 2014, isto é, 6,4%, conforme dados do IBGE (2016).

O resultado ficou acima do teto da meta estipulado pelo Governo, ou seja, 6,5%. Por causa disso, o Comitê de Política Monetária (Copom) deverá divulgar carta aberta ao Ministério da Fazenda justificando o não cumprimento da meta. Somente em dezembro de 2015 o IPCA apresentou alta de 0,96%, depois de subir 1,0% um mês antes. Apesar da desaceleração, a taxa foi a mais expressiva para um último mês de ano desde 2002. Em dezembro de 2014, a inflação tinha se situado em 0,8%.

Dos nove grupos avaliados pelo IBGE, os destaques em dezembro ficaram com alimentação e bebidas (1,5% de alta) e transportes (1,4% de aumento). Juntos, responderam por 66,0% do IPCA do mês. Em novembro, essas classes de despesa tiveram incremento de 1,8% e 1,1%, nessa ordem. No acumulado de 2015, o item que mais pressionou a inflação foi energia elétrica (1,5 ponto percentual) que, junto com os combustíveis (1,0 ponto percentual), representou 24,0% da alta do IPCA em 2015.

Apesar de ainda ocorrer a pressão da desvalorização cambial além das incertezas na economia, espera-se que em razão da fraca atividade econômica, conjugada com a diluição dos efeitos da elevação dos preços administrados ocorrida em 2015, resulte no arrefecimento da pressão inflacionária nos meses iniciais de 2016. O câmbio deverá ter menor volatilidade e ficará em torno dos R\$ 4,00 e os preços dos combustíveis deverão ter menor impacto, dado que, também, a expectativa de manutenção do preço do barril *Brent* ficará em torno dos US\$ 50.

No âmbito regional, a inflação do Nordeste<sup>16</sup> registrou 10,4%, apresentando índice menor em comparação

com a média do Brasil, mantendo trajetória de nível de preços inferior ao indicador nacional observado no ano de 2014. O resultado mais baixo da Região foi influenciado, sobretudo, pelos índices de Recife (10,2%) e Salvador (9,9%), esta última sendo a Região Metropolitana que possui o maior peso no cálculo realizado pelo BNB/ETENE para o Nordeste. A Região Metropolitana do Nordeste que apresentou maior inflação nos últimos doze meses foi Fortaleza ao registrar crescimento de preços de 11,4%.

No que se refere ao índice mensal de novembro de 2015, cabe destacar que Fortaleza (1,5%) obteve variação inflacionária acima da média nacional (1,0%). A região metropolitana de Salvador puxou o índice nordestino para baixo, com uma inflação no citado mês de 0,9%, enquanto o indicador de Recife manteve-se similar em comparação com a média nacional. O índice da região Nordeste no mês de novembro ficou em 1,1%, um pouco acima do índice para o Brasil, 1,0%, sinalizando que os preços da Região começam a convergir para a média nacional, apesar de ainda estar abaixo em 0,3% do índice nacional em doze meses.

Sob a ótica dos grupos que compõem o índice de inflação, verifica-se que a região Nordeste apresentou indicadores abaixo do nível nacional em cinco dos nove grupos pesquisados pelo IBGE. O melhor resultado nordestino vis-à-vis ao brasileiro foi em grande medida devido ao grupo habitação, que possui o terceiro maior peso na composição do índice, haja vista a Região ter registrado 12,5%, ante 18,3% em nível nacional. Entretanto, vale salientar que o grupo habitação, apresenta a maior elevação em 2015, tanto em nível nacional, quanto na região Nordeste, sendo este influenciado diretamente pelo aumento de preços da energia elétrica residencial (Tabela 7.1.1).

<sup>16</sup> Índice criado pelo BNB/ETENE, a partir dos dados de inflação divulgados pelo IBGE. A metodologia criada pelo BNB/ETENE para o índice regional utiliza modelo metodológico similar ao índice nacional. Na edição da Revista BNB Conjuntura Econômica (nº 41) está divulgada a metodologia de construção do referido índice de inflação do Nordeste, bem como a metodologia da Cesta Básica Regional.

Tabela 7.1.1 – Índice de preços ao consumidor amplo – IPCA no Brasil e Nordeste – Geral e por grupo 2012 a 2015 – Variação % em 12 meses

IPCA - Grupo Pesquisado	2012		2013		2014		2015	
	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste
Alimentação	9,9	11,9	8,5	8,8	8,0	6,8	12,0	13,4
Habitação	6,8	6,4	3,4	2,7	8,8	10,3	18,3	12,5
Artigos de Residência	0,8	-0,4	7,1	5,8	5,5	5,5	5,4	5,2
Vestuário	5,8	3,7	5,4	6,3	3,6	2,9	4,5	3,2
Transportes	0,5	1,9	3,3	3,4	3,8	2,7	10,2	10,9
Saúde e Cuidados Pessoais	5,9	5,4	6,9	6,2	7,0	7,0	9,2	9,1
Despesas Pessoais	10,2	9,9	8,4	7,5	8,3	7,5	9,5	10,4
Educação	7,8	8,2	7,9	8,6	8,5	7,9	9,2	8,9
Comunicação	0,8	1,2	1,5	1,7	-1,5	-0,4	2,1	3,1
Geral	5,8	6,5	5,9	6,0	6,4	6,0	10,7	10,4

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2015).

## Referência

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015). **Sistema nacional de índices de preços ao consumidor**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1419&z=ia&o=3&i=p>. Acesso em 06 Janeiro 2016.

## 7.2. Cesta Básica Regional

A região Nordeste teve o segundo maior crescimento nos preços dos alimentos que compõem a cesta básica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos socioeconômicos-DIEESE em dezembro de 2015, ou seja, 3,2%. Apenas a região Norte ficou acima, 3,9% (Tabela 7.2.1). Em contrapartida, a cesta básica no Norte registrou o menor crescimento em 2015 entre as regiões brasileiras.

A cesta básica regional cresceu em dezembro em todas as seis capitais pesquisadas do Nordeste. Os menores crescimentos ocorreram em Recife, 1,4% e Aracaju, 1,7%. As cidades de João Pessoa, Salvador e Natal apresentaram aumentos na ordem de 2,2%, 2,5% e 2,6%, respectivamente. O crescimento da cesta em Fortaleza foi de 5,9%. Os aumentos em Fortaleza e Salvador foram os que mais pressionaram o índice de dezembro, 1,6% e 0,8% do índice regional, que correspondeu a 75,2% do índice total de 3,2%.

O aumento na cesta básica nordestina em dezembro, 3,2%, se deve principalmente aos crescimentos no preço do feijão, 9,6%, do tomate, 7,1%, da farinha, 5,1% e do açúcar, 6,8%. A carne, que representou 31,3% da cesta regional em dezembro, teve um crescimento no mês de 2,5%, com relação a novembro.

Quando se analisa a variação em 12 meses, a

cesta regional do Nordeste detém a maior variação em 2015, 12,6%. A cesta da região Norte registrou o menor incremento, 7,7%. O Nordeste teve o pico de maior variação, 19,4%, quando dezembro de 2015 é comparado com o mesmo mês do ano anterior. As maiores variações no ano de 2015 foram em Aracaju, 19,2%, Salvador, 17,3%, João Pessoa, 12,0% e Fortaleza, 11,3%. Recife e Natal tiveram os menores crescimentos, 7,4% e 7,6%, respectivamente. Salvador e Fortaleza, por terem maiores pesos no índice regional, foram as capitais que mais pressionaram o índice anual, 5,4% e 3,1%, respectivamente, que representam 67,3% do índice total do ano.

O aumento na cesta básica nordestina no ano de 2015, 12,6%, deveu-se principalmente aos crescimentos no preço da banana, 19,2%, do tomate, 21,4%, do feijão, 18,7% e da carne, 17,9%. Estes quatro itens representam 62,1% da cesta básica regional.

O crescimento do valor da cesta básica do Nordeste em 2015 esteve abaixo do grupo alimentos no índice regional de inflação (IPCA regional). A cesta cresceu 12,6% para uma inflação de alimentos de 13,4%. Com isso, a população dos extratos mais baixos de renda, em que a cesta básica é mais relevante no orçamento, obtiveram uma pequena vantagem financeira.

Tabela 7.2.1 – Valor da cesta básica no Brasil e suas Regiões: 2014 - 2015

Período	Valor da Cesta Básica no Brasil e suas Regiões, 2014 e 2015						
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Brasil	
<b>2014</b>	Jan	311,99	267,64	293,10	317,52	308,00	300,72
	Fev	306,54	265,00	289,16	320,12	306,93	300,10
	Mar	308,29	273,67	320,50	344,18	341,84	319,35
	Abr	310,18	278,70	320,74	352,37	346,84	324,94
	Mai	313,92	287,44	320,39	358,15	351,94	330,55
	Jun	326,41	288,51	313,53	346,97	342,29	325,73
	Jul	319,16	277,92	294,14	336,16	321,84	313,65
	Ago	301,64	272,18	289,95	330,51	316,47	306,82
	Set	300,90	269,84	292,27	327,62	316,19	305,08
	Out	303,34	266,96	297,73	335,38	329,21	309,68
	Nov	307,61	265,91	311,20	336,45	331,64	312,00
	Dez	315,26	273,42	318,27	344,42	333,04	319,20
<b>2015</b>	Jan	314,90	288,87	341,36	361,48	348,62	334,42
	Fev	318,62	296,14	342,55	367,51	348,55	339,51
	Mar	330,00	298,18	340,05	368,55	354,71	341,99
	Abr	327,75	309,05	347,87	378,61	364,18	350,60

Período	Valor da Cesta Básica no Brasil e suas Regiões, 2014 e 2015					
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Brasil
Mai	341,76	332,41	362,83	394,30	376,03	367,69
Jun	353,96	315,80	349,70	378,67	372,36	356,14
Jul	331,32	315,18	346,04	382,20	371,17	354,53
Ago	338,06	306,23	335,98	372,52	369,82	347,31
Set	328,92	297,33	330,55	371,36	371,04	342,98
Out	330,95	298,00	334,83	369,75	365,35	342,73
Nov	341,67	316,58	360,58	390,44	388,63	362,57
Dez	354,84	326,58	282,44	408,22	403,00	366,21
% mês	3,9	3,2	-21,7	4,6	3,7	1,0
% mês ano ant.	12,6	19,4	-11,3	18,5	21,0	14,7
% mês (-1) ano ant.	11,1	19,1	15,9	16,0	17,2	16,2
% mês (-2) ano ant.	9,1	11,6	12,5	10,2	11,0	10,7
% ano	7,7	12,6	11,3	12,2	12,3	11,6
% 12 meses	7,7	12,6	11,3	12,2	12,3	11,6

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do DIEESE (2015).

## Referência

DIEESE-Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Cesta básica**. Disponível em: [www.dieese.org.br/analisecestabasica/2015](http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2015). Acesso em: 11 Janeiro 2016.

**ANEXO A – PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS: NORDESTE E BRASIL – 2015**

Indicadores	Período	Unidade	Nordeste	Δ (%) <sup>1</sup>	Brasil	Δ (%) <sup>1</sup>
<b>Agricultura</b>						
Estimativa produção grãos <sup>2</sup>	2015/16	Mil t	17.377,8	4,4	210.951,2	1,5
Estimativa área plantada grãos <sup>2</sup>	2015/16	Mil ha	8.335,3	2,6	58.554,4	1,1
Estimativa produtividade grãos <sup>2</sup>	2015/16	Kg/ha	2.085,0	1,8	3.603,0	0,5
<b>Indústria</b>						
Produção física industrial	Jan-Out	Índice	95,5	-4,5	92,2	-7,8
Pessoal ocupado assalariado na indústria	Jan-Out	Índice			94,1	-5,9
Folha de pagamento real na indústria	Jan-Out	Índice			92,9	-7,1
Horas pagas na indústria	Jan-Out	Índice			93,5	-6,5
<b>Comércio</b>						
Comércio varejista (volume de vendas)	Jan-Out	Índice	94,2	-5,8	96,4	-3,6
Comércio varejista ampliado (volume de vendas)	Jan-Out	Índice	91,6	-8,4	92,1	-7,9
<b>Comércio Exterior (F.O.B)</b>						
Exportações	Jan-Nov	US\$ milhões	13.299,7	-9,0	174.351,1	-16,0
Importações	Jan-Nov	US\$ milhões	20.238,9	-22,9	160.917,7	-24,1
<b>Crédito</b>						
Saldo das operações de crédito <sup>3</sup>	nov/15	R\$ milhões	399.093,0	6,2	3.176.765,0	7,4
Saldo dos depósitos bancários <sup>3</sup>	nov/15	R\$ milhões	9.675,5	-5,5	10.595,4	-11,1
BNB - Saldo das operações de crédito (BNB + FNE)	nov/15	R\$ milhões	53.870,6	6,7	60.719,0	8,5
BNB - Contratações FNE	nov/15	R\$ milhões	8.095,5	-23,5	8.703,0	-22,1
BNB - Contratações do PRONAF	nov/15	R\$ milhões	1.899,5	13,7	2.118,0	14,2
BNB - Contratações do CrediAmigo	nov/15	R\$ milhões	6.928,8	15,0	7.259,2	15,3
BNDES + FINAME (emprést. e financ. concedidos)	Jan-Nov	R\$ milhões	25.374,8	25,2	199.176,6	-21,8
Taxa inadimplência operações de crédito <sup>4</sup>	nov/15	%	4,3 <sup>5</sup>	3,6 <sup>6</sup>	3,3 <sup>5</sup>	2,9 <sup>6</sup>
<b>Finanças Públicas</b>						
Arrecadação de impostos federais <sup>7</sup>	Jan-Nov	R\$ milhões	51.780,7	3,5	752.440,2	4,3
Arrecadação de ICMS	Jan-Out	R\$ milhões	53.753,2	5,6	330.470,0	4,3
<b>Emprego</b>						
			<b>Em 2015</b>	<b>Em 2014</b>	<b>Em 2015</b>	<b>Em 2014</b>
Saldo do emprego formal na indústria extrativa mineral	Jan-Nov	Mil	-1,95	-1,14	-12,23	0,42
Saldo do emprego formal na indústria de transformação	Jan-Nov	Mil	-42,02	-6,18	-414,08	13,89
Saldo do emprego formal do SIUP	Jan-Nov	Mil	1,03	0,59	-6,67	6,33
Saldo emprego formal na construção civil	Jan-Nov	Mil	-90,13	-3,93	-309,23	29,5
Saldo emprego formal no comércio	Jan-Nov	Mil	-26,91	44,62	-183,35	210,5
Saldo emprego formal nos serviços	Jan-Nov	Mil	-36,01	117,01	-97,57	646,7
Saldo do emprego formal na Administração Pública	Jan-Nov	Mil	0,42	1,14	9,34	28,8
Saldo emprego formal agropecuário	Jan-Nov	Mil	7,14	11,82	68,42	66,8
Saldo total do emprego formal	Jan-Nov	Mil	-188,43	163,92	-945,36	1.002,9
Taxa média de desocupação em Recife <sup>8</sup>	nov/15	%	10,8	6,8	-	-
Taxa média de desocupação em Salvador <sup>8</sup>	nov/15	%	12,3	9,6	-	-
Taxa média de desocupação no Brasil <sup>8</sup>	nov/15	%	-	-	7,5	4,8

Fonte: BACEN, BNB, CONAB, CONFAZ, IBGE, MDIC, MF, MTE e MP.

Notas:

- (1) Variação em relação a igual período do ano anterior. Para os indicadores monetários, as variações apresentadas são nominais.
- (2) Inclui os produtos caroço de algodão, amendoim (1ª. e 2ª. safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª, e 3ª. safras), girassol, mamona, milho (1ª. e 2ª. safras), soja, sorgo, trigo e triticale. 9º Levantamento CONAB.
- (3) Valores de variação do ano safra 2015/2016 sobre o ano safra 2014/2015
- (4) Saldo das operações de crédito no Nordeste, com valor superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos múltiplos, bancos comerciais, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, companhias hipotecárias, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil. Os saldos dos depósitos referem-se apenas aos bancos comerciais e aos bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica, no Nordeste e no Brasil.
- (5) Nova taxa de inadimplência exclui as operações de cartão de crédito – compras à vista – do total do crédito.
- (6) Em novembro de 2015;
- (7) Em novembro de 2014;
- (8) Não inclui receita previdenciária;
- (8) A taxa média de desocupação é dada pela relação população desocupada/população economicamente ativa.

Observações:

Por se tratar de trabalho de curto prazo, alguns indicadores apresentam valores provisórios, segundo as próprias fontes oficiais. A produção industrial do Nordeste corresponde aos resultados de todos os estados da Região, e não apenas do CE, PE e BA. As variações para o Nordeste, do comércio varejista e comércio varejista ampliado foram estimadas a partir da agregação do índice de volume de vendas de cada Estado, ponderada pela participação da receita bruta de revenda de cada Estado, na receita bruta da Região, divulgada na Pesquisa Anual do Comércio de 2010, do IBGE. O saldo das operações de crédito ou de depósitos bancários corresponde à diferença entre entrada e saída de recursos. É uma variável de estoque e pontual, uma vez que é apurada em uma determinada data. A taxa de inadimplência corresponde ao valor das operações bancárias vencidas há mais de 90 dias sobre o total dos empréstimos. Contratações e desembolsos de operações de crédito correspondem a uma variável fluxo, significando uma injeção de recursos adicionais, num determinado período de tempo. O saldo do emprego formal corresponde à diferença entre admissões e desligamentos, podendo o mesmo assumir valores positivos ou negativos.

**ANEXO B – VALORES ABSOLUTOS**

Indicadores	Período/ Mês	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
<i>Agricultura</i>										
Mil t										
Estimativa produção grãos <sup>2</sup>	2015/16	4.285,20	3.259,40	406,1	26,9	47,8	183,5	60,3	838,00	8.270,60
Mil ha										
Estimativa área plantada grãos <sup>2</sup>	2015/16	1.733,10	1.437,30	907,7	59,3	122,9	460,1	79,9	214,8	3.320,20
Em Kg/ha										
Estimativa produtividade grãos <sup>2</sup>	2015/16	2.473,00	2.268,00	447	454	389	399	755	3.901,00	2.491,00
<i>Indústria</i>										
Em Número Índice										
Produção física industrial	Jan-Out	-	-	90,6	-	-	96,6	-	-	93,6
<i>Comércio</i>										
Em Número Índice										
Comércio varejista (volume de vendas)	Jan-Out	93,8	96,2	96,3	97,3	90,4	93,2	92,3	100,8	93,1
Comércio varejista ampliado (volume de vendas)	Jan-Out	90,3	92,3	93,2	95,8	86,2	90,7	90,1	94,6	91,8
<i>Comércio Exterior (F.O.B)</i>										
Em US\$ milhões										
Exportações	Jan-Nov	2841,4	394,9	933,1	288,6	124,7	777,7	593,8	88,0	7257,4
Importações	Jan-Nov	3545,5	108,2	2551,5	235,7	543,6	4792,6	511,9	199,2	7760,1
<i>Crédito</i>										
Em R\$ milhões										
Saldo das operações de crédito <sup>3</sup>	nov/15	37.421,0	18.364,0	64.210,0	29.662,0	26.539,0	73.609,0	20.250,0	18.234,0	110.803,0
Saldo dos depósitos bancários <sup>3</sup>	nov/15	441,0	311,3	5.153,8	548,1	370,8	953,5	195,9	289,7	1.411,5
BNB - Saldo das operações de crédito (BNB + FNE)	nov/15	6.105,1	4.569,2	11.260,1	714,3	3.035,6	8.262,4	2.642,5	2.641,2	11.534,1
BNB - Contratações FNE	nov/15	1.003,9	857,3	1.485,4	389,7	494,3	913,5	325,4	314,8	2.311,3
BNB - Contratações do PRONAF	nov/15	214,3	212,2	287,0	116,3	174,0	249,1	109,9	86,1	450,6
BNB - Contratações do CrediAmigo	nov/15	856,9	807,0	2.187,7	424,8	546,2	508,9	374,5	338,3	884,5
BNDES + FINAME (emprést. e financ. concedidos)	Jan-Nov	3.497,5	1.654,8	4.235,2	1.988,5	1.061,3	4.797,2	222,9	256,1	7.661,4
<i>Finanças Públicas</i>										
Em R\$ milhões										
Arrecadação de impostos federais <sup>7</sup>	Jan-Nov	4.228,9	1.684,6	9.477,7	2.804,0	3.009,5	13.168,3	1.737,0	1.943,0	13.727,7
Arrecadação de ICMS	Jan-Out	4.157,7	2.699,6	8.135,3	3.734,2	3.770,8	10.645,0	2.561,9	2.398,2	15.650,6
<i>Emprego</i>										
Em mil										
Saldo emprego formal - Total	Jan-Nov	-9,50	0,76	-22,89	-8,48	-10,78	-74,27	-3,54	-2,96	-56,76

Fontes: BACEN, BNB, CONAB, CONFAZ, IBGE, MDIC, MF, MTE e MP.

(1) Variação em relação a igual período do ano anterior. Para os indicadores monetários, as variações apresentadas são nominais;

Observações: as notas da Tabela 1 aplicam-se também nesta tabela, para os respectivos indicadores.

**ANEXO C – VALORES DOS PRINCIPAIS INDICADORES (%)**

Indicadores	Período /Mês	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	Nordeste	Brasil
<i>Agricultura</i>												
Em %												
Estimativa produção grãos <sup>2</sup>	2015/16	3,7	4,0	33,2	21,7	29,9	24,5	-10,3	15,1	2,5	4,4	1,5
Estimativa área plantada grãos <sup>2</sup>	2015/16	0,3	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,9	2,6	1,1
Estimativa produtividade grãos <sup>2</sup>	2015/16	3,4	2,1	33,2	21,6	30,1	24,6	-10,3	15,1	3,1	1,8	0,5
<i>Indústria</i>												
Em %												
Produção física industrial	Jan-Out	-	-	-9,4	-	-	-3,4	-	-	-6,4	-4,5	-7,8
<i>Comércio</i>												
Em %												
Comércio varejista - volume de vendas	Jan-Out	-6,2	-3,8	-3,7	-2,7	-9,6	-6,8	-7,7	0,8	-6,9	-5,8	-3,6
Comércio varejista ampliado - volume de vendas	Jan-Out	-9,7	-7,7	-6,8	-4,2	-13,8	-9,3	-9,9	-5,4	-8,2	-8,4	-7,9
<i>Comércio Exterior (F.O.B)</i>												
Em %												
Exportações	Jan-Nov	9,7	58,4	-30,6	29,3	-22,4	-9,5	15,4	21,2	-15,6	-9,0	-16,0
Importações	Jan-Nov	-44,5	-53,8	-10,8	-17,9	-12,1	-29,2	0,4	-8,8	-7,3	-22,9	-24,1
<i>Crédito</i>												
Em %												
Saldo das operações de crédito <sup>3</sup>	nov/15	9,4	9,2	13,5	6,5	9,3	4,2	4,0	4,3	2,2	6,2	7,4
Saldo dos depósitos bancários <sup>3</sup>	nov/15	15,7	-0,5	-14,0	9,9	-16,0	2,4	46,6	0,9	11,9	-5,5	-11,1
BNB - Saldo das operações de crédito (BNB + FNE)	nov/15	5,7	9,6	6,1	5,8	6,2	3,7	5,7	8,4	7,2	6,7	8,5
BNB - Contratações FNE	nov/15	-12,5	-13,0	-2,8	-53,7	3,7	-41,1	-34,7	-32,8	-25,3	-23,5	-22,1
BNB - Contratações do PRONAF	nov/15	-0,4	18,7	10,6	12,7	25,5	9,8	20,4	18,4	17,3	13,7	14,2
BNB - Contratações do CrediAmigo	nov/15	13,8	16,4	14,9	10,8	10,0	19,6	15,6	18,9	16,1	15,0	15,3
BNDES + FINAME (emprést. e financ. concedidos)	Jan-Nov	-0,1	23,2	49,7	107,4	26,8	7,0	-45,9	-22,0	37,4	25,2	-21,8
Taxa inadimplência operações de crédito □	nov/15	4,5	3,9	4,2	3,8	4,0	4,2	5,6	4,6	4,4	4,3	3,3
<i>Finanças Públicas</i>												
Em %												
Arrecadação de impostos federais □	Jan-Nov	5,6	6,6	4,5	5,9	5,0	4,2	4,1	7,7	0,0	3,5	4,3
Arrecadação de ICMS	Jan-Out	7,9	10,7	5,6	4,2	5,1	3,2	6,9	6,5	6,0	5,6	4,3
N. variações acima média Nordeste	...	11	11	10	12	10	11	10	12	12	11	10
N. variações abaixo média Nordeste	...	6	6	7	4	6	6	6	4	6	7	11

Fontes: BACEN, BNB, CONAB, CONFAZ, IBGE, MDIC, MF, MTE e MP.

(1) Variação em relação a igual período do ano anterior. Para os indicadores monetários, as variações apresentadas são nominais;

Observações: as notas da Tabela 1 aplicam-se também nesta tabela, para os respectivos indicadores.